JOÃO GOULART

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

1963

JOÃO GOULART

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1965

BRASÍLIA
BRASIL

SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Em obediência ao artigo 87, inciso XVIII, da Constituição, dirijo-me aos Senhores Congressistas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1963, para dar-lhes conta da situação do País e solicitar as providências que julgo necessárias em face da atual conjuntura nacional.

Consciente das pesadas responsabilidades que o povo brasileiro me impôs, no livre e democrático pronunciamento de 6 de janeiro, submeto aos Senhores Senadores e Deputados as normas básicas de ação do Govêrno para enfrentar a grave situação econômico-financeira em que se debate o País. É de tal magnitude a série de problemas que temos de resolver imediata e resolutamente, que só o poderemos fazer unindo a Nação e não, dividindo-a.

Só com a conjugação de esforços de todos os brasileiros poderemos obter êxito na solução da crise que, juntos, haveremos de superar. Todos, em maior ou menor escala, temos de pagar a nossa quota de sacrifício para sanar os males que perturbam a evolução social e ameaçam até a solução pacífica dos problemas nacionais.

Para as graves tarefas que já estamos enfrentando e que continuaremos a enfrentar, sem desfalecimentos, procurei organizar o Govêrno, acima de personalismos,

recrutando valôres que pudessem representar a média da opinião política nacional.

O Govêrno está trabalhando intensamente. Nestes poucos dias de presidencialismo foram tomadas medidas corajosas e decisivas, embora algumas delas, em seus reflexos iniciais e imediatos, tivessem repercussão negativa para as classes populares. Ninguém fará, entretanto, ao Govêrno sob minha responsabilidade a injustiça de imaginar que, na filosofia de sua linha política e na coerência de sua atuação, seja êle capaz de fugir ao dever de fixar a posição de que os sacrifícios principais devem recair sôbre quem melhor os pode suportar, isto é, as categorias sociais que colheram imensos benefícios por fôrça dos desvios inevitáveis da inflação.

Neste primeiro ano de uma política global planejada, teremos alcançado plenamente os nossos objetivos se conseguirmos controlar o processo inflacionário e se obtivermos uma ação conjunta do Poder Legislativo e do Poder Executivo para consagrar em emendas constitucionais e leis ordinárias as reformas por que anseia a Nação, como exigência do nosso próprio desenvolvimento. Os Podêres da República precisam atuar numa constante comunhão de vistas, a fim de que elas se realizem sem abalos ou ruptura do processo democrático.

Mantendo o princípio constitucional da independência dos Podêres, torna-se necessário, porém, o maior entrosamento de todos, de forma a assegurar a harmonia que deve presidir as suas relações. Ao Legislativo cabe dotar o Executivo dos instrumentos essenciais às transformações. Ao Judiciário cabe ser o guardião da nova realidade social,

e, para tanto, necessita de uma estruturação que lhe permita corrigir o desajustamento entre a ordenação vigente e o seu funcionamento e as altas exigências do progresso nacional.

E' imperativo um nôvo ordenamento jurídico para atualizar o arcabouço legal do País e conformá-lo às realidades sociais, seja no campo político e econômico, seja no campo administrativo.

A situação econômico-financeira do País, como é do conhecimento geral, se deteriorou mais sèriamente no decurso de 1962, quando o "deficit" do Tesouro Nacional ascendeu a 280 bilhões de cruzeiros, ou seja, quase 60% da arrecadação tributária, e as pressões sôbre o Banco do Brasil, por parte do setor privado, aumentaram de forma a obrigá-lo a expandir as operações de sua Carteira de Crédito Geral em mais de 80%, isto sem levar em conta as transações referentes ao café.

O Govêrno então vigente, naquele período de sucessivas crises, foi obrigado a lançar mão de emissões maciças para manter a liquidez do sistema bancário nacional. A situação do balanço de pagamentos agravou-se, exigindo medidas acauteladoras que não foram tomadas oportunamente. O pêso da inflação, que recai diretamente sôbre o povo, ainda mais insuportável se tornou em virtude da quebra nas safras de alguns produtos básicos à subsistência.

No mês de dezembro do ano passado a inflação atingiu fase crítica: o nível geral de preços aumentou em mais de 8% e as emissões de papel-moeda alcançaram

a casa dos 90 bilhões. Caminhávamos para a hiperinflação. As perspectivas eram sombrias. Previsões indicavam um aumento no custo de vida para 1963 em mais de 100%; recrudesceria, então, a luta pelos aumentos salariais, provocando a agravação dos conflitos sociais, o que faria paralisar grande parte da atividade produtiva do País; os setores assalariados menos providos de defesa contra a alta dos preços seriam arrastados ao desespêro, com imprevisiveis conseqüências.

Ao receber do povo, em 6 de janeiro, o seu extraordinário voto de confiança, patriòticamente observado pelo Congresso Nacional, compreendi que era meu dever primordial restabelecer as condições necessárias ao exercício pleno do Govêrno.

Enfrentar a inflação, em seus aspectos mais alarmantes, para freá-la dentro de um plano global, foi minha primeira preocupação. Evidentemente, essa preocupação não poderia constituir um fim em si mesma. O Plano Trienal do Govêrno, cujas diretrizes básicas determinei de logo fôssem seguidas, subordina as medidas antiinflacionárias à política de desenvolvimento econômico e social do País. Medidas de curto prazo foram logo postas em prática, sem prejuízo dos autênticos objetivos do meu Govêrno, que são o desenvolvimento do País para a melhoria do bem-estar do povo.

E' necessário assegurar uma elevada taxa de desenvolvimento, reduzindo, ao mesmo tempo, o seu custo social e promovendo uma distribuição mais justa da crescente riqueza do País. Êsses propósitos estão sendo definidos.

com nitidez e realismo, nos programas específicos que disciplinam os investimentos públicos e servirão de marcos orientadores para a iniciativa privada.

Não serão poucas as dificuldades a vencer nas fases iniciais da aplicação do planejamento como método de Govêrno. Mas é preciso vencê-las para que possamos utilizar mais intensamente a capacidade produtiva já instalada no País e obter maior produtividade dos novos investimentos. Na medida em que o planejamento global nos permita prever, com segurança, e, conseqüentemente, antecipar as modificações estruturais exigidas pela marcha do desenvolvimento, estará o Govêrno capacitado a eliminar as causas da inflação.

Ao fixar uma clara política de desenvolvimento para o próximo triênio, de modo a assegurar uma elevada taxa de crescimento, o Govêrno teve em vista evitar qualquer dúvida quanto à finalidade das medidas antiinflacionárias que estão sendo aplicadas inicialmente. Tais medidas não foram concebidas dentro de uma orientação puramente monetarista. Ao contrário, estão sendo tomadas sem prejuízo para a taxa de investimento da economia nacional. Os investimentos de responsabilidade do Govêrno, particularmente nos setores de transporte, energia e petróleo, serão executados dentro de rigorosa programação, com imediata repercussão positiva em sua eficiência. Também estão sendo tomadas medidas a fim de que os investimentos privados se mantenham em alto nível. Maior seletividade do crédito assegurará às atividades produtivas, em particular à agricultura, os financiamentos requeridos por um elevado índice de produção. As atividades

de caráter especulativo estão tendo o seu acesso ao crédito rigorosamente cerceado.

As dificuldades no balanço de pagamentos internacionais que enfrentamos decorrem de causas profundas ligadas à nossa condição de país ainda em fase de desenvolvimento. Os preços de nossos produtos de exportação vêm declinando por todo um decênio. Os produtos que importamos são de procura elástica em nosso mercado; os que exportamos, enfrentam, de maneira geral, inelasticidade de procura e concorrência crescente.

Os mesmos fatores que agravaram a inflação tornaram mais aguda, em 1962, a crise do balanço de pagamentos, acarretando um "deficit" da ordem de 400 milhões de dólares. A forma inadequada de financiamento dêsse "deficit", tal como aconteceu em anos anteriores, criou para o País um problema de endividamento a curto prazo, que deve ser enfrentado, se pretendemos criar condições para um desenvolvimento estável. O Govêrno está promovendo negociações com vistas ao refinanciamento dêsse débito a curto prazo, dentro de nossa reais possibilidades de pagamento. Por outro lado, medidas estão sendo tomadas para uma planejada disciplina na aplicação de nossa capacidade de importar, a fim de evitar a formação de novos atrasados comerciais e atender às necessidades prioritárias do desenvolvimento.

Consciente da gravidade da situação que enfrenta o País no ano corrente, estabeleci rigorosa contenção nos gastos públicos. Foi elaborado um plano que reduziu o

"deficit" potencial do Tesouro Nacional de mais de 700 bilhões de cruzeiros para cêrca de 300 bilhões de cruzeiros, aproximadamente o mesmo valor de 1962, em têrmos absolutos, equivalendo, porém, a menos de 40% da efetiva arrecadação prevista para o exercício de 1963. Esta redução foi feita de forma a preservar as atividades do Govêrno naquilo que mais diretamente interessa ao bem-estar do povo. Além da execução dessas providências, outras estão sendo tomadas para aparelhar a administração, particularmente nas áreas da Educação e Saúde Pública, de modo que, passada a primeira e decisiva fase do esfôrço para controlar a inflação, estaremos aptos a executar programas de profundidade nesses setores diretamente ligados ao homem.

Uma política de desenvolvimento, na fase atual de nossa formação histórica, deve ser uma política de reformas. Os obstáculos ao desenvolvimento, de natureza institucional, surgem de todos os lados. O mais gritante dêles está em nossa estrutura agrária, responsável pelo atraso, cada vez mais flagrante, da produção agrícola do País. O sistema fiscal, poderoso instrumento de que dispõe o Govêrno para promover o desenvolvimento e corrigir as injustiças sociais, necessita ser colocado à altura das funções que o Estado tem o dever de desempenhar.

O meu Govêrno pretende enviar ao Congresso Nacional, em futuro próximo, um conjunto de mensagens orientadas no sentido de encaminhar as reformas mais urgentes reclamadas pelas necessidades do País. Sob as

denominações genéricas de reformas agrária, urbana, tributária, bancária e administrativa, submeterei todo um conjunto de sugestões a Vossas Excelências, visando a adaptar o nosso quadro institucional aos reclamos de um desenvolvimento econômico orientado por critérios de Justiça Social. À proporção que os anteprojetos forem concluidos pelos ilustres juristas incumbidos de elaborá-los, enviarei, também, as mensagens para a reforma dos nossos Códigos, trabalho de longo alcance político e social, que está sendo coordenado pelo Ministério da Justiça.

Permitam-me, mais uma vez, dar ênfase especial ao problema agrário. Em mensagem anterior, afirmei que a "Reforma Agrária é uma idéia-fôrça irresistivel, que não pode ser protelada, pois sua urgência e necessidade estão na consciência de tôdas as camadas da população". A estrutura agrária predominante no País constitui enorme entrave ao nosso progresso econômico e social. Em um país de terra tão abundante e grande excedente de mão-de-obra, não se compreende que continuemos a viver em permanente escassez de oferta de produtos agricolas. Subutilizamos terra, mão-de-obra e às vêzes também o capital, pela irracionalidade das formas de organização da produção. Grande parte da população do campo está submetida a precárias condições de vida sem que se lhe dê a oportunidade de usar a sua capacidade de trabalho em benefício próprio.

Considero dever do meu Govêrno, inspirado nos sentimentos cristãos e democráticos do povo brasileiro

promover a implantação de uma justa Reforma Agrária, e estou certo de que não me faltará a cooperação patriótica do Congresso Nacional para saldarmos êsse compromisso que assumimos com o Povo.

Os problemas relacionados com a moradia popular, em particular nos grandes centros urbanos, serão objeto de mensagem especial ao Congresso Nacional, na qual se dará o primeiro passo para a formulação de uma política habitacional capaz de disciplinar o vertiginoso e desordenado crescimento urbano. Não desconhecemos que sòmente o desenvolvimento do País, aumentando a riqueza nacional, poderá elevar o nível de vida do povo, proporcionando-lhes adequadas condições de residência. Mas também não ignoramos que a falta de uma legislação reguladora tem permitido que a indústria de construção se transforme em prêsa favorita de especuladores, impedindo o acesso à residência própria das camadas mais pobres de nossa população.

A máquina administrativa do Estado não acompanhou as exigências do crescimento nacional. Numa fase em que o Poder Público assume novas e múltiplas funções, em grande parte de caráter técnico, assistimos ao abandono progressivo do sistema do mérito na seleção dos servidores públicos, fonte de desestímulo à formação de quadros de pessoal especializado e de desarticulação de importantes setores da Administração. A Reforma Administrativa é da mais absoluta urgência, pois dela depende o Govêrno para levar a bom têrmo a efetiva execução das demais reformas e para desempenhar a sua

tarefa de elemento propulsor do desenvolvimento nacional.

Pedirá o Govêrno ao Congresso Nacional nova e mais ampla Reforma Tributária. Além de reforçar os dispositivos legais que impedem a sonegação, definindo-lhe, inclusive, as características de ilícito penal, será a mesma orientada no sentido de alcançar os objetivos de melhor distribuição da carga fiscal, fazendo-a recair mais fortemente sôbre os detentores de alta renda. Devemos considerar o impôsto não apenas como fundo de receita pública, mas, primordialmente, como instrumento para a realização das reformas e como estímulo ao desenvolvimento.

Na presente conjuntura nacional, impõe-se com igual imperatividade a Reforma Bancária. A inexistência de um autêntico sistema de Banco Central no País tem aumentado as dificuldades do Govêrno para disciplinar o fluxo monetário e controlar a inflação.

Salvar o País das conseqüências imprevisíveis de uma hiperinflação, dotá-lo de reformas estruturais que libertem a plenitude das fôrças potenciais de seu desenvolvimento, aprimorar e fortalecer o regime democrático, são as maiores tarefas que nos cabe cumprir em 1963. Teremos, assim, encerrado a fase de perigosas tensões sociais e aberto amplos horizontes para a efetiva melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

O Govêrno se propõe enfrentar o complexo problema da nacionalização das emprêsas de Serviço Público, notadamente de Energia Elétrica e Telecomunicações. A solução, no caso dêstes últimos serviços, foi já encaminhada

pelo Código de Telecomunicações. O desenvolvimento do setor energético, vital para o País, tem dependido em forma crescente do Govêrno Federal para o seu financiamento. A nacionalização das emprêsas sob contrôle de grupos estrangeiros deverá ser feita para assegurar o desenvolvimento equilibrado dêste setor e manter o espírito da legislação que criou a Eletrobrás. O Govêrno atuará com tôda a cautela, e a opinião pública será sempre informada dos passos que venham a ser dados, para que através do debate franco melhor possam ser resguardados os interêsses nacionais.

SENHORES CONGRESSISTAS

A tônica desta mensagem que tenho a honra de encaminhar a Vossas Excelências é, como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento, subordinado aos interêsses do povo brasileiro e aos princípios da Justiça Social.

No mesmo sentido se orienta a política externa — que não mudará — mantendo-se fiel à vocação pacífica do nosso povo, devotada intransigentemente à causa da fraternidade universal, da preservação da paz, da repulsa ao emprêgo da violência na solução dos problemas internacionais e à defesa do princípio da autodeterminação dos povos.

Na atual conjuntura brasileira é de particular importância o papel do comércio exterior no êxito do processo de emancipação nacional. Cumpre-nos redobrar esforços no sentido de ampliar os mercados tradicionais, inten-

sificando o intercâmbio com os nossos supridores clássicos — Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão — ao mesmo tempo em que devemos expandir o comércio encetado com o Mundo Socialista, e bem assim conquistar novos mercados na África e na Ásia. Cuidaremos, também, de aproveitar as reais possibilidades oferecidas pelo Mercado Comum Europeu e o fortalecimento do comércio com a América Latina, dando objetividade, cada vez maior, à Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Não basta, porém, que o Brasil procure expandir seus mercados tradicionais e conquistar outros. Êsses objetivos, conquanto válidos, não nos devem fazer esquecer a necessidade de que se modifique a própria estrutura do comércio internacional, de modo a que se alterem nossos têrmos de intercâmbio com os países industrializados e se corrijam as tendências que, por tão longo tempo e de maneira tão profunda, vêm agindo em prejuízo dos nossos interêsses.

Assim compreendida, a política externa deverá visar à modificação do presente mecanismo em que se desenrolam as trocas internacionais, com vistas à criação de uma nova estrutura institucional que realmente atente para as peculiaridades do comércio entre países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico e contribua para a remoção dos obstáculos ao comércio e ao consumo dos produtos primários.

Estaremos, então, criando as condições essenciais ao pleno aproveitamento do comércio exterior como fator de desenvolvimento econômico. Embora necessitemos hoje — e ainda no futuro — da assistência financeira prestada

pelos países mais adiantados, devemos compreender que tal assistência tem como objetivo resolver problemas de curto e médio prazo, derivados essencialmente da situação adversa com que nos defrontamos no comércio internacional.

Essa é a política mais condizente com os anseios de emancipação econômica e social do povo brasileiro.

SENHORES CONGRESSISTAS

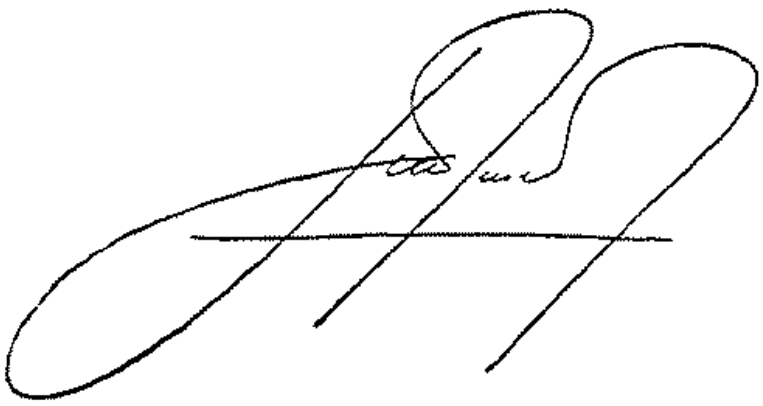
Estamos no limiar de nova e decisiva fase de nossa história política. Sob o impacto de um pronunciamento popular como nunca se registrara no Brasil, abriu-se para o nosso País um nôvo ciclo. O povo brasileiro chegou ao centro da cena política e impõe a sua vontade. Esta é uma vontade para reformas. Esta é uma vontade para o progresso.

Fiel aos ideais de emancipação econômica e justiça social legados por Getúlio Vargas e expressos em sua carta-testamento, não faltarei aos meus compromissos com o povo que, renovando e legitimando, de forma tão significativa, o mandato que anteriormente me conferiu, manifestou também a sua solidariedade pela realização de reformas de estrutura, que sempre defendi como indispensáveis à estabilidade social e ao progresso do País.

A projeção setorial da política do Govêrno está contida no texto da Mensagem. Nesta introdução, limitei-me a destacar os pontos que me pareceram mais importantes da atual conjuntura nacional.

Augurando uma fecunda sessão legislativa, seja-me permitido manifestar a certeza de que o Congresso Nacional, identificado com as mais legítimas aspirações do povo, possilibitará ao Executivo a adoção da política de renovação estrutural da qual depende o encontro do Brasil com seus altos e magníficos destinos.

Brasília, 15 de março de 1963.



I — PLANEJAMENTO E ECONOMIA NACIONAL

A) A NECESSIDADE DE PLANEJAR

O desenvolvimento econômico e social requerido pelo povo brasileiro implica, bàsicamente, em que o Govêrno discipline sua ação. O planejamento, como instrumento de Govêrno, responde a êsse requisito. Por intermédio do planejamento, pode-se aumentar a eficiência na utilização dos recursos nacionais. O planejamento adequado evita o desperdício de esforços com falsos objetivos, ou com a eleição de objetivos contraditórios dentro da própria administração. O planejamento constitui-se, êle próprio, em uma reforma de base, não obstante ser êle instrumental. Os objetivos políticos e sociais da Nação é que ditam o conteúdo do planejamento.

Determinei, por isso, como condição preliminar de minha Administração, a elaboração de um plano para servir de instrumento básico ao meu Govêrno. O «Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social», — ao mesmo tempo em que é objeto do mais amplo debate democrático das diversas correntes de opinião do País —, entrou em execução vigorosa logo após o «referendum» popular de 6 de janeiro, que determinou a restauração do regime presidencialista. Não obstante, o próprio resultado do Plano Trienal está, em boa medida, dependente da eficácia das reformas de base, que afinal vierem a ser instituídas pelo Congresso Nacional.

Em passado não muito distante prevaleciam ainda no Brasil, como de resto em quase todo o mundo, preconceitos contra a idéia do planejamento, que era, errôneamente, associada à limitação ou supressão da liberdade de iniciativa. Na verdade, o planejamento fortalece, de fato, a iniciativa privada, ao diminuir a probabilidade de ocorrência de empreendimentos frustrados e ao protegê-la contra medidas governamentais improvisadas. Esta falsa interpretação foi, felizmente, superada. Hoje em dia é

pacífico que os óbices que se antepõem ao desenvolvimento dos países, atualmente subdesenvolvidos, são de tal monta que só um adequado planejamento poderá superá-los, em tempo compatível com a urgência das soluções exigidas pelos povos dêsses países.

Sem ingerência direta na vida e nas decisões da emprêsa privada, o planejamento, ao identificar, com a necessária clareza, as metas sociais e econômicas, necessárias ao desenvolvimento da sociedade, bem como ao instituir a política econômica a ser seguida, induz o setor privado, de forma natural e espontânea, a coordenar seus esforços e a adequar seus programas de produção e de investimentos àqueles objetivos.

O planejamento, entretanto, não se resume pura e simplesmente na elaboração do documento inicial. É um processo permanente de atualização, revisão e ampliação do plano, a fim de adaptá-lo às novas situações que vão surgindo durante a sua execução. Com esta finalidade, o Govêrno instituirá um sistema nacional de planejamento, que permitirá a integração e a coordenação, em tôrno dos mesmos objetivos, de tôda a administração pública federal.

Uma vez institucionalizado o sistema e acrescidos os quadros administrativos pela formação de especialistas em planejamento, a eficácia do plano será aumentada. Da mesma forma, o processo de planejamento aperfeiçoar-se-á à medida em que a máquina administrativa fôr se adestrando na técnica e em padrões de comportamento que revelem a consciência da necessidade da ação planejada.

B) TENDÊNCIAS RECENTES DO DESENVOLVIMENTO

A economia brasileira vem apresentando, nos últimos anos, vigoroso ritmo de desenvolvimento. De fato, entre 1947 e 1961, a produção nacional, em têrmos reais, expandiu-se a uma taxa média de 5,8% por ano. Em período mais recente, 1957/61, acelerou-se o ritmo, tendo aquela taxa alcançado a média de 7% por ano. Levando-se em conta o crescimento da população, veri-

fica-se que o crescimento médio da renda «per capita», naqueles períodos, foi, respectivamente, 2,7% e 3,9%. São índices de crescimento dos mais elevados do mundo, superando largamente, como ritmo, o dos demais países da América e equiparando-se ao observado nos países que compõem o Mercado Comum Europeu.

É de notar-se, ainda, que êste desempenho da economia brasileira foi conseguido em meio a condições especialmente adversas, observadas principalmente nos últimos anos. No qüinqüênio 1957/61, por exemplo, a deterioração dos preços dos produtos de exportação foi tal que, tomando como base os níveis vigorantes em 1951, ocasionou ao País um prejuízo de perto de um bilhão de dólares.

Devemos reconhecer, entretanto, que o nosso desenvolvimento se vem fazendo à custa de enorme sacrifício para algumas categorias sociais, em virtude da inadequação do sistema tributário e da própria inflação — no ano findo o índice de elevação dos preços ultrapassou o nível de 50% —, a qual, por sua vez engendra distorções no processo econômico tendentes a reduzir o seu rendimento. Vale dizer, o custo social do desenvolvimento tem sido desnecessàriamente elevado, enquanto a distribuição dos seus frutos não tem sido a mais justa.

Por outro lado, é preciso dizer que o desequilíbrio externo se aprofundou, também, desmedidamente, passando a constituir em ponto vulnerável da economia, e ameaçando, em parte, a continuação do próprio processo de desenvolvimento.

C) OBJETIVOS GERAIS DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO

A redução do custo social do desenvolvimento, que constitui uma das diretrizes da política do Govêrno, exige necessàriamente a redução da pressão inflacionária, que permitirá, também, atenuar progressivamente as desigualdades regionais de padrões de vida. É, igualmente, imprescindível que o ritmo da elevação dos preços se reduza a níveis suportáveis pelo contrôle efetivo da taxa de inflação, a fim de evitar que esta assuma feições características de inflação galopante, risco que o País não pode correr.

O contrôle da inflação exige medidas tendentes à eliminação ou à atenuação do desequilíbrio monetário e financeiro, o que, à falta de outras providências, poderia redundar na queda do nível dos investimentos públicos e privados, afetando a taxa de crescimento da economia. Como o objetivo central da política do Govêrno consiste exatamente na manutenção em alto nível dessa taxa de crescimento, é imprescindível que se atribua a mais alta prioridade às medidas destinadas a evitar o declínio da taxa de investimentos.

Tais medidas, que só podem ser concebidas e adotadas no contexto de um plano global, compreendem, de um lado, a orientação e ordenação dos investimentos e, de outro, a mobilização de recursos não inflacionários para financiamento dêsses investimentos e cobertura do «deficit» do setor público. O Plano Trienal prevê a adoção dessas medidas, com o que será possível manter a taxa de crescimento da economia ao elevado nível de 7% por ano.

A correção das distorções e desequilíbrios, o fortalecimento da estrutura da economia, o aperfeiçoamento da máquina administrativa e o afinamento dos instrumentos diretos ou indiretos de orientação dos investimentos, que resultarão da execução do plano e de introdução das reformas de base, permitirão, inclusive, que, a partir de 1966, se contemple a possibilidade de elevar a taxa anual de crescimento da economia para 8%.

Alguns obstáculos, porém, existem. Um dêles é o volume das obrigações em moeda estrangeira assumidas pelo País. Sua magnitude não é exagerada face nossa receita de divisas. Contudo, mais da metade dessas obrigações se vencem no triênio 1963/65, representando um encargo médio de US$ 500 milhões por ano, valor correspondente a 40% de nossas exportações. É evidente que a liquidação integral dessas obrigações, em condições meramente comerciais, só seria possível com a redução drástica das importações, o que afetaria necessàriamente o ritmo de desenvolvimento.

Impõe-se, pois, negociar com os credores externos a consolidação, a prazo adequado, da dívida vencível no triênio. Para que essas negociações se realizem em bases estritamente comerciais, é indispensável que o País demonstre a sua solvência externa, restaurando o equilíbrio da conta de transações correntes do balanço de pagamentos, a qual, em 1962, apresentou «deficit» de

US$ 400 milhões, aproximadamente. Neste sentido, está prevista a programação rigorosa do comércio exterior e do câmbio, de modo a estabilizar a posição devedora externa do País.

D) O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO NO TRIENIO 63/65

O Plano Trienal postula para o período um ritmo de crescimento real do produto interno bruto de 7% ao ano. Com isto, em 1965 o produto interno será 22,5% maior que em 1962, enquanto que a renda real, por habitante, apresentará acréscimo de 12% sôbre o mesmo ano.

Para lograr aquela taxa de desenvolvimento, terão que ser investidos, no triênio, Cr$ 3.500 bilhões, sendo Cr$ 3.003 bilhões em capital fixo e o saldo na ampliação de estoques. Ao setor privado caberá a realização de cêrca de duas têrças partes dos investimentos programados, e, ao setor público, a parcela restante.

Setorialmente assim se distribuirão os investimentos de capital fixo: os sistemas de transportes absorverão 29%; as indústrias de transformação, 18,6%; a indústria de energia elétrica, 13,7%; a de construção residencial, 12,4%; a agricultura, 8,4%; a indústria do petróleo, 7,6%; e os demais setores, 10,3%.

A efetivação dos investimentos previstos no Plano Trienal estará condicionada pela possibilidade de apoiá-la, de forma crescente, na oferta interna de bens de produção. Será fundamental, pois, dar prosseguimento e aprofundar o processo de substituição de importações nos setores econômicos estratégicos. A expansão adequada das indústriais receberá, em conseqüência, todo o apoio governamental.

O esfôrço necessário de substituição de importações deverá reduzir a participação dos equipamentos importados, na formação de capital fixo, para 27 por cento, em 1965. Recorde-se que o contingente importado, em 1949, era de 49 por cento, e o de 1958 de 33 por cento.

Não obstante, o dispêndio cambial com a importação de bens de capital, durante o triênio, deverá totalizar o equivalente a 1.100

milhões de dólares. Dêsse total, 375 milhões corresponderão a equipamentos destinados a projetos de ampliação da indústria de transformação; 204 milhões para transportes, em geral; 180 milhões para o setor de energia elétrica, e 180 milhões para a indústria petrolífera.

E) AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA

O desenvolvimento econômico provoca sucessivas modificações na estrutura do aparelho produtivo. À medida que êste se expande, a sua composição tende a modificar-se, ganhando em complexidade. A função do planejamento consiste, exatamente, em prever as alterações estruturais, coordenar as providências necessárias à criação das condições favoráveis à sua ocorrência, e identificar e prevenir o aparecimento de tendências deformantes do sistema econômico.

A economia brasileira, com sua rápida expansão nos últimos anos, sofreu modificações profundas na sua estrutura. Superou, há muito, o período de implantação da indústria de bens de consumo, e entrou decididamente no setor das indústrias básicas. O Plano Trienal, que pretende sustentar o ritmo elevado de crescimento do produto, exigirá, para ter êxito, a consolidação e integração da indústria nacional de bens de produção.

A ampliação do parque produtor de matérias-primas fundamentais, com a redução do grau de dependência de suprimentos externos, particularmente nos setores metalúrgico e energético, onde a substituição de importações é, ainda, em têrmos relativos, menos intensa, tem a sua importância claramente definida no programa de govêrno para o triênio 1963-1965. As questões relacionadas com a sua efetivação encontram-se já equacionadas de maneira satisfatória.

Permanece, porém, como setor crítico, o da indústria de bens de capital. Dada a limitação de nossa capacidade de importar, os investimentos na formação de capital fixo indispensáveis à expansão global da economia brasileira à razão média, anual, de 7 por cento, terão que apoiar-se substancialmente na produção interna

de equipamentos. Em que pêse, porém, aos progressos realizados pela indústria de bens de capital, subsistem problemas complexos a demandar providências especiais para que, de fato, se possa manter em 27 por cento a quota dêsses bens de origem estrangeira nos investimentos fixos.

O primeiro dos referidos problemas decorre da própria necessidade de ampliar a sua capacidade de produção, aumentando o referido potencial produtivo das instalações já existentes, e introduzindo novas linhas de produtos. Neste caso, a solução estará, bàsicamente, na dependência de assistência financeira adequada, ao setor privado, para a concretização de seus empreendimentos. Para tanto, dispõe o País de um órgão financeiro como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que se tem revelado bastante eficiente. A ampliação de sua capacidade financeira para permitir montante adequado de investimentos será particularmente cuidada pelo Govêrno.

Mecanismos apropriados serão criados ou aperfeiçoados, a fim de promover ampla mobilização da capacidade de produção instalada no País. A indústria de equipamentos, por sua natureza, tende a operar com baixos coeficientes de utilização das respectivas instalações, mesmo quando existem, do ponto-de-vista de mercado, condições objetivas para o seu aproveitamento a níveis mais elevados. Nas economias em estágios menos avançados de industrialização, como ocorre, presentemente, com a brasileira, esta propensão se acentua, ou pela falta de complementação adequada do parque industrial, que tolhe as possibilidades de um uso eficiente da capacidade, ou pela relativa debilidade financeira das emprêsas fabricantes de equipamentos, que não lhes permite financiar adequadamente as suas necessidades de capital de movimento, bem como as vendas de seus produtos. As dificuldades dêsse gênero serão enfrentadas com vigor, inclusive incentivando as exportações no decidido propósito de evitar a formação de capacidade ociosa na indústria nacional de equipamentos.

Aspecto fundamental e decisivo para o crescimento da indústria de bens de capital é, também, a formação de quadros técnicos nacionais e a criação de centros de pesquisas, dotados de condições reais para assistir e orientar a atividade industrial, no aproveitamento pleno dos progressos e inovações tecnológicas.

É absolutamente imprescindível, ainda, para que a economia nacional possa comandar os seus destinos, que todos os brasileiros, e, em particular, aquêles que detêm responsabilidades na condução da nossa sociedade, adquiram clara consciência da importância vital dos pré-investimentos na pesquisa científica, pura e aplicada, e no treinamento e formação de pessoal. A economia brasileira já alcançou um grau de complexidade que não pode mais prescindir de uma infra-estrutura científica para prosseguir no seu crescimento acelerado.

O complemento indispensável dos pré-investimentos em pesquisas tecnológicas e científicas e na formação de pessoal especializado, consiste na pesquisa e no tombamento dos recursos naturais do País.

Sòmente através do conhecimento pleno da potencialidade dêsses recursos se poderá controlar e orientar conscientemente as transformações estruturais no setor industrial reclamadas pelo desenvolvimento. A seleção das técnicas utilizadas no parque industrial tem que ser conforme à constelação de recursos do País.

O pêso do financiamento das aplicações em pesquisas de recursos naturais, bem como a responsabilidade por sua condução, recaem sôbre o Govêrno Federal. Com a criação do Ministério das Minas e Energia e a aprovação do projeto que o organiza, em fase adiantada de tramitação no Congresso Nacional, estará o Govêrno bem armado, sob o aspecto institucional, para cumprir o programa fixado para o setor de pesquisas, no Plano Trienal. Precisará, no entanto, dispor de recursos mais amplos para aprofundá-lo. Pretende, por isto, o meu Govêrno, no decurso dêste exercício, oferecer à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei regulamentando o art. 15, III, da Constituição Federal, no tocante ao impôsto único sôbre minerais.

Tôdas as providências que se fizerem necessárias, com relação aos demais setores de atividade econômica, e capazes de conduzir as modificações estruturais impostas pelo desenvolvimento da economia, segundo as diretrizes do Plano Trienal, serão tomadas.

Em virtude dessas modificações na estrutura da economia, os distintos setores de atividade produtiva apresentarão taxas dispares de crescimento, no triênio compreendido pelo Plano. Assim

é que, enquanto a indústria se deverá expandir à razão de 11,2 por cento, por ano, o crescimento da agricultura será de 5,7 por cento; do comércio, de 8,2 por cento; dos transportes, de 8,8 por cento; dos serviços pessoais, de 3 por cento. O objetivo básico do planejamento é permitir que essas complexas modificações de estrutura ocorram com o mínimo de tensões, máximo de economia na utilização dos fatôres e a mais equânime distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

Nos capítulos seguintes desta Mensagem serão analisadas, justamente, as políticas setoriais, regionais, sociais, bem como nossas relações externas e a Segurança Nacional, confluentes tôdas para o objetivo comum de eliminar os perigos que, a curto prazo, ameaçam nosso desenvolvimento, e estabelecer bases novas para acelerá-lo o mais intensa e ràpidamente possível.

II — POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

1. Características Gerais

O comportamento da agricultura brasileira, em 1962, foi insatisfatório e contribuiu para deprimir a taxa de crescimento da economia nacional. Enquanto o ritmo da expansão agrícola, no ano de 1961, foi, em média, da ordem de 5%, os dados preliminares disponíveis indicam ter havido, no ano passado, aumento substancialmente inferior na produção total do setor: lavouras, produção animal e extrativa vegetal. Durante o último decênio, aparentemente só os resultados de 1956 foram menos favoráveis, mas então por ter sido o café prejudicado por adversas condições climáticas. Em 1962, o setor de produtos de exportação igualmente sofreu os efeitos da quebra do café, ainda que os demais produtos da pauta do comércio exterior acusassem grande progresso. No setor de mercado interno, o grupo dos alimentos progrediu em proporção inferior à do incremento demográfico.

A par de seu crescimento, revela a população uma forte tendência para concentrar-se nas zonas urbanas industrializadas. A insuficiência da oferta interna de alimentos que não possa ser compensada com importações dá lugar, forçosamente, a transtornos e crises de abastecimento, como se verificou em 1962, quando o produto agrícola declinou por fôrça dos fatôres climáticos que prejudicaram de modo sensível as colheitas do feijão, do arroz e do trigo. A safra do primeiro dêsses produtos foi 9% menor que em 1961, apresentando os dois outros acréscimos, respectivamente, de 2,8% e de 1,4%, inferiores ao do incremento demográfico. A soja, que dobrara sua produção nos quatro anos anteriores, registrou moderado aumento, da ordem de 3%, oferecendo o milho e a batata resultados mais compensadores: acréscimos respectiva-

mente de 9,5% e de 5,0% sôbre o ano anterior. Enquanto o cacau, em crise há vários anos, acusou um aumento de 6%, o café, nosso grande produto de exportação, registrou um volume 14% menor que o da safra de 1961. Entre os fatôres adversos devem ser também computados os efeitos da crise politica sôbre o ânimo dos agricultores, desencorajando iniciativas, além de tolher a própria atuação das agências governamentais ligadas aos setores de pesquisas e fomento.

O volume dos empréstimos concedidos à agricultura, não obstante, foi aumentado em têrmos reais, de modo considerável. As operações realizadas pela CREAI beneficiaram número significativamente maior de agricultores, melhorando, ao mesmo tempo, a composição dos produtos abrangidos pelos financiamentos. A política de preços mínimos, por outro lado, foi amplamente aplicada. Todavia, os efeitos de tais providências só se farão sentir, em sua plenitude, na safra do corrente ano.

Em 1962, as fábricas nacionais entregaram ao mercado, 7.586 tratores, dos quais 1.984 leves, 4.779 médios e 823 pesados, em contraste com a produção do ano anterior, de apenas 1.715 tratores. Completados os projetos a que o Govêrno deu aprovação, tornou-se o país auto-suficiente em tratores agrícolas de rodas. O mesmo ocorrerá brevemente quanto a tratores de esteiras, com a implantação das fábricas projetadas.

2. Instrumentos de ação

Em 1962, registraram-se grandes progressos do ponto-de-vista da capacitação organizacional do Govêrno, para agir eficazmente sôbre a agricultura e sôbre o abastecimento. O Gabinete chefiado pelo eminente Professor Francisco Brochado da Rocha obteve do Congresso Nacional delegação de podêres que ensejou ao Govêrno aperfeiçoar ràpidamente os seus instrumentos de ação sôbre o setor agrícola. As falhas observadas nos órgãos já existentes foram corrigidas. Outros órgãos, indispensáveis à eficácia da política de desenvolvimento agrícola e de melhoria do abastecimento, sem perda de tempo foram criados. O coroamento lógico das providências de natureza institucional — acrescendo novos e

reais podêres ao Govêrno para estimular o desenvolvimento da agricultura — impõe a aprovação de lei de reforma da estrutura agrária, cujas deformações atuais estrangulam o progresso da agricultura e a melhoria das condições de vida da população rural. Enumeram-se, nos parágrafos seguintes, as medidas fundamentais adotadas com base na habilitação legislativa deferida ao Govêrno.

a) *Reorganização do Ministério da Agricultura*

O adequado desenvolvimento da agricultura depende, bàsicamente, da eficiência dos pré-investimentos em pesquisas, da oportuna transmissão de seus resultados aos agricultores e da correta orientação da atividade no setor primário. Não dispondo os agricultores nem da organização, nem da capacidade técnica e financeira para prescindirem, nesse campo, do apoio governamental, a intervenção ativa do poder público é insubstituível na formulação da política agropecuária, nas investigações e no fomento. Não dispunha o Ministério da Agricultura de estrutura interna que o capacitasse a desempenhar, satisfatòriamente, tais funções. Como primeiro passo para dotar o Govêrno da capacidade de agir, com êxito, naquele domínio, impunha-se a reorganização do Ministério, de modo a transformá-lo num instrumento ativo do progresso econômico nacional. A Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, deu-lhe nova organização, condizente com as responsabilidades de elaboração e execução da política agrícola e agrária do Govêrno, orientando, estimulando e fiscalizando as atividades rurais do País. Conta agora o Ministério com órgãos normativos e de assessoramento e com órgãos executivos adequados a suas finalidades.

b) *Fundo Federal Agropecuário*

Além daquelas falhas, sanadas pela reestruturação, eram as atividades do Ministério prejudicadas pela insuficiência das respectivas dotações orçamentárias, bem como pelas retenções ou liberações extemporâneas de verbas. Adotado o planejamento econômico como norma de Govêrno, o problema dos cortes e retenções de verbas terá solução racional. Para que a carência de

recursos não mais comprometesse o sucesso de seus programas de trabalho, a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, criou o Fundo Federal Agropecuário, constituído de 3% da receita da União, dos quais 60% serão aplicados em programas da responsabilidade direta do Ministério. Os 40% restantes se repartirão entre a Superintendência de Política Agrária, a Superintendência Nacional do Abastecimento e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

c) *Comissão de Financiamento da Produção*

A política de garantia de preços mínimos, conduzida com habilidade, é poderoso instrumento de incentivo e orientação da produção agropecuária. A lei que a instituira em 1951 e que regulava a sua aplicação se ressentia, no entanto, de imperfeições que entravavam a sua boa execução. A Comissão de Financiamento da Produção, que é o seu órgão executor, não dispunha, na prática, dos meios para aplicá-la. Em face de tal situação, a Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962, reformou a legislação anterior, estendendo a garantia dos preços mínimos aos produtos das atividades pecuária e extrativa vegetal, além de estabelecer que tais vantagens só seriam asseguradas em favor do produtor e de suas cooperativas. Na regulamentação da Lei, estabeleceram-se normas racionais para a execução dessa política. Transformada em autarquia, a Comissão de Financiamento da Produção ficou sob a jurisdição da SUNAB.

d) *Superintendência da Política Agrária*

Para a reforma da estrutura agrária do País, imperativo de ordem social e econômica, não dispunha o Govêrno de instrumento administrativo adequado. O antigo INIC se revelara incapaz de realizar, com eficiência, os projetos de colonização de suas próprias glebas. Criou-se, por isso, através da Lei Delegada nº 11, a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, com grande soma de podêres e flexibilidade de ação. O antigo INIC foi por ela absorvido, juntamente com o Serviço Social Rural. Além dos recursos antes

atribuidos a êsses dois órgãos, das dotações orçamentárias e de recursos oriundos da sua própria atividade de executora dos programas de colonização e de reforma agrária, contará, ainda, a SUPRA, com 15% da receita do Fundo Federal Agropecuário.

e) *Superintendência do Desenvolvimento da Pesca*

Ainda prêsa aos métodos mais primitivos de exploração da fauna aquática, a produtividade da indústria da pesca é, por conseguinte, extremamente baixa. Para desenvolvê-la, criou-se, com base na delegação de podêres, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, autarquia subordinada ao Ministério da Agricultura, cabendo-lhe 10% do Fundo Agropecuário. Compete-lhe, fundamentalmente, traçar a política governamental de incentivo à indústria da pesca, bem como velar pela fiel execução dos correspondentes programas de expansão da atividade.

f) *Superintendência Nacional do Abastecimento*

A precariedade dos instrumentos governamentais de ação sôbre o sistema de abastecimento era notória. Por defeitos institucionais, as diferentes agências que atuavam no setor agiam de maneira descoordenada e, muitas vêzes, contraditória, quase sempre ao sabor de pressões circunstanciais. Assim, ao procurar corrigir distorções e crises no abastecimento, a intervenção estatal contribuía, a miúde, para perturbar ainda mais o mercado. Recebidos do Congresso Nacional podêres especiais para legislar sôbre a matéria, instituiu-se a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), bem como se autorizou essa autarquia a organizar a Companhia Brasileira de Alimentação e a Companhia Brasileira de Armazenamento. A aprovação de lei dispondo, de forma ampla e efetiva, sôbre a intervenção no domínio econômico completou essas medidas. A fim de unificar e racionalizar a intervenção disciplinadora do Govêrno no abastecimento, a lei colocou sob a jurisdição técnica e administrativa da SUNAB a Comissão de Financiamento da Produção, bem assim as emprêsas de que a União participe majoritàriamente e exerçam atividades no âmbito do referido diploma legal. Ficaram tècnicamente jurisdi-

cionados pela nova autarquia os Institutos do Açúcar e do Álcool, o Instituto Brasileiro do Sal, o Instituto Nacional do Mate e o Serviço de Alimentação da Previdência Social, os quais permaneceram, todavia, sob a jurisdição dos respectivos Ministérios. Outrossim, do Conselho Deliberativo da SUNAB participam representantes de todos os órgãos da Administração Federal capazes de dar contribuição aos programas nacionais de abastecimento.

Os podêres de intervenção no domínio econômico conferidos à SUNAB, pela Lei Delegada nº 4, cobrem um vasto campo e serão rigorosamente utilizados em benefício da coletividade.

3 — PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA PARA O TRIÊNIO 1963-1965

a) Produção

O objetivo fundamental do programa de desenvolvimento da economia nacional para o triênio 1963-1965, é o de manter, nesse período, a taxa de crescimento do Produto Real ao nível de 7% ao ano, alcançada nos últimos anos, concomitantemente com a redução das pressões inflacionárias. A fim de contribuir para êsse resultado, a agricultura brasileira deverá realizar esforços no sentido de expandir a produção de alimentos em escala compatível com o crescimento e estrutura potenciais da demanda, corrigir as distorções e deficiências observadas no setor especializado em produtos de exportação, bem como aumentar a produção e melhorar a qualidade das matérias-primas destinadas ao mercado interno.

Tais objetivos, tanto quanto possível, deverão ser alcançados com a simultânea melhoria da produtividade, de modo a reduzir os custos reais da agricultura.

Produtos alimentares

Com referência a êste setor, prevê-se atenção especial para aquêles produtos que constituem a base da alimentação da popu-

lação brasileira, procurando inverter a tendência à diminuição do ritmo de expansão da produção, que se agravou em 1962. Sempre, porém, que viável a exportação de excedentes, o Govêrno estimulará uma expansão adicional da oferta dêsses produtos. Estudos preliminares possibilitam uma visão antecipada do aumento provável da demanda de alimentos básicos até 1965 e 1970, se a renda real, por habitantes, crescer, nos próximos anos, segundo o ritmo programado pelo Plano Trienal.

Urge que a produção corresponda a essa crescente demanda. O trigo, que pesa sobremaneira no balanço de pagamentos do País, e que constitui, por êsse fato, um problema especial, deve ter o consumo contido em níveis toleráveis, ainda que à custa de medidas enérgicas. A primeira delas já foi tomada, com a supressão do subsídio do trigo, eliminando-se, assim, uma das fontes de pressão inflacionária. Outras providências compreenderão, sobretudo, estímulos à sua substituição, na medida do possível, por produtos alimentares produzidos no País, a par do desenvolvimento da tritícultura nacional. Os resultados conseguidos no programa de sua recuperação, notadamente no terreno da genética, ensejam expectativa otimista. Com a colaboração de geneticistas italianos e de técnicos japonêses em doenças fúngicas, a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, com recursos proporcionados pelo Ministério da Agricultura, tem feito progressos animadores em tal sentido. O Govêrno Federal continuará a emprestar todo o apoio ao prosseguimento dêsses estudos básicos. Não só nesse, mas em vários outros campos, durante o triênio 1963-1965, todos os recursos governamentais serão mobilizados no propósito de conciliar as tendências da produção de alimentos com as do crescimento da população e de suas necessidades alimentares, bem como com as exigências da capacidade de importar do País. No setor de carnes, e com êsse intuito, criou o Govêrno um Grupo de Trabalho para o desenvolvimento da pecuária, incluindo-se, entre as suas atribuições específicas, a de formular uma política

governamental estável de exportação, visando à elevação progressiva dos contingentes destinados ao mercado internacional.

Produtos de Exportação

Neste particular, o problema mais sério com que se defronta o Govêrno é o da superprodução de café e a conseqüente acumulação de estoques de escoamento imprevisível. A safra 1962-1963, segundo as previsões do I.B.C., deverá totalizar 27 milhões de sacas, enquanto que nos três anos agrícolas seguintes somará 87 milhões de sacas, contra um volume total de exportação de aproximadamente 56 milhões de sacas. Comparando-se as previsões de exportação e produção para o triênio 1963-1965, verifica-se que o Govêrno terá, ao final do período, adquirido cêrca de 40 milhões de sacas, uma vez que o café para o consumo interno é retirado do estoque do I.B.C., a preços subsidiados. Se se deduzirem os montantes consumidos internamente, os estoques governamentais, atualmente de 51 milhões de sacas, serão acrescidos de mais 20 milhões de sacas.

A política governamental do café, que deverá proporcionar aos produtores todo o amparo e assistência, não poderá, entretanto, ignorar essa realidade. A produção, em volume muito acima da possibilidade de absorção pelo mercado, não satisfaz a qualquer necessidade, quer dos produtores, quer da economia nacional. Corresponde, de fato, a uma esterilização injustificada de recursos reais de produção.

O outro importante produto da pauta de exportação é o cacau, ameaçado pela podridão parda, que causa graves prejuízos às plantações, afetando sèriamente a sua produtividade. Além do combate a essa praga, impõe-se a introdução de métodos mais eficientes de tratamento das plantações, particularmente os que, relacionados com a adubação, influam sôbre o rendimento dos cacaueiros, últimamente em sensível decréscimo.

Com relação aos demais produtos agrícolas de exportação, a preocupação dominante do Govêrno, no triênio 1963-1965, será a de reforçar a sua capacidade de concorrência no mercado internacional, mais do que nunca altamente competitivo. Tal resultado

só poderá ser conseguido através de aumentos de produtividade e de melhoria dos padrões qualitativos, com uma classificação mais rigorosa dos produtos.

Matérias-Primas

Algodão — A cultura algodoeira, em crise durante largo período, desde 1959 mostra sinais evidentes de recuperação. A consolidação e fortalecimento dessa tendência constituirá a tônica da ação governamental com relação a essa cultura, que poderá proporcionar importante contribuição em divisas no triênio 1963-1965.

Juta — Esta cultura, uma das bases principais da economia amazônica, antes em franca expansão, experimentou considerável quebra de safra em 1962. A sua produção terá sido inferior em 12% à do ano anterior. A importância da juta na economia regional e nacional exige a execução de programas bem orientados de pesquisas e fomentos, visando à elevação da produtividade e o desenvolvimento dessa cultura.

Borracha — O problema mais grave e de solução mais complexa, no setor de matérias-primas para o mercado interno, é o relativo à borracha natural. A produção interna provém, quase totalmente, da exploração de seringais silvestres da Amazônia. De produção incerta, por sua natureza, e com um volume atualmente da ordem de 20.000 toneladas/ano, oferece remotas possibilidades de aumento, devendo mesmo entrar em maior declínio à medida que surjam novas oportunidades de emprêgo para a mão-de-obra das áreas produtoras. As tentativas, governamentais e privadas, de formação de novos seringais, não surtiram efeito. Mas as condições naturais do país e a necessidade de aliviar o balanço de pagamentos não mais justificam insucessos nesse campo. Suas causas serão amplamente investigadas, para servirem de base a programas de formação e ampliação de seringais, que o Govêrno pretende executar preferentemente em regiões de boas condições ecológicas e econômicamente atrasadas.

Pesca

Com a criação da SUDEPE, dispõe agora o Govêrno de um instrumento para a racionalização e ampliação da produção de pescado. Não se deve, porém, esperar a modernização a curto prazo da pesca nacional, dado o alto vulto dos investimentos exigidos. Cêrca de 20 a 25 bilhões de cruzeiros são necessários para embarcações e instalações frigoríficas terrestres, a fim de que a atual produção seja duplicada. A SUDEPE cuidará, porém, desde logo, de fomentar a ampliação e racionalização da infra-estrutura existente, além de dispensar maior apoio técnico e financeiro aos pescadores e emprêsas de pesca, agindo, também, no setor de pré-investimentos para a obtenção de conhecimento mais completo dos recursos pesqueiros exploráveis e do treinamento de pessoal para exploração pesqueira em todos os seus aspectos.

b) Ação Governamental

A política agrícola, traçada para o triênio 1963-1965, parte do princípio básico de que a agricultura, mais que qualquer outra atividade econômica, exige intensa e constante atenção governamental. E de que os objetivos dessa política devem situar-se rigorosamente dentro dos marcos estabelecidos no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Pesquisas e Experimentação Agropecuária

Insere o Plano Trienal um programa de pesquisas e experimentação agropecuárias, dividido em duas etapas, uma a curto prazo e outra a longo prazo. Tem êsse programa como preocupação central e imediata a elevação de rendimentos por área e da produtividade por homem ocupado nas culturas cuja oferta se pretende aumentar. Falhas da nossa organização, com pouca tradição em pesquisas agronômicas, sem conhecimento satisfatório dos recursos do solo, serão corrigidas através de estudos e levantamentos sistemáticos nas zonas de maior produção, ou mais propícias ao desenvolvimento de culturas a expandir em curto prazo. O esclarecimento dos problemas relacionados com o

aproveitamento dos nossos solos de zona tropical — serrados, tabuleiros e solos cobertos pela floresta amazônica — receberá tôda a atenção. Trabalhos intensivos sôbre a fertilidade dos solos e sôbre a nutrição mineral das nossas diversas culturas, bem como a técnica de rotação das mesmas, ampliarão as áreas agricultáveis. Tendo em vista as culturas de mais alto grau de prioridade, esquematizou-se o plano de pesquisas e experimentação para o triênio, levando em conta os aspectos regionais, a fim de atender às características próprias de cada área na fixação das respectivas prioridades.

No tocante à pesquisa animal, os principais objetivos visados são os de elevar os índices de produtividade dos nossos rebanhos. Para isso, serão incentivadas as pesquisas zootécnicas sôbre alimentação e, particularmente, as relativas à agrostologia, e as pesquisas de patologia animal sôbre as principais doenças transmissíveis. Para o combate à febre, raiva e brucelose, será desenvolvida a produção industrial de vacinas.

Promoção agropecuária

Não devemos persistir na transplantação pura e simples de técnicas de fomento e extensão, usadas com êxito em outros países. Essa transplantação, sem maiores análises e sem compreensão dos problemas estruturais da nossa agricultura, tem causado grande desperdício de recursos financeiros, além de não menor frustração a considerável contingente de técnicos nacionais. É preciso ajustá-las às peculiaridades da nossa economia. Impõe-se também o treinamento de grande número de pessoal de direção, para gerir eficientemente cooperativas, assistidas técnica e financeiramente pelo Govêrno, através do Ministério da Agricultura e dos estabelecimentos oficiais de crédito. Mediante tal ação conjunta, poderão elas transformar-se gradativamente em eficientes agências auxiliares de crédito, atuando na revenda de material agropecuário, reprodutores, sementes e mudas selecionadas. Equipes de especialistas em cooperativismo e agrônomos serão formadas, para ajudar na organização, orientação e manutenção das cooperativas agropecuárias.

Agrônomos itinerantes realizarão demonstrações de resultados, em cooperação com agricultores e criadores, introduzindo, assim, novas técnicas de trabalho. Isto permite dispensar a manutenção de agrônomos em caráter permanente e em cada zona ou município, o que, aliás, seria impossível, no momento, devido à oferta limitada de profissionais habilitados.

A produção de sementes e mudas selecionadas é outra das preocupações dominantes do Govêrno. O Ministério da Agricultura descentralizará, ao máximo, a sua produção, por meio de campos de cooperação e de culturas fiscalizadas, com agricultores credenciados, com a dupla intenção de ampliar a oferta e de promover, simultâneamente, demonstrações de resultados nas próprias terras dos agricultores. Êsse esfôrço, a ser desenvolvido também em relação à pecuária, considerará as necessidades mais prementes do abastecimento do mercado interno. E procurará acelerar antes de tudo a multiplicação de sementes e mudas selecionadas de arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, citrus, dendê, côco da praia, seringueiras e fruteiras tropicais.

Crédito Rural e Política de Preços Mínimos

Com o propósito de utilizar o crédito rural como um dos instrumentos básicos para execução da política agrária no triênio 1963-1965, já adotou o Govêrno as providências necessárias à elaboração de um programa de aplicação imediata, que objetivará, fundamentalmente, estimular o incremento ordenado dos investimentos na agricultura, prestar efetiva assistência financeira aos pequenos e médios produtores rurais de todo o País, através de medidas tendentes a disseminar, descentralizar e desburocratizar o crédito institucional, sistematizar a atuação das diversas entidades vinculadas aos programas de crédito agrícola, principalmente, o Banco do Brasil S.A. e demais bancos federais, e incentivar programas de capacitação e treinamento de pessoal, nos diversos níveis, tendo em vista dar maior eficiência ao crédito rural.

A ação governamental, no que depender de medidas do Poder Executivo, se fará sentir sem tardança. Entretanto, para que se organize um sistema racional de crédito rural, em bases

institucionais, com estrutura e recursos financeiros adequados aos reclamos das reformas de que carece o País, notadamente a agrária e a bancária, indispensável será que o Congresso Nacional conceda aprovação aos anteprojetos de lei que o Govêrno submeterá à sua apreciação.

Tais proposições terão em vista estabelecer um mecanismo racional de coordenação da política de crédito rural e possibilitar a mobilização de novos recursos financeiros destinados à expansão dos empréstimos agropecuários; e atualizar a legislação que regula os instrumentos jurídicos de que se vale o crédito agrícola, principalmente a hipoteca e o penhor rural. A política de preços mínimos, agora com maiores possibilidades, complementará êsse mecanismo racional de crédito.

4. BENS DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS BÁSICOS

a) Equipamentos Agrícolas

O estoque de tratores em uso na agricultura, estimado em 65.000 unidades, em fins de 1961, era constituído exclusivamente à base de importações. Graças à produção de fábricas instaladas no País, a renovação e ampliação dessa frota não mais dependerá de suprimentos externos. Em 1965, ela deverá alcançar o total aproximado de 90.000 unidades.

Por intermédio de seus bancos especializados, o Govêrno assegurará os recursos para a absorção da produção nacional. Cuidará, paralelamente, da complementação e fortalecimento da indústria nacional de equipamentos agrícolas, bem como da instalação de centros, inclusive, se necessário, em convênio com os Governos Estaduais, para realização de testes de campo e de laboratório sôbre os equipamentos de fabricação nacional, como meio de aperfeiçoá-los e de proteger o agricultor.

b) Fertilizantes

No período compreendido entre os triênios 1950-1952 e 1959-1961, houve incremento anual da ordem de 12%, cumulativos no consumo de fertilizantes fosfatados. Tendo-se em conta que

é indispensável elevar os coeficientes de utilização de adubos químicos na agricultura nacional, considera-se conveniente, para o triênio 1963-1965, uma expansão anual à taxa de 15%. Supondo constante a relação 1.3.1 para o emprêgo dos elementos fertilizantes clássicos (N-P-K), o consumo em 1965 totalizaria, então, 70 mil, 210 mil e 70 mil toneladas, respectivamente, de nitrogenados, fosfatados e potássicos.

Com vistas ao incremento do consumo de elementos nutrientes e no intuito de corrigir as deficiências dos solos, o Govêrno promoverá medidas capazes de assegurar o aumento da oferta de fertilizantes, evitando as flutuações e irregularidades no seu abastecimento e adotando as medidas necessárias à colocação de adubos ao alcance do maior número possível de lavradores. Ao mesmo tempo, serão intensificadas as pesquisas de modo a determinar os métodos, composição e tipos de adubos que melhor se adaptem às peculiaridades do meio rural brasileiro, difundindo-se amplamente os seus resultados. A par da adubação, serão estimulados os trabalhos de correção da acidez dos solos.

c) *Produtos de Defesa Agropecuária*

Para o bom êxito das lavouras, é inegável a importância dêsses produtos, na sua maioria, importados, embora se deva registrar o crescimento da produção nacional de algumas especialidades. Com a continuidade do processo de industrialização, deverá ampliar-se a produção substitutiva de importações.

Competirá ao Govêrno, neste campo, adotar providências do mesmo nível das programadas em relação aos fertilizantes.

d) *Armazéns e Silos*

Em ampla cooperação com os Governos estaduais, o Govêrno Federal realizou, a partir de 1956, grandes investimentos na construção de rêdes de armazéns e silos. Outros empreendimentos, em curso ou programados, contarão com a sua assistência financeira.

Razões de ordem vária têm, até aqui, impedido que a grande imobilização de recursos públicos na expansão dos serviços de armazenagem tenha em contrapartida funcionamento satisfatório. A causa fundamental dessa subutilização tem origem na

falta de complementação das inversões com uma política de crédito e de garantia de preços mínimos, adaptada às peculiaridades das diversas lavouras e das formas e tipos dominantes de organização da produção agrícola.

O programa do Govêrno Federal será modificado, incluindo-se novas diretrizes básicas. Os investimentos adicionais neste campo serão feitos, prioritàriamente, nos projetos que, promovendo a integração e complementação das rêdes regionais de armazéns e silos, provoquem a sua melhor utilização. Serão adotadas no setor de crédito e de preços mínimos providências que possibilitem e induzam o produtor a utilizar os serviços de armazenagem além de outras, tendentes a melhorar a organização da produção, fomentando e fortalecendo as associações cooperativas, para aumentar a resistência econômica do agricultor e aumentar a sua eficiência.

B) INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

1. Características Gerais

A acentuada expansão industrial, orientada, principalmente, no sentido da substituição de importações, é que tem permitido à economia brasileira desenvolver-se a um ritmo superior ao de qualquer outro país da América Latina, constituindo-se, mesmo, em um dos mais destacados em todo o mundo.

No período 1958/1961, a produção industrial aumentou, em média, de 11,2% ao ano. Em 1962, todavia, a indústria nacional não conseguiu sustentar êsse ritmo, devido a fatôres diversos, principalmente, à própria instabilidade política, que prejudicou a ação governamental e perturbou as atividades do setor privado.

Readquirida a tranqüilidade política, o Govêrno pode agora adotar providências de ordem geral visando resolver ou atenuar os problemas que afetam negativamente as atividades e perspectivas da indústria. Estão sendo tomadas medidas específicas para que se recupere a taxa de incremento da produção, de modo a lograr-se o objetivo fixado no Plano Trienal, que é o aumento do produto industrial de 37% no triênio 1963-1965, o que corresponde a uma taxa anual de cêrca de 11%.

Os investimentos fixos que possibilitarão o crescimento do produto industrial estão estimados em Cr$ 559 bilhões, a preços de 1962. Incluem-se nessa cifra os dispêndios com a importação de equipamentos, cujo valor é calculado em 375 milhões de dólares.

Como os referidos investimentos não se distribuem uniformemente entre os vários segmentos da indústria, deverão acentuar-se as modificações na sua estrutura. Em conseqüência, deverão manter ritmo de expansão mais acelerado as indústrias produtoras de bens de produção, tanto de matérias-primas como de equipamentos. Por outro lado, determinados ramos produtores de bens finais passarão a progredir mais lentamente do que o conjunto do setor, porquanto a saturação do mercado condicionará as expansões ulteriores ao crescimento vegetativo da demanda.

O desenvolvimento brasileiro está ingressando agora em sua fase decisiva. Por volta de 1965, a indústria de base já deverá estar proporcionando mais de 70% dos bens de capital requeridos pelos investimentos necessários ao desenvolvimento da economia. Com a implantação da indústria de bens de produção, progressivamente se transferem para o País os centros de decisão que comandam seu crescimento, que passa a assentar-se, de forma crescente, na dinâmica do mercado interno, reduzindo a vulnerabilidade da economia, em face do comportamento do mercado externo.

A grande linha do desenvolvimento industrial brasileiro continuará a ser, ainda por algum tempo, a substituição de importações. Estas se constituem bàsicamente, na atualidade, de bens intermediários e equipamentos. Dêsse modo, como já foi acentuado, tenderão a registrar taxas de expansão mais elevadas que a média da indústria, a siderurgia, as indústrias químicas, a metalurgia dos não-ferrosos e a indústria mecânica e de material elétrico pesado.

2. Siderurgia

O consumo aparente de aço no Brasil, em têrmos de lingote, terá alcançado 3,3 milhões de toneladas em 1962, participando a produção nacional com 2,7 milhões de toneladas. De acôrdo

com as informações preliminares, o crescimento da produção da siderurgia e metalurgia em 1962 terá sido da ordem de 6,5 contra 11 por cento do ano anterior.

Os projetos de expansão e de implantação de novas usinas, somados às instalações já existentes, deverão proporcionar ao Brasil, em fins de 1965, capacidade de produção da ordem de 4,8 milhões de toneladas.

O aumento da capacidade da produção de aço do País resultará do esfôrço conjunto do setor privado e do Govêrno. Êste, além da cooperação financeira e da concessão de estímulos de outras espécies às emprêsas privadas, continuará investindo diretamente no setor siderúrgico, através das emprêsas de que participa.

3. Metalurgia dos não-ferrosos

Um dos setores insuficientemente desenvolvido do sistema industrial brasileiro é o da metalurgia dos metais não-ferrosos.

A produção de *alumínio* tem aumentado de forma contínua, porém em ritmo ainda inferior ao exigido pelo crescimento do mercado. A fim de que o volume das importações de alumínio em lingote não volte a crescer a partir do corrente ano, quando o consumo aparente do metal deverá alcançar perto de 48.000 toneladas e as importações 19.000 toneladas, urge que se realize um sério esfôrço de expansão das emprêsas instaladas.

Fato semelhante ocorre com respeito ao *chumbo*. A despeito das condições particularmente favoráveis para a produção do metal no País, com reservas amplas de minério já identificadas, as importações ainda representam cêrca de 40 por cento do consumo aparente. As expansões da capacidade produtiva programadas para o período são apenas suficientes, não obstante, para absorver o aumento vegetativo do consumo, requerendo-se, aqui, também, maior intensidade na programação.

Reside no *cobre*, entretanto, a principal deficiência do suprimento interno de não-ferrosos, dado o vulto dos dispêndios cambiais com a importação dêsse metal. A produção nacional ainda

não atinge 2.000 toneladas, enquanto o consumo aparente já alcança cêrca de 40.000 toneladas. Abrem-se, presentemente, novas perspectivas de aproveitamento de jazidas minerais no Nordeste, dispondo-se o Govêrno a proporcionar o apoio adequado para o rápido aumento da produção brasileira de cobre.

No tocante ao *estanho*, a capacidade produtiva instalada é bastante superior às necessidades do País. A deficiência fundamental, no caso, reside no suprimento do minério — a cassiterita — de elevado preço e importado na sua quase totalidade. Providências estão sendo tomadas, pelo Ministério das Minas e Energia, para a rápida solução dêste problema, com base em reservas já conhecidas do mineral.

Quanto ao *zinco*, foram enfrentadas as dificuldades decorrentes do fato dos minérios nacionais não serem suscetíveis de tratamento pelos processos tradicionais. Encontram-se em fase de execução projetos que deverão proporcionar, nos anos próximos, substanciais reduções nas importações de zinco, que ascendem a cêrca de 40.000 toneladas anuais.

A diretriz básica da ação estatal no setor dos metais não-ferrosos será no sentido de identificar as reais disponibilidades do País, em têrmos de recursos minerais. Complementarmente, promoverá o Govêrno as medidas capazes de mobilizar as reservas já tombadas, de modo a corrigir a relativa debilidade do setor.

4. Mecânica Pesada

Papel fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro cabe à indústria de bens de produção, que deverá suprir parcela da procura de produtos intermediários e de bens de capital. Avulta, destarte, a importância da indústria mecânica, que necessitará ampliar consideràvelmente a fabricação de equipamentos, pois que lhe competirá atender, conforme estabelecido no Plano Trienal, perto de 2/3 dos investimentos em equipamento.

A indústria mecânica nacional já registrou consideráveis avanços, notadamente no decênio passado. As emprêsas em funcionamento, adaptando-se às peculiaridades do mercado, operam

como indústrias mistas: dedicam-se primordialmente à fabricação de máquinas e equipamentos sob encomenda, o que constitui a atividade característica do setor, mas também operam na fabricação de produtos metálicos e máquinas e equipamentos de «catálogo», em escala permanente.

O Govêrno, através dos órgãos apropriados, intensificará suas atividades no fomento da indústria mecânica pesada, não só no campo dos estudos de caráter geral, objetivando conhecer melhor as necessidades do mercado e as possibilidades da indústria de base, como na área dos planos específicos de implantação ou ampliação de emprêsas produtoras de equipamentos, dispensando aos empreendimentos prioritários o amparo necessário à sua materialização e à utilização eficiente da capacidade produtiva disponível.

Esta última questão — o uso, a níveis adequados, de capacidade — contém aspectos particulares, na indústria de bens de capital que serão devidamente equacionados, na medida em que dependerem do Govêrno Federal. Uma economia dinâmica, com um volume crescente de investimentos, não é condição suficiente para a absorção da capacidade de produção dêste ramo industrial. Requer, ainda, mecanismos apropriados de financiamento do capital de giro, volumoso pelas características específicas dos bens por ela fabricados, bem como das vendas dos referidos bens, também, por natureza, de preços elevados. Os métodos e sistemas capazes de solucionar o problema serão instituídos e postos em funcionamento.

Será imprescindível, igualmente, para o progresso satisfatório da indústria mecânica nacional, o fortalecimento da infra-estrutura de pesquisas científicas e tecnológicas e de formação de pessoal qualificado. Sem isto, as possibilidades de produção interna de equipamentos de maior complexidade e mais aperfeiçoados ficarão bastante limitadas.

O Govêrno Federal tem consciência da singular importância dos pré-investimentos no aperfeiçoamento do fator humano e para o desenvolvimento dos centros de pesquisas científicas, pura e aplicada, para o desenvolvimento econômico e social do País.

5. Indústria Automobilística e de Tratores

Em 1962, a produção da indústria automobilística, que alcançou 191.194 veículos, recuperou-se da redução da taxa de crescimento registrada no ano anterior. Assim é que, enquanto o aumento da produção, em 1961, apresentou o índice de 11%, a expansão registrada em 1962 correspondeu a 31% sôbre o ano anterior. Para o corrente ano, a previsão da produção nacional de veículos é de 225.000 unidades.

A par das providências visando a assegurar a contínua expansão das atividades da indústria automobilística e o progressivo processo de nacionalização de sua produção, que na maioria dos casos já é quase integral, o Govêrno dedicará particular atenção à recuperação da Fábrica Nacional de Motores.

Constitui a FNM valioso patrimônio público. A emprêsa desempenhou o papel pioneiro na produção automobilística nacional, desfrutando os veículos de sua produção de largo prestígio. Todavia, enquanto se proporcionava todo apoio e cuidados às novas fábricas que se instalavam no País, permitiu-se que a emprêsa sob contrôle governamental mergulhasse em sérias dificuldades administrativas e financeiras, que chegaram a comprometer a sua própria sobrevivência.

Providências especiais para a recuperação da FNM acham-se em curso. Os recursos para solver compromissos financeiros imediatos e dar prosseguimento normal às suas atividades industriais já foram entregues à emprêsa, assegurando-se-lhe, do mesmo passo, os suprimentos adicionais para a finalização, no triênio 1963-1965, do programa de sua expansão.

No tocante à produção de máquinas agrícolas, o ano de 1962 já registrou os primeiros resultados da implantação dessa indústria, sob a coordenação do Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, GEIMAR. A fabricação de tratores de rodas no ano que passou foi de 7.586 unidades, predominando os tratores de tipo médio, com 4.779 unidades. Em 1963 será iniciada a fabricação de tratores de esteira.

Mercê da existência do complexo industrial resultante da implantação da indústria automobilística, mormente no que tange às possibilidades de subcontratação da produção de partes e peças,

a fabricação de tratores já se iniciou no País com alto índice de nacionalização, que deverá completar-se ràpidamente.

Para o corrente ano, está programada a produção de 12.000 tratores, ou seja, 50 por cento a mais que em 1962. O Plano Trienal contempla o aumento da produção de tratores agrícolas para 18.000 unidades em 1965.

O aproveitamento do mencionado complexo industrial será completado com a instalação e ampliação de novos ramos da indústria de máquinas rodoviárias.

6. Construção Naval

Prevê o Plano Trienal, na parte relativa a transportes, investimentos da ordem de Cr$ 67 bilhões, a preços de 1962, na Marinha Mercante, durante o período 1963/1965.

Tal programa, objetivando reequipar e expandir a frota mercante, como imperativo do desenvolvimento e da integração da economia brasileira, proporcionará, por outro lado, atividade intensa e adequada utilização industrial dos estaleiros já existentes no País.

O total das encomendas feitas aos diferentes estaleiros atinge presentemente a 25 unidades, inclusive 6 petroleiros, com a tonelagem global de 183.280 TDW. No ano de 1963 deverão ser entregues 8 unidades, com a tonelagem total de 55.210 TDW, e mais 4 lanchas para passageiros. Ainda no corrente ano, os estaleiros procederão ao lançamento de mais 10 unidades, correspondentes a 81.370 TDW, que serão entregues após 1963. As restantes 7 unidades já encomendadas, que totalizam 46.600 TDW, deverão ser lançadas ao mar no próximo ano.

7. Indústrias Químicas

Particular relevância deve-se emprestar à manutenção de elevada taxa de desenvolvimento das indústrias químicas, que englobam a produção de álcalis, petroquímicos, fertilizantes, celulose e papel.

a) Barrilha e Soda Cáustica

A única emprêsa produtora de barrilha no Brasil é a Companhia Nacional de Álcalis, sob contrôle do Estado. Sua produção em 1962 foi de 69.550 toneladas, havendo as importações se elevado a cêrca de 40.000 toneladas, o que dá um consumo aparente da ordem de 110.000 toneladas. Preve-se que, em 1965, a procura atingirá 140.000 toneladas. No corrente ano, a produção da CNA deverá elevar-se a 80.000 toneladas.

Por determinação governamental, a Companhia Nacional de Álcalis executa um plano de obras que visa não só a complementar suas atuais instalações, de modo a alcançar a capacidade de 120.000 t/ano prevista para primeira fase, como a permitir a produção própria de sal, inclusive subprodutos.

Será ainda examinada a conveniência da CNA instalar uma seção de soda cáustica com capacidade para produzir 20.000 toneladas anuais. De qualquer modo, a produção de soda cáustica — estimada em 85.000 toneladas no ano que passou — continuará bàsicamente a cargo da iniciativa privada.

A produção nacional programada para 1965 é de 120.000 toneladas de barrilha e 130.000 toneladas de soda cáustica. As previsões de consumo para êsse ano autorizam admitir-se a autosuficiência em barrilha; quanto à soda cáustica ainda haverá um «deficit» de 110.000 toneladas, a ser coberto pela importação.

b) Celulose e Papel

Os dados disponíveis permitem estimar que, em 1962, a produção nacional de celulose de fibra curta tenha alcançado 196.700 toneladas, e a de fibra longa, 117.600 toneladas. Para 1963, preve-se que a produção de celulose de fibra curta deverá aumentar para 223.000 toneladas, enquanto se manterá estacionária a produção de celulose de fibra longa.

As fábricas de celulose já instaladas e os programas de expansão estabelecidos oferecem, em conjunto, capacidade de produção adequada para o atendimento do consumo interno nos anos imediatos. Oferta e procura deverão nivelar-se em tôrno de 400.000 toneladas em 1965, ano em que, caso haja necessidade

de importações, estas não deverão ultrapassar 30.000 toneladas de celulose de fibra longa.

A produção nacional de papel evoluiu satisfatòriamente nos últimos anos, salvo no que diz respeito ao papel de jornal e imprensa, o que pode ser atribuído à política de subsídios às importações, através de taxas cambiais favorecidas, adotada até recentemente.

O consumo de papel de imprensa deverá ter sido da ordem de 230.000 toneladas no ano que findou. A capacidade de produção é atualmente da ordem de 65.000 toneladas anuais, estando em curso um projeto de ampliação que deverá elevá-la para 145.000 toneladas em 1965. Admite-se que, nesse ano, o consumo nacional de papel de jornal e imprensa atinja 345.000 toneladas, o que deixaria um descoberto de 200.000 toneladas para serem importadas.

A perspectiva da manutenção e mesmo a elevação dos vultosos dispêndios de divisas com a importação de papel de jornal e imprensa, que se elevaria a US$ 35 milhões em 1965, estão a exigir um programa visando à rápida expansão da produção nacional dêsse tipo de papel.

c) *Borracha Sintética*

Aspecto marcante nos recentes desenvolvimentos da indústria da borracha é o acelerado ritmo de substituição de borracha natural pela borracha sintética. Na indústria brasileira de transformação, a participação da borracha sintética, que era inferior a 35 por cento em 1961, elevou-se para 45 por cento em 1962. O consumo industrial estimado de borracha no Brasil — natural e sintética — foi, para o último ano, da ordem de 64.000 toneladas.

A implantação e expansão da indústria da borracha sintética no País trazem, portanto, evidentes vantagens, tanto para a balança comercial quanto para a indústria de transformação, que se liberta das grandes flutuações que freqüentemente ocorriam no abastecimento da matéria-prima.

A fábrica de borracha sintética da PETROBRÁS, instalada junto à Refinaria «Duque de Caxias», que entrou em regime de

produção no ano passado, deverá produzir, em 1963, 35.000 toneladas de elastômero do tipo SBR.

Por outro lado, constrói-se outra fábrica em Pernambuco, controlada pelo Govêrno do Estado, que conta com a colaboração do Govêrno Federal. Deverá entrar em funcionamento em fins de 1964 e sua capacidade de produção anual será de 27.000 toneladas de polibutadieno, elastômero de desenvolvimento recente, utilizando o álcool de cana-de-açúcar como matéria-prima original.

d) Fertilizantes

Os dados preliminares de que se dispõe indicam ter ocorrido sensível redução no consumo de fertilizantes em 1962, em relação ao ano anterior. Deve-se observar que êsses dados, além de precários, se referem ao consumo aparente, que, por definição, não reflete necessàriamente o ocorrido com o consumo efetivo, em conseqüência das variações de estoques e das fugas para utilização industrial.

Todavia, tendo-se em conta a elevada taxa anual de incremento do consumo de fertilizantes registrada no último decênio — 12 por cento — a discrepância acentua-se. De acôrdo com os dados referidos, o consumo de fertilizantes nos anos de 1961 e 1962, em toneladas, teria sido o seguinte, naquela ordem: nitrogenados, 55.000 t e 40.700 t (em têrmos de N); fosfatados, 118.700 t e 113.900 (P_2O_5 contido); potássicos, 70.700 t e 51.000 t (K_2O). Esta redução certamente se relaciona com a política adotada em 1961, de eliminação do subsídio à importação — e à produção nacional de fertilizantes.

As projeções admitidas como válidas atualmente, elaboradas com base nas tendências registradas no período 1950/52 a 1959/61, indicaram que a procura provável de fertilizantes em 1965 será a seguinte: nitrogenados, 70.000 t; fosfatados, 210.000 t; potássicos, 70.0000 t. Tal volume de consumo tem particular significação pela grande dependência em que ainda se encontra o País em relação ao suprimento externo. As importações de fertilizantes,

em 1962, teriam representado 100 por cento do consumo de potássicos e, respectivamente, 70 e 45 por cento do consumo aparente de fertilizantes nitrogenados e fosfatados.

Estudos estão sendo ultimados pela Comissão do Plano do Carvão Nacional com o objetivo de implantar em Santa Catarina uma fábrica de fertilizantes. Prevê a recuperação das piritas do carvão, a fim de obter ácido sulfúrico, matéria-prima para produção do superfosfato triplo.

No tocante aos adubos potássicos, encontra-se em execução um projeto para o aproveitamento do potássio das águas-mãe de salinas do Nordeste; tal empreendimento, todavia, não poderá oferecer produção apreciável antes de 1965. É propósito do Govêrno incentivar a realização de empreendimentos que propiciem acentuado aumento da produção de fertilizantes no País.

8. Outras Indústrias

As indústrias de bens de consumo e de materiais de consumo e de materiais de construção se vêm desenvolvendo de maneira satisfatória, apresentando favoráveis perspectivas.

Observe-se, por exemplo, o que parece haver ocorrido com a indústria de alimentação no ano de 1962. De conformidade com as informações disponíveis, apresentou índice de crescimento superior ao de 1961: 6,2 por cento contra 5 por cento.

Entre as indústrias de materiais de construção avulta, por sua importância, a indústria do cimento. A produção de cimento, que vem registrando firme crescimento, elevou-se a 5.071.740 toneladas em 1962. Para o ano em curso, estima-se uma produção da ordem de 5,5 milhões de toneladas, ou seja, um incremento de cêrca de 10 por cento sôbre a do ano anterior.

Os projetos de expansão em curso, somados às instalações já existentes, asseguram, para 1965, aproximadamente 7 milhões de toneladas/ano de capacidade. Tendo-se em conta a margem normal de operação e o fato de que a procura deverá alcançar, naquele ano, 7 milhões de toneladas de cimento, verifica-se ser necessário acrescentar às unidades já projetadas cêrca de 1 milhão de toneladas/ano de capacidade.

C) PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLOGICA

No Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, firmou o Govêrno o propósito de intensificar, substancialmente, as atividades de pesquisa científica e tecnológica, como pré-investimento indispensável à consecução dos objetivos ali fixados.

Na verdade, a formação de quadros técnicos e a organização da pesquisa científica, pura e aplicada, e o conhecimento exato dos recursos naturais à sua disposição, constituem, na atualidade, a única base sólida em que se assenta, cada vez mais, a independência política, social e econômica dos povos.

O Plano Nacional de Educação, a cargo do Ministério da Educação e Cultura, e integrado no Plano Trienal, será rigorosamente cumprido. Através dêle aumentar-se-á a disponibilidade de técnicos em todos os níveis.

No âmbito do Ministério da Indústria e Comércio, competirá ao Instituto Nacional de Tecnologia desenvolver os trabalhos de maior essencialidade para o aperfeiçoamento tecnológico da indústria nacional, com ênfase particular naqueles que interessem mais de perto às indústrias básicas. Os recursos indispensáveis à continuidade do programa de atividades do Instituto serão colocados, com oportunidade, à sua disposição.

O amparo e incentivo governamentais serão estendidos, de forma ampliada, à Associação Brasileira de Normas Técnicas, que já tem prestado relevantes serviços ao País, não obstante a notória insuficiência de seus recursos.

As investigações científicas e tecnológicas, visando, sobretudo, à correção de lacunas e ao desenvolvimento de novos campos de atividades, serão intensificadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

O Conselho tem dado destaque à formação de pessoal de nível superior, diretamente ou através da concessão de bôlsas de estudo, que atingiram, em 1962, o total de 604, das quais 555 no País e 49 no exterior, contemplando-se diversos ramos do saber humano, com destaque da Biologia e Medicina, Agronomia, Física, Química, Geologia e Matemática.

Além da assistência que presta às Universidades e a outros centros culturais categorizados, realiza, ainda, o Conselho Nacional

de Pesquisas, através de seus Institutos, como o de Bibliografia e Documentação, de Energia Atômica e de Pesquisas Rodoviárias, trabalhos de real significação, que serão incrementados no decorrer do triênio 1963/1965.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que se dedica, sobretudo à pesquisa regional, vem realizando diversos programas, tais como: levantamento da flora da região do Amapá e das Guianas; estudo e aproveitamento de madeiras e celuloses; estudo da cerâmica indígena de várias tribos regionais; trabalhos sôbre a flora entomológica; prospecção de minerais do Vale do Amazonas e pesquisas relativas à medicina tropical sôbre vetores de moléstias.

O Instituto de Energia Atômica, em franco desenvolvimento, já obteve urânio nuclearmente puro em quantidade mais do que suficiente para a realização dos elementos combustíveis. Produz, igualmente, radioisótopos para aplicação nos campos da medicina, biologia, agricultura e indústria. No decurso de 1962, foram realizados diversos cursos, destacando-se os seguintes: Especialização em Engenharia Nuclear, Emprêgo de Radioisótopos em Propedêutica Médica e Radioquímica. Realizaram-se ainda vários seminários e conferências sôbre temas relativos à energia atômica e sua utilização.

Com o advento da Lei nº 4.118, de 27 de agôsto de 1962, criando-se a Comissão Nacional de Energia Nuclear e estabelecendo-se o monopólio estatal dos minérios nucleares e da energia nuclear, em tôdas as suas formas e modalidades, ficou o Govêrno aparelhado para desenvolver, em ritmo intenso, o setor de energia atômica, a partir de 1963, de acôrdo com o programa de atividades exposto no Plano Trienal de Desenvolvimento.

O Instituto de Pesquisas Rodoviárias, cuja atribuição é o aperfeiçoamento da técnica rodoviária, vem aprimorando os nossos engenheiros rodoviários, através de diferentes meios como concessões de bôlsas de estudo e auxílios para a pesquisa rodoviária. Além disso, procura difundir essa técnica, mais amplamente, por meio de cursos de especialização, palestras e conferências.

As atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas serão consideràvelmente ampliadas, notadamente no que tange à formação de pesquisadores e programadores.

De outra parte, cumpre destacar a politica cartográfica a ser adotada pelo Govêrno, pela qual serão uniformizados, sistematizados e utilizados mais racionalmente os levantamentos, incluindo a cobertura aerofotogramétrica do território nacional.

Por último, deverá o Govêrno intensificar os seus trabalhos de pesquisas de recursos naturais do País, sobretudo de níquel, cromo, amianto, carvão, cobre, zinco, alumínio, potássio, enxôfre, estanho e outros minerais que permitam o aumento das nossas exportações ou a diminuição das importações. Os recursos programados para êsse efeito montam a Cr$ 10,3 bilhões no triênio 1963/65, a serem bàsicamente financiados por meios orçamentários, sem que se exclua a possibilidade de obtenção de outros recursos.

D) ENERGIA

1. Eletricidade

Em 1962 os projetos de ampliação e construção de usinas acresceram de 560 mil kW a capacidade geradora do País, que alcançou, assim, ao final do ano o total de 5.765 mil kW.

As obras em andamento deverão, por sua vez, garantir a entrada em operação, no corrente ano, de novas unidades com potência superior a 620 mil kW, representando, portanto, crescimento de 11 por cento, compatível com a tendência histórica de expansão da procura.

As diretrizes básicas que inspiram o programa governamental traçado para o setor, contemplam, por uma parte, a ampliação da capacidade geradora, em ritmo necessário para acompanhar a procura e, por outra, a integração dos sistemas regionais de geração de energia, com o propósito de melhorar a produtividade dos capitais aplicados.

Promoverá o Govêrno estudos acurados das possibilidades energéticas e das necessidades de seu mercado, iniciando-o na região Centro-Sul, que abrange os Estados da Guanabara, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e norte do Paraná, zona de maior concentração industrial e demográfica do País, abarcando cêrca de 700.000 quilômetros quadrados. Para

tal fim, solicitou auxílio do Fundo Especial das Nações Unidas, já concedido, no total de um milhão e oitocentos mil dólares, para pagamento de especialistas, equipamentos e bôlsas de estudo.

Êsses especialistas, em estreita colaboração com técnicos nacionais, deverão efetuar amplo estudo das possibilidades energéticas da região e sugerir programa prioritário de obras a serem executadas até 1980. Projetos semelhantes serão estendidos a outras regiões, de maneira a fornecer ao Govêrno bases sólidas para programar, com segurança, o desenvolvimento da indústria de energia elétrica. Os estudos da região Centro-Sul já foram iniciados, sob a supervisão de um Comitê Coordenador, subordinado ao Ministério das Minas e Energia.

O Govêrno atribui particular importância aos resultados dos estudos preliminares sôbre o aproveitamento do potencial hidráulico do salto de «Sete Quedas». Ficou estabelecida a possibilidade de execução de uma barragem mista, vertedouro e comportas, capaz de captar a descarga necessária a evacuar os excessos até 75.000 m^3/seg. Condutos adutores de diâmetro de cêrca de 12 metros poderiam alimentar 21 grupos turbina-geradores (2 de 250 e 19 de 500 megawatts) que podem totalizar a potência considerável de 10 milhões de kW e produzir uma quantidade de energia de quase 67 bilhões de kWh por ano, ou seja, cêrca de três vêzes o atual consumo do Brasil. Êste centro gerador, que poderá atender, mediante linhas de transmissão abrangendo distâncias semelhantes às do sistema de Paulo Afonso, a região compreendida entre São Paulo e Pôrto Alegre, bem como suprir necessidades de países vizinhos, mediante exportação, merecerá tôda a atenção no equacionamento do problema energético da região Centro-Sul, ora em estudo.

Em obediência às diretrizes básicas no setor, serão executados projetos que elevarão, ao final do triênio, a potência instalada no País para 7.400 mil kW. Haverá, assim, um incremento de 1.600 mil kW, aproximadamente, em relação à capacidade disponível, ao encerrar-se o ano de 1962. Serão, ao mesmo tempo, construídos mais 25.000 km de linhas de transmissão.

Cuidará, ainda, o Govêrno Federal de promover estudos sôbre os meios de intensificar a remodelação dos sistemas de distribuição, cuja precariedade determina perdas substanciais de energia.

Inclui-se, também, na linha de preocupação do Govêrno Federal a situação das emprêsas estrangeiras, concessionárias de serviços de energia. Constituindo focos permanentes de atrito, pôsto que seus interêsses nem sempre coincidem com as aspirações e interêsses da coletividade brasileira, não têm, além disso, tido êxito em seus esforços para obter capitais para a ampliação de seus serviços. Em razão de tais dificuldades, passou o Govêrno a examinar a possibilidade de nacionalização das mencionadas emprêsas, removendo, por via de conseqüência, uma fonte de dificuldades nas relações políticas internacionais. A medida permitiria, por outro lado, aplicação de recursos federais nas áreas de concessão, assegurando a expansão da capacidade geradora no nível adequado para atender ao aumento da procura.

Com êsse objetivo, foi criada, em 30 de maio de 1962, a Comissão de Nacionalização das Emprêsas Concessionárias de Serviços Públicos, com a finalidade de indicar ao Poder Executivo os serviços que devem passar ao regime de exploração direta, negociar as condições e forma de reembôlso ou indenização aos acionistas, bem como fixar normas para o tombamento do patrimônio e avaliação dos ativos das emprêsas a serem nacionalizadas.

A solução que vier a ser adotada será ùnicamente aquela que consulte fundamentalmente, os interêsses nacionais.

A execução do programa de obras exigirá investimentos, no triênio, da ordem de Cr$ 330 bilhões, em moeda nacional, a preços de 1962, e o equivalente a 180 milhões de dólares, em moeda estrangeira. Os montantes em moeda estrangeira estão sendo objeto, em sua quase totalidade, de negociações para o seu financiamento, a longo prazo, junto a entidades internacionais. Quanto aos dispêndios em cruzeiros, a fonte principal de suprimento será o Fundo Federal de Eletrificação, suplementado por empréstimos do BNDE.

Com a aprovação da Lei n.º 4.156, de 28 de novembro de 1962, que alterou a legislação relativa ao impôsto único sôbre o consumo de energia elétrica, eliminando os inconvenientes existentes e que impediam a captação de recursos mais amplos, já em 1963 o Fundo Federal de Eletrificação receberá substancial

reforço, o qual beneficiará também os programas dos governos estaduais e municipais.

Para a execução do programa traçado para a indústria de energia elétrica, dispõe o Govêrno de instrumentos de ação adequados. O Ministério das Minas e Energia formulará, como órgão de cúpula, a política governamental para o setor e coordenará e fiscalizará a sua correta aplicação. Na parte executiva conta com a ELETROBRÁS, uma das grandes conquistas do povo brasileiro. Criada em junho de 1962, o capital inicial, de Cr$ 3 bilhões, foi elevado, já em fins do mesmo ano, para Cr$ 18 bilhões, pràticamente integralizados pela União, com ações e obrigações de emprêsas de energia elétrica. Sob a égide dessa emprêsa governamental, operam, como subsidiárias, as seguintes sociedades de economia mista, formadas com recursos do Fundo Federal de Eletrificação: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Central Elétrica de Furnas S/A, Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba e Termoelétrica de Charqueadas S/A.

Participa a ELETROBRÁS, como associada, das Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A., Sociedade Termoelétrica de Capivari, Espírito Santo Centrais Elétricas S. A., Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. e Centrais Elétricas de Goiás S. A.. Dos 560.000 kW de potência instalada em 1962, 351.000 kW corresponderam às suas subsidiárias, associadas ou emprêsas estatais financiadas pelo Fundo Federal de Eletrificação.

A ação das subsidiárias da ELETROBRÁS, que dá a medida da sua importância para a libertação econômica do País, pode ser assim sumariada:

Durante o exercício de 1962, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco estendeu mais 180 km de linhas de transmissão, perfazendo, assim, 3.836 km que, somados à extensão das linhas existentes nos locais de distribuição, alcançam 7.500 km.

A CHESF fornece, atualmente, energia aos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, servindo a 186 municípios e 233 localidades nordestinas. A emprêsa, em 1962, prosseguiu nos trabalhos que permitirão a instalação da 6ª unidade da Usina de Paulo Afonso, com a capacidade de 65.000 kW, ainda no fim do corrente ano, ou no início de 1964. Destarte,

a potência instalada da usina, atualmente de 310.000 kW, atingirá 375.000 kW.

A Central Elétrica de Furnas S. A. realizou o fechamento das comportas de sua grande barragem, construída no Rio Grande, Estado de Minas Gerais. Desenvolveu os trabalhos de montagem das duas primeiras unidades geradoras, com a capacidade de 300.000 kW, na rota de sua primeira etapa de 900.000 kW. No decorrer de 1963, entrarão em funcionamento as duas primeiras unidades, e, no início de 1964, a terceira. Paralelamente, estão sendo construídas as linhas de transmissão para ligar a Usina de Furnas aos principais centros de consumo da região Centro-Sul.

A Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba é responsável pela construção da Central Hidrelétrica do Funil e da Termoelétrica de Santa Cruz. A primeira, com a potência de 210.000 kW, tem seu término previsto para 1966; a segunda, com a potência final de 240.000 kW, encontra-se em fase de estudos.

A Termoelétrica de Charqueadas, com a capacidade de 54.000 kW, queimando carvão riograndense, foi posta em operação em 1962, tendo naquele mesmo ano fornecido ao mercado energético do Rio Grande do Sul cêrca de 180 milhões de quilowatts-hora.

A atividade das associadas da ELETROBRÁS, no ano passado, foi a seguinte:

Nas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. foram postas em operação duas unidades da Usina Bernardo Mascarenhas (Três Marias), Usina de Tronqueiras, além de usinas diesel menores, promovendo tais realizações um aumento da ordem de 136.000 kW.

A Centrais Elétricas Rio das Contas S. A. fêz inaugurar, em outubro do ano passado, a Usina do Funil, na Bahia, com a potência de 20.000 kW.

Mediante adiantamento de recursos do Fundo Federal de Eletrificação, colaborou a ELETROBRÁS para a instalação de mais 114.000 kW, no Estado do Rio Grande do Sul, e 25.000 kW, em Brasília.

Durante o ano de 1963 completará a ELETROBRÁS a formação de seu quadro básico de pessoal, habilitando-se a cumprir

integralmente as suas funções de emprêsa-líder de vasto sistema energético.

Vale mencionar, ainda, o apoio financeiro concedido pelo Govêrno Federal ao empreendimento de Urubupungá, mediante concessão de aval do Tesouro Nacional, para o financiamento externo, concedido pela Itália. Quebrando padrões tradicionais, êste financiamento italiano, além de conceder prazos adequados de amortização (18 anos), financia, ainda, a totalidade dos equipamentos a serem fabricados no parque industrial brasileiro em um montante de US$ 16 milhões. O empreendimento, como se sabe, é um projeto interestadual no Rio Paraná e compreende os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, prevendo a instalação, em sua primeira barragem, a de Jupiá, de 1.250.000 kW, com início de produção em 1966.

2. Petróleo

A política adotada pela União através da Lei nº 2.004 permitiu que a Nação se beneficiasse de significativos resultados alcançados pela indústria nacional do petróleo.

De 1955 a 1962 foi possível ao País incrementar seu consumo de derivados do nível de 10,4 para o de 17,4 milhões de m^3, realizando, ao mesmo tempo, economia global de divisas da ordem de 1 1 bilhão de dólares, 82% da qual proporcionada pelo órgão executor do monopólio estatal do petróleo. O dispêndio de divisas para atender à crescente demanda nacional de combustíveis líquidos que, de outro modo, teria subido de 257 milhões de dólares em 1955 para mais de 400 milhões em 1962, estabilizou-se em tôrno do montante anual de 250 milhões de dólares.

Tais resultados representam contribuição inestimável. Graças a atividade da Petrobrás, o suprimento de derivados do petróleo não se constituiu em ponto de estrangulamento à expansão de nossa indústria de transformação, de nossos meios de transporte, de instalações geradoras de energia elétrica, bem como de outros setores da economia brasileira. Não fôssem os êxitos obtidos na lavra do petróleo bruto, no aumento da capacidade nacional de refino e da disponibilidade de carga da frota de petroleiros, o

abastecimento de combustiveis liquidos teria, nos últimos 8 anos, oposto sérias dificuldades ao desenvolvimento econômico nacional.

Através da política de intensificação das compras no mercado interno, contribui a Petrobrás para impulsionar nosso parque manufatureiro e, ao mesmo tempo, aliviar o balanço de pagamentos pela progressiva substituição de materiais e equipamentos, destinados à indústria de petróleo e que figuravam em nossa pauta de importação.

Em 1962, as compras centralizadas da companhia, no País, montaram a 15 bilhões de cruzeiros, representando 66% dos gastos com aquisições de materiais.

Plenamente consolidada, a emprêsa tornou-se um gigantesco complexo industrial que, em seu conjunto, opera com elevada rentabilidade, gerando, dentro das normas da legislação vigente e através da operação de suas unidades industriais descentralizadas, recursos suficientes para assegurar a continua expansão de nossa economia petrolifera.

Em 1962, apesar da politica de preços subsidiados dos derivados, os lucros decorrentes das atividades industriais, excluída a reinversão de dividendos por parte da União, dos Estados e dos Municipios, representaram 93% dos recursos próprios e fiscais à sua disposição para inversões e serviço financeiro, recursos êsses que superaram a casa dos 100 bilhões de cruzeiros.

Entretanto, após continuada elevação desde 1954, a produção de petróleo bruto nacional reduziu-se de 5,5 milhões de m^3 em 1961 para 5,3 milhões em 1962. Nossas reservas dimensionadas de petróleo bruto são ainda bastante limitadas, alcançando 99,3 milhões de metros cúbicos ainda recuperáveis, já incluídos nesse total os 12 milhões de m^3 a elas incorporados em 1962. Êsses totais não compreendem as reservas recuperáveis existentes nos campos recentemente descobertos no Estado da Bahia, fora e além dos presumíveis raios de drenagem dos poços pioneiros considerados produtores. As novas jazidas permitem acreditar que a produção de petróleo bruto poderá expandir-se nos próximos anos. Faz-se indispensável acelerar o levantamento das bacias do Recôncavo e do Tucano, a fim de delimitar os campos produtores e as novas áreas descobertas, cubar suas respectivas poten-

cialidades e definir em bases técnicas seus programas de desenvolvimento da produção.

Ao mesmo tempo, a Petrobrás deverá intensificar esforços nos trabalhos de pesquisa no território nacional, mediante emprêgo dos métodos e processos técnicos adequados, elevando, sempre que necessário, o número de equipes de geologia e geofísica, em atividade, aperfeiçoando os métodos de interpretação, melhorando a utilização das sondas em operação e empregando outras, na medida das necessidades. Nesse sentido, procura-se elevar a padrões internacionais a produtividade e eficiência das equipes da Petrobrás, dotando-as, para isso, do indispensável equipamento auxiliar e de transporte.

Os estudos técnicos referentes ao aproveitamento do combustível das jazidas de xisto betuminoso, notadamente das de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná, indicam que surgirá, nos próximos anos, nova fonte supridora de energia. Se as experiências programadas com a usina-pilôto a ser ali instalada pela Petrobrás proporcionarem os resultados esperados, o País contará com o aproveitamento econômico de substanciais reservas de combustíveis, as quais, sòmente numa área de 82 quilômetros quadrados, já prospectada, estão avaliadas em 100 milhões de metros cúbicos. Daí a conveniência de acelerar a execução do programa estabelecido.

O risco e o ônus da dependência da importação de petróleo estrangeiro para o abastecimento nacional é agravado pelos dispêndios cambiais com a aquisição de derivados. Não se atingiu, ainda, a auto-suficiência no refino. Apesar de, em 1962, a participação da indústria nacional, no suprimento do mercado de derivados, ter alcançado, em têrmos físicos, a 88% do total, não é possível passar por alto o fato de que, em dólares equivalentes, sua parte não ultrapassou a 65%. Reflete êsse fenômeno o rendimento ainda insuficiente das unidades da Petrobrás no processamento do petróleo bruto.

O Govêrno, consciente da situação, empenha sério esfôrço no sentido de ampliar urgentemente a capacidade de refino do País e aumentar, paralelamente, o rendimento, em produtos nobres, das refinarias existentes. Faz-se indispensável manter os gastos com a importação de petróleo e derivados nos níveis atuais. Após

decrescerem de 6,9 milhões de m³, em 1955, para 1,5 milhões, em 1962, a tendência da importação de derivados é elevar-se à razão de mais de 1,2 milhões de m³ anualmente, o que importa em acréscimo anual da ordem de 46 milhões de dólares, admitido que se mantenha a média ponderada dos preços atuais.

A ampliação da capacidade e a elevação do padrão técnico das atividades de refino representam a garantia real para evitar que, já em 1965, o balanço de pagamentos seja agravado com importação de petróleo e derivados da ordem de 400 milhões de dólares. Além de acelerar os trabalhos de construção da Refinaria Alberto Pasqualini, há que instalar capacidade adicional de refino da ordem de 100.000 barris por dia até dezembro de 1964 e acrescê-la depois, anualmente, em cêrca de 30 a 40.000 barris por dia.

Um plano integrado de aumento de capacidade de refinação de petróleo no País deverá ser urgentemente desenvolvido pelo Conselho Nacional do Petróleo e pela Petrobrás, com vistas à manutenção da normalidade do abastecimento nacional de combustíveis líquidos, nos próximos anos, e com observância de critérios atinentes à economicidade dos processos empregados, ao fortalecimento da nossa economia e à preservação dos interêsses da segurança nacional.

É premente libertar o País da necessidade de importar quantidades crescentes de produtos nobres como o gás liquefeito, os óleos lubrificantes e o combustível para jacto, os quais gravam nossos gastos cambiais em mais de 40 milhões de dólares por ano. A fim de cumprir êsse desiderato, o Govêrno dará atenção especial às medidas para normalizar as condições de operação da Refinaria de Mataripe, especialmente no que se refere à Casa de Fôrça, ao abastecimento de água e ao funcionamento das unidades de lubrificantes; à conclusão das unidades de craqueamento catalítico da refinaria do Rio de Janeiro; bem como a efetivação de outras melhorias operacionais condizentes com os objetivos acima. A Refinaria de Cubatão, por sua vez, ainda admite melhorias técnicas, capazes de aumentar o seu rendimento operacional.

Ainda com o sentido de reduzir os dispêndios cambiais, sobretudo em moedas conversíveis, urge rever a política de exportar

substanciais quantidades do petróleo nacional. Essa exportação, se bem que carreando para o País uma receita cambial não desprezível, implicou em compromissos de importação de petróleo em quantidades quase triplicadas, a preço mais alto, o que era admissível apenas como medida transitória e de emergência. Dêsse modo, a refinação no País da totalidade da produção de petróleo nacional, a par de medidas para o seu melhor aproveitamento, constitui providência indispensável e urgente, do mais alto interêsse econômico.

Por outro lado, tendo em vista o quadro geral de superprodução de petróleo no mundo, a política nacional de importação se desenvolverá no sentido de utilização mais ampla das alternativas de suprimento e de adoção de práticas comerciais que conduzam à obtenção de preços mais baixos para matéria-prima de qualidade equivalente. Tal política permitirá que se expandam as aquisições de matérias-primas em países com os quais vigorem acôrdos comerciais em que os pagamentos se efetivem sem dispêndio de moedas conversíveis. A obtenção dessas vantagens poderá justificar, inclusive, a realização de investimentos adicionais em adaptações que se fizerem necessárias nas instalações das refinarias e nos sistemas de transporte, em escala ainda mais ampla do que a exigida para utilização do petróleo nacional.

Economias internas e de divisas precisam ser obtidas nas atividades de transporte marítimo. Para alcançar essa meta, há que expandir a frota de petroleiros a fim de reduzir a tonelagem afretada. O CNP implementará medidas enérgicas no sentido de reduzir o número de viagens de cabotagem e a sobrestadia nos portos, não só mediante a programação coordenada do abastecimento, mas também através da elevação da capacidade de armazenamento nas bases de suprimento e da melhoria das condições de operação dos terminais oceânicos.

Onde as atuais concessionárias não derem passos expeditos no sentido de se porem à altura das necessidades do abastecimento, o Govêrno estimulará a instalação de distribuidoras nacionais. Deve recair sôbre as distribuidoras o ônus da operação com carga morta e da sobrestadia nos portos, quando motivadas por deficiências de suas instalações.

As diretrizes acima fixadas para a pesquisa, a lavra, o refino e os transportes marítimos de petróleo e derivados têm plenas condições de viabilidade em face de estarem estimados em mais de 400 bilhões de cruzeiros os recursos de que disporá a Petrobrás no triênio 1963/65, computado, sòmente o saldo das operações industriais próprias, aos preços atuais. A ampliação da capacidade de refino e o maior rendimento nos esquemas de processamento de petróleo bruto deverão gerar recursos adicionais da ordem de 50 bilhões de cruzeiros.

Nessas condições, afigura-se dispensável, de futuro, a reinversão, na emprêsa, dos dividendos da União. O Govêrno aplicará as quantias assim liberadas para financiar o levantamento dos recursos energéticos e mineralógicos do País. Êste o caminho para alcançarmos o desenvolvimento planificado do emprêgo de outras formas de energia e da exploração de nossas riquezas minerais.

3. Carvão

A indústria carbonífera, no Brasil, não tem merecido, na prática, a atenção correspondente à importância que representa para a economia nacional. Êsse desinterêsse contrasta com a existência de adequada disciplina legal, que aprovou um amplo e completo planejamento, prevendo os recursos financeiros e a criação de um organismo indispensável à sua boa execução.

Impõe-se transformar em realidade uma política carbonífera, para a qual existem instrumentos legais adequados, tendo como objetivos principais o abastecimento de nossa siderurgia, com o máximo possível de carvão nacional, que ela possa absorver, o provimento de meios para dotar a indústria carbonífera do equipamento necessário à modernização da lavra e do beneficiamento, e a criação de condições de consumo permanente para qualidades de carvões residuais.

As condições de ocorrência do carvão brasileiro, bem como certas peculiaridades, quanto ao seu beneficiamento, contribuem para que a indústria de mineração do carvão se encontre em condições menos favoráveis do que a média predominante no mundo. Êsse fato torna imperativa a necessidade de decisiva ação do poder público, visando à solução definitiva do problema.

Por outro lado as condições técnicas de rendimento do carvão nacional nos altos fornos determinam ainda a importação de cêrca de 60% dêsse combustível, criando para o Govêrno gastos de divisas, além de colocar o nosso parque siderúrgico na dependência do mercado externo.

É imprescindível, portanto, dinamizar os trabalhos da Comissão do Plano do Carvão Nacional, imprimindo-lhe um ritmo que assegure o integral cumprimento de suas finalidades, dentro de um programa de execução harmônica dos empreendimentos a que deve atender. Assim tornar-se-á possível o aproveitamento racional de nossa riqueza carbonífera.

Com tal objetivo pretende o Govêrno intensificar, neste triênio, tôdas as medidas necessárias para atender o ciclo econômico do carvão, abrangendo as atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo do combustível sólido.

Novas prospecções e pesquisas serão realizadas nas regiões do País em que ocorram indícios apreciáveis de sua presença. Obedecendo a um programa, ainda no corrente ano terão início as prospecções das bacias carboníferas do Brasil-Central, onde tudo indica existirem camadas de carvão econômicamente exploráveis, as quais poderão constituir reservas capazes de atender a crescente expansão da nossa siderurgia e da demanda da energia elétrica naquela região.

A solução dos problemas da nossa indústria carbonífera deverá ser pautada pela melhor experiência internacional, isto é, a mineração deverá ser operada pelos processos de mecanização mais adaptáveis às condições locais, e o beneficiamento visará à produção dos combustíveis reclamados por condições especiais de emprêgo, retirando-se do carvão bruto o máximo possível de energia potencial nêle contida — condição realizável econômicamente, no caso de existirem, na região produtora, usinas termelétricas especialmente construídas para consumir, eficientemente, os carvões de qualidade inferior.

A implantação de unidades geradoras em determinados centros industriais do País vem também ao encontro das necessidades de numerosas indústrias, cuja expansão tem sido contida pela impossibilidade de atendimento da crescente procura de

energia elétrica ou pela ameaça constante de crise de fornecimento.

Atendendo a êste requisito, será iniciada dentro em breve a construção de uma nova usina termelétrica de 200.000 kW, no Estado do Rio Grande do Sul, localizada no município de São Jerônimo.

Em Santa Catarina, onde existe o problema angustiante da estocagem de carvão-vapor, subproduto do beneficiamento do carvão metalúrgico, será concluída a usina da SOTELCA, de 100.000 kW, e iniciados os estudos de sua ampliação para 400.000 kW. Ainda, para dar utilização ao carvão-vapor de Santa Catarina, o Plano do Carvão Nacional participará no capital da CHEVAP, que, na Guanabara, projeta uma usina termelétrica com a capacidade instalada de 140.000 kW.

Na zona carbonífera do Paraná está prestes a iniciar as operações a usina termelétrica da UTELFA, com 20.000 kW de potência instalada.

Dentro das atividades siderúrgicas, a União, por intermédio do Plano do Carvão Nacional, está participando da sociedade de economia mista — Aços Finos Piratini S. A. — no Rio Grande do Sul, destinada a produzir 45.000 toneladas de aços especiais, consumindo exclusivamente carvão nacional.

Está, ainda, o Plano do Carvão Nacional autorizado pela Lei nº 4.122, de 28 de agôsto de 1962, a constituir uma Sociedade de Economia Mista para construir e operar, em Santa Catarina, uma usina siderúrgica de porte médio que deverá utilizar exclusivamente carvão nacional.

A fim de contribuir para maior estabilidade da indústria carvoeira, deverão ser iniciados, no corrente ano, estudos visando à implantação de indústrias químicas, com base no carvão.

Nesse domínio de atividades situam-se a recuperação do enxôfre, do germânio, da amônia e, num estágio mais avançado, até mesmo a síntese de carburantes líquidos.

Estudos estão sendo concluídos, visando à implantação, no Estado de Santa Catarina, de uma fábrica de ácido sulfúrico e fertilizantes fosfatados, para consumir as piritas de carvão.

No esquema de investimentos estão previstos recursos destinados a melhorar o sistema de transporte de carvão, atendendo, não só aos portos carvoeiros, como ao sistema ferroviário.

Em resumo, no estado atual do desenvolvimento econômico e industrial do País, o significado econômico da mineração do carvão decorre da necessidade de: *a*) prover, na maior proporção possível, às necessidades de nossa indústria siderúrgica, em plena expansão; *b*) complementar a crescente demanda de energia elétrica, e *c*) permitir a implantação de indústrias químicas de base.

4. Energia Nuclear

O exame do panorama energético nacional dentro de uma perspectiva ampla indica que os recursos técnicos convencionais, de usinas hidrelétricas e termelétricas, a carvão ou petróleo, deverão ser complementados por novas fontes de energia, baseadas nas aplicações da Física Nuclear. Desta forma a procura de soluções para a produção de energia atômica apresenta-se como um imperativo nacional.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear vem se dedicando fundamentalmente à implantação de uma infraestrutura técnico-científica, através de esfôrço preferencial nos setores de formação de pessoal especializado, de prospecção mineral, de beneficiamento e estocagem de minerais e da criação de centros de pesquisas. Os objetivos preliminares vêm sendo alcançados.

Com a promulgação, a 27 de agôsto de 1962, da Lei nº 4.118, que criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear e disciplinou a política nacional no setor, estabelecendo o monopólio dos minérios nucleares, de seus derivados e aplicação, passou a dispor o Brasil do diploma legal indispensável à promoção de suas atividades no campo da energia atômica.

O desenvolvimento de uma indústria nuclear integrada exige do Govêrno e da indústria privada o estabelecimento e a execução de um programa a longo prazo, que abranja desde o reconhecimento e avaliação de jazidas minerais até a formação de pessoal, e o desenvolvimento da pesquisa tecnológica, para permitir a elaboração de projetos e a construção e operação de unidades produtoras.

Isto resultará em impulso paralelo para outros setores econômicos, especialmente para a indústria pesada de equipamentos, além de proporcionar benefícios às regiões onde se localizarem as atividades mineiras e industriais. Abrirá, ainda, vasto campo ao aproveitamento e melhoria da mão-de-obra.

Os trabalhos iniciados em 1958, para a implantação de uma central nuclear na região Centro-Sul do País, entraram em fase de maior rendimento em 1962, com o desenvolvimento de estudos técnicos e econômicos, tornando possível neste ano de 1963 a tomada internacional de preços para o referido empreendimento. Desta forma o sistema elétrico daquela região poderá vir a receber, em futuro razoável, um acréscimo de fonte nuclear. A Comissão Nacional de Energia Nuclear, de acôrdo com os dados até agora disponíveis, situa em tôrno de 300.000 kW a potência da Central Nuclear contemplada. Todavia, seu dimensionamento definitivo está ainda na dependência de estudos. Outros estudos feitos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear indicam que o custo da energia será competitivo com o das usinas termelétricas. Por outro lado, a referida Central deverá utilizar, como combustível, o urânio natural a ser produzido no País, fornecendo, como subproduto, o plutônio, que deverá ser utilizado, em uma segunda linha de reatores, juntamente com o tório, valorizando, assim, as grandes jazidas existentes no território nacional.

Estão sendo desenvolvidos estudos visando à implantação de centrais nucleares, de porte médio, em regiões, como o Rio Grande do Sul e o Nordeste, ao mesmo tempo em que prosseguem os trabalhos de prospecção e levantamentos geológicos, para descobrir e avaliar jazidas de materiais nucleares. Estão sendo igualmente ativados os estudos tecnológicos relativos à purificação e metalurgia do urânio e tório em escala-pilôto, por processos originais, desenvolvidos no Brasil. Espera a Comissão Nacional de Energia Nuclear que êsse trabalho assegure ao País, a partir de 1970, independência no suprimento de combustíveis nucleares para as centrais programadas.

Complementando seus planos, a Comissão Nacional de Energia Nuclear agirá através de subvenções e bôlsas de estudo no sentido de ampliar o número de técnicos brasileiros em energia nuclear. Promoverá a pesquisa científica e tecnológica neste campo e

incentivará a produção de radioisótopos e sua utilização na medicina, biologia, agricultura e indústria.

As pesquisas e estudos relativos à produção de energia nuclear se desenvolverão com intensidade a partir dêste ano, visando levar o País ao pleno domínio desta técnica.

E) MINERAÇAO

1. Considerações Gerais

A orientação do Govêrno relativamente aos recursos minerais objetiva, sobretudo, a preservação dos seus valôres essenciais, condicionando sua exploração às conveniências do desenvolvimento nacional, quer através do aproveitamento interno, quer mediante a sua exportação.

A atividade governamental na pesquisa mineral, salvo quanto aos programas especiais de petróleo e minério de ferro, tem deixado muito a desejar. É propósito do Govêrno, entretanto, imprimir forte impulso a êste setor, conforme as diretrizes traçadas no Plano Trienal.

2. Novas Jazidas

Dentro da diretriz de imprimir orientação pragmática ao fomento da produção e à cooperação com a indústria particular, procurar-se-á eleger áreas ou jazidas que, por suas condições especiais, tanto naturais, quanto de conjuntura, mereçam tal atenção.

É assim que, atentando para o vulto da importação de níquel, amianto e cromo e, tendo em conta a sua provável ocorrência em região do Estado de Goiás, planejou-se para o exercício de 1963 uma campanha visando à determinação do valor dessas ocorrências.

No plano de busca de jazidas inclui-se também o carvão mineral da região Tocantins-Araguaia e do Rio Fresco. Neste caso o objetivo visado é a descoberta de novas ocorrências de carvão betuminoso do tipo industrializado na América do Norte e na Europa e, especialmente, a descoberta de carvão metalúrgico. As condições geológicas de formação dêsses tipos de combustíveis

e os seus indícios já foram encontrados na região chamada bacia do Meio Norte, na zona que compreende parte dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás.

Atendendo à ocorrência associada de ouro e diamante e ao fato de que estudos geológicos recentes indicam a probabilidade de aluviões de importância econômica em áreas próximas a locais em que os garimpeiros têm efetuado descobertas, está previsto o estudo da região de Marabá, no Rio Tocantins, além do Rio Jamanchim e áreas próximas, que poderão vir a indicar depósitos de importância econômica para o País.

Com relação ao cobre, cuja importação ascende a cêrca de 35.000 toneladas por ano, no valor aproximado de 25 milhões de dólares, planeja-se o estudo de áreas de ocorrências já conhecidas nos Estados da Bahia e Ceará, além do Estado do Pará. Objetiva-se, especialmente, definir com segurança a importância do depósito de Caraíba, Bahia, onde já foram avaliados 15 milhões de toneladas de minério com teor da ordem de 1 % de cobre metálico.

Quanto ao zinco tem sido objeto de estudos e de cooperação entre os podêres públicos e a iniciativa particular, na região de Vazante e Januária, no Estado de Minas Gerais. Os trabalhos realizados nestes últimos três anos já demonstraram a existência, na região de Vazante, de mais de 11 milhões de toneladas de minério de zinco, com teor da ordem de 17%, ou seja, mais de um e meio milhão de toneladas de zinco metálico.

A importação de cassiterita para a produção de estanho já nos custa cêrca de US$ 3,5 milhões por ano. Serão, por isso, intensificadas as pesquisas das ocorrências de cassiterita, principalmente na região de Rondônia, onde o minério já foi encontrado em vários lugares distribuídos em área da ordem de 50.000 km2.

A xilita, minério de tungstênio, classificado como mineral estratégico, baixou bruscamente de preço no mercado internacional, passando do nível de 18 para 8 dólares por unidade, o que trouxe sérias dificuldades às regiões produtoras do Nordeste. O Ministério das Minas e Energia estuda o problema, visando a evitar o fechamento das minas existentes.

As áreas de formações geológicas antigas, pré-cambrianas, do oeste de Goiás e Mato Grosso, merecerão estudos visando ao in-

ventário de seus recursos minerais, para definição da importância de depósitos já conhecidos, de ouro, diamante, cromo, níquel, asbestos, etc.

O Govêrno empreenderá esforços na determinação de jazidas de potássio e fósforo nas áreas sedimentares do Nordeste e do Norte. Desnecessário seria salientar a importância dêsses minerais no desenvolvimento da produção agrícola.

O alumínio, o molibdênio, o zircônio e o tungstênio merecerão ainda a atenção do Govêrno, quer no sentido de procurar promover a sua industrialização, quer visando à busca e avaliação de novas jazidas.

3. Minério de Ferro

O panorama da exportação do minério de ferro brasileiro experimentou sensível alteração no correr dos últimos anos, expandindo-se grandemente as atividades da Companhia Vale do Rio Doce, sociedade de economia mista que executa a política federal nesse setor.

A demanda do mercado internacional orienta-se no sentido do minério de alto teor, bitolado, para alto forno. Entrou em gradativo declínio a procura de minério compacto para aciaria, com diminuição do respectivo preço unitário. A Companhia Vale do Rio Doce, adaptando-se aos ditames do progresso tecnológico no campo siderúrgico, tem diversificado sua produção de maneira a atender às exigências dos consumidores internacionais. Desenvolvendo, a par dessa rápida adaptação, agressividade na conquista de novos mercados, pôde a emprêsa compensar a perda do valor unitário do minério com maiores vendas e, ao mesmo tempo, garantir a efetividade do seu plano de expansão.

As emprêsas mineradoras do Vale de Paraopeba, embora em escala modesta, também iniciaram a diversificação dos tipos de minério de ferro de sua produção, objetivando mais fácil colocação junto aos consumidores internacionais.

A exportação de minério de ferro alcançou, em 1962, cêrca de 7,8 milhões de toneladas, contra menos de 6,2 milhões no ano pre-

cedente. Assim se compara a exportação nesses dois anos, segundo os portos de embarque:

	1961	1962
Angra dos Reis	2.642 t	15.401 t
Antonina	39.421 t	19.349 t
Rio de Janeiro	1.123.637 t	1.632.958 t
Vitória	5.008.589 t	6.138.903 t
Total	6.174.289 t	7.806.611 t

A crescente utilização de minério de ferro pelas emprêsas siderúrgicas sediadas no País, aliada ao consumo adicional de novas usinas que estão entrando em operação, permite estimar que a capacidade de absorção do mercado interno se elevará, a curto prazo, a mais de 3 milhões de toneladas anuais, o que contribuirá para dinamizar ainda mais a exploração de nossas jazidas.

Desenvolvendo uma política cada vez mais ativa, a Companhia Vale do Rio Doce já assegurou vultosos contratos para exportação de minério de ferro. E, no momento, equipa-se para, diretamente ou em convênio, extrair e exportar pela Vitória-Minas cêrca de 20 milhões de toneladas anuais, meta a ser alcançada dentro de 3 ou 4 anos.

Cuida também o Govêrno de solucionar o problema de mineração, transporte ferroviário e embarque do minério da região do Vale do Paraopeba, com a formação de uma emprêsa da qual participem as entidades estatais interessadas, bem como os mineradores particulares.

4. Água Subterrânea

A mobilização das reservas de águas subterrâneas, acumuladas no Nordeste brasileiro, durante as fases favoráveis do ciclo hidrológico anual, tem sido objeto de importantes trabalhos do Departamento Nacional da Produção Mineral, em cooperação com outros órgãos do Govêrno. Estudos relativamente recentes mostram que se deve, inclusive, verificar, por experimentação, a possibilidade de irrigação em áreas sedimentares dos Estados da Bahia,

Rio Grande do Norte, Piauí e pequena parte do Ceará, onde a água subterrânea se encontra em abundância.

A primeira perfuração, para fins experimentais hidrogeológicos e visando, ao mesmo tempo, ao abastecimento da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, dará início, em futuro próximo, ao programa de valorização de recursos já indicados pelos estudos geológicos.

As regiões cristalinas do Nordeste têm, também, certas áreas onde a água, embora em quantidades menores e, provàvelmente, de qualidade inferior, trará, sem dúvida, alívio às populações e socorro aos rebanhos, que sofrem grandes perdas nas épocas de escassez. Um plano de aproveitamento dessas águas, pela perfuração de poços, está em plena execução, com a cooperação da SUDENE e DNOCS.

F) TRANSPORTES

1. Considerações Gerais

A ausência de um adequado planejamento nos setores infra-estruturais indispensáveis ao desenvolvimento da economia, como os transportes, vinha concorrendo para que se verificassem desperdícios e descontinuidade na execução de obras, assim como a formação de pontos de estrangulamento com repercussões adversas no conjunto das atividades produtoras.

Com a criação, no Ministério da Viação e Obras Públicas, do Núcleo de Planejamento, que levantou e analisou o montante dos investimentos do Govêrno Federal, realizados entre 1956 e 1962, em ferrovias, marinha mercante, portos e rodovias, pôde-se comprovar o crescimento relativamente mais intenso das rodovias, em detrimento de outros setores, como, por exemplo, o de portos.

Tornou-se, assim, indispensável a elaboração de um programa de atividades plurienal, visando a disciplinar os investimentos em função de objetivos harmônicamente definidos para o conjunto do sistema de transportes. Êsse planejamento constituía uma necessidade tanto mais urgente quanto as modificações operadas na estrutura econômica e social do País, com a preeminência das

atividades industriais, tornaram obsoleta grande parte da infra-estrutura de transportes.

A execução de um plano dessa natureza exige trabalho continuado de aferições e ajustamentos sucessivos e, sobretudo, o acompanhamento dos cronogramas de obras e serviços, fazendo-se o rigoroso contrôle dos prazos de construção e da aplicação dos recursos programados. A par disto, mister se faz a execução das medidas de maior alcance determinadas no plano, no que se refere ao apoio, ao setor operacional.

2. Ferroviário

As ferrovias, cuja função no sistema de transporte nacional é o atendimento de regiões de alta densidade de carga, constituem preocupação central do Govêrno, em razão do atraso relativo que as caracteriza. Dentro de limites compatíveis com o esfôrço financeiro que pode realizar o País, prosseguirá o Govêrno na recuperação técnica, econômica e financeira das estradas de ferro incorporadas à Rêde Ferroviária Federal S. A.

Para a melhoria da eficiência operacional da Rêde é necessária a correção das anomalias e distorções existentes na própria estrutura administrativa das ferrovias, a fim de permitir-lhes melhor coordenação com os demais sistemas de transportes e maior agressividade comercial. Assim, êste ano, continuará o estímulo à criação de serviços rodoviários auxiliares, à formação de trens expressos de carga, à introdução dos chamados «auto-trens», e outras medidas apontadas na Reunião Conjunta de Diretores das Estradas de Ferro, realizada em fins do ano passado, como necessárias para que se atinjam aquêles fins.

Dentre as medidas de ordem financeira que estão sendo executadas, cabe assinalar o reajustamento tarifário em bases realistas, visando a reduzir ainda êste ano o «deficit», simultâneamente com a correção das distorções na estrutura de custos dos diferentes meios de transporte. Também se está dando atenção prioritária à captação de novos recursos através da alienação ou utilização de bens ociosos, tais como a venda de sucata, o arrendamento de imóveis, o aproveitamento de áreas de terreno nos centros

urbanos, altamente valorizadas, pertencentes às estradas de ferro. Prossegue, com o mesmo espírito de reestruturação básica, o programa de supressão dos ramais ferroviários antieconômicos.

Remodelação da via permanente — O estado da via permanente das ferrovias federais é bastante precário, e a sua renovação se impõe, sobretudo, para permitir a criação de condições técnicas mínimas exigíveis pelas novas locomotivas que estão sendo postas em serviço. A aquisição de trilhos necessários à execução dêsses programas terá de ser feita no Exterior, por insuficiência de produção interna. Assim, está prevista, no corrente ano, uma operação de compra, no montante de US$ 12 milhões, de trilhos provindos de áreas de moeda-convênio, atendendo aos interêsses nacionais de utilização dos saldos existentes naquelas áreas, abrindo novas perspectivas para exportações.

Renovação do material rodante e de tração — A Rêde Ferroviária Federal S.A. ainda conta no seu parque de tração com perto de 1.500 locomotivas a vapor, a maioria com mais de trinta anos de serviço, obsoletas, cuja substituição é necessária. Também neste caso, será necessário recorrer à importação. Está igualmente programada a aquisição de vagões-tanque para suplementar o transporte de combustíveis líquidos entre Santos e São Paulo, uma vez que se espera a saturação da capacidade do oleoduto existente para o segundo semestre do corrente ano.

Sinalização e comunicações — A R.F.F. S.A. adquiriu, através de financiamento do EXIMBANK, em 1957, 12 milhões de dólares em equipamento de sinalização, cuja aplicação até hoje não foi feita por falta dos recursos complementares em moeda nacional. Êste ano, se iniciará essa instalação. A melhoria das comunicações ferroviárias é fundamental ao emprêgo de novas técnicas operacionais necessárias ao aumento da produtividade esperada pela R.F.F. S.A.

Remodelação e unificação dos serviços suburbanos ferroviários do Rio de Janeiro — É êste um conjunto de obras de significado altamente social, por melhorar as condições de transporte suburbano para o agrupamento de mais de um milhão de pessoas, constituindo-se, também, em operação de alta economicidade, uma vez que trará

a adequação técnica operacional a êsse tipo de serviço, acarretando diminuição substancial do tempo e do custo de transporte. Para êsse fim, já se acham em execução, pela indústria nacional, 300 carros de passageiros e terá início neste ano a remodelação das obras de arte, da via permanente e da eletrificação. Serão despendidos em 1963, nesse projeto, aproximadamente, 11 bilhões de cruzeiros como primeira parcela de um programa estimado em 40 bilhões de cruzeiros.

Novas construções ferroviárias — As novas construções ferroviárias, obras levadas a efeito pelo D.N.E.F. —, sempre se caracterizaram por grande dispersão em inúmeros projetos, executados simultâneamente e distribuídos por todo o território nacional. Tal característica, agravada pela permanente insuficiência de recursos destinados ao conjunto das obras, vem resultando em considerável morosidade na execução e grande atraso na conclusão. Dentro de uma rigorosa programação de obras, promoverá o Govêrno a concentração dos recursos disponíveis nas construções de maior significado econômico-social ou cujo estágio de execução permita a sua rápida conclusão e imediata utilização.

3. Hidroviário

As diretrizes de uma política eficiente de investimentos no setor de transportes sôbre água sòmente tem um sentido mais amplo e funcional se conjugadas com providências de caráter operacional, administrativo e, até mesmo, institucional. Embora a partir de 1958 tenha havido radical transformação neste setor, o quadro que hoje se apresenta está longe de ser satisfatório.

É necessário, antes de mais nada, conjugar a operação do pôrto com a do navio, tendo em vista que estas duas partes de um mesmo setor vêm, há longo tempo, trabalhando divorciadas.

Um dos principais aspectos do problema é, sem dúvida, o da melhoria da produtividade dos portos. A simples adjudicação de recursos para investimentos não teria maior significação se, em sua destinação específica, não fôssem consideradas as características da frota mercante brasileira, bem como o preparo de uma infra-

estrutura portuária compatível com a frota de que se pretende dotar o País, inclusive os serviços necessários à sua manutenção.

A par da atividade particular no setor de transporte marítimo, duas autarquias de navegação — Lloyd Brasileiro P.N. e Companhia Nacional de Navegação Costeira, sem contar os Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará, órgão que havia passado, também, a operar na grande cabotagem — trabalham de forma a nem sempre somarem esforços.

A identificação de cada uma das autarquias de navegação com uma única missão — cabendo ao Lloyd o longo curso e à Costeira a cabotagem, com exclusividade — acarretará uma série de vantagens, entre as quais a de permitir que cada uma das emprêsas melhore suas condições operacionais e de produtividade.

Deverá ser mantida a política que objetiva a aplicação de tarifas reais, compatíveis com o custo dos serviços de navegação. As medidas que consubstanciam a adoção racional de tal política deverão ser harmonizadas com providências de caráter administrativo e operacional capazes de propiciar uma diminuição relativa do «deficit» das emprêsas estatais de navegação. Também um contrôle mais rigoroso das verbas destinadas à cobertura do «deficit» dessas emprêsas deverá permitir uma redução das subvenções federais.

Representará, por outro lado, para o Govêrno Federal, substancial alívio de encargos financeiros a manutenção firme da política de não concessão de subsídios à atividade particular, tanto no setor do transporte marítimo pròpriamente dito, como no de construção naval.

Marinha Mercante — No Plano Trienal do Govêrno estão previstos os investimentos requeridos pela construção e recuperação de embarcações e nos serviços de infraestrutura da navegação.

Encomendadas a estaleiros nacionais, estão em construção 21 unidades de carga num total de 130.000 TDW com a entrega programada, na maior parte, neste exercício. Além dessas embarcações, a fim de melhorar substancialmente o transporte de passageiros na Baía de Guanabara, deverão ser entregues ao tráfego seis barcas com a capacidade de 2.000 passageiros cada uma, também em construção nos estaleiros nacionais. Também para o

serviço de transportes da Baia de Guanabara, será contratada no corrente ano a construção de duas barcas de carga.

Destinados ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata foram encomendados à construção naval brasileira 3 navios curral, dois dos quais foram recentemente incorporados à frota daquela Autarquia.

Igual prioridade se está atribuindo ao esfôrço de recuperação de embarcações. No caso brasileiro, em que a idade média da frota situa-se além dos 30 anos — em oposição à idade econômica teórica de 20 anos — a atividade de recuperação afigura-se de absoluta urgência. Cêrca de Cr$ 3 bilhões deverão ser aplicados em obras de recuperação no corrente exercício.

Constitui, finalmente, programa do Govêrno melhorar a infra-estrutura dos serviços de navegação, tornando-a mais condizente com a dimensão da frota mercante brasileira. Assim, uma parcela de recursos, que se estima da ordem de Cr$ 2 bilhões, será destinada a estaleiros, oficinas, bem como embarcações de suporte à navegação.

Pelo vulto da obra e significação econômica do empreendimento, face às deficiências de docagem do País, merece destaque a construção do dique Henrique Lage. Seu término, que demanda recursos no montante aproximado de Cr$ 400 milhões, está previsto para o primeiro trimestre de 1964.

Portos — A aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 4.677-58, que transformou o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais em autarquia, veio permitir a reorganização administrativa daquele órgão, com a criação de condições que permitirão o efetivo funcionamento dos serviços portuários em bases industriais.

Em decorrência, no corrente ano, serão adotadas as medidas necessárias à adequada estruturação dos serviços, promovendo-se a regulamentação da lei, a reorganização dos quadros do Departamento e o disciplinamento de suas relações com as Administrações Portuárias, a par da organização da frota nacional de dragagem.

Ao lado destas medidas de natureza administrativa, absolutamente essenciais à melhoria das condições de operação dos portos

nacionais, providências de maior alcance, e tendentes principalmente a corrigir anomalias e distorções, serão tomadas no presente ano.

Com êsse objetivo, preliminarmente será promovida uma reunião com os dirigentes das Administrações Portuárias com vistas à seleção daqueles problemas de maior alcance e mais prontos resultados. Medida paralela, com igual objetivo, é a próxima criação, no Rio de Janeiro, de um curso para treinamento de administradores portuários. Estas providências deverão permitir melhoria na produtividade das operações, independentemente dos investimentos que estão sendo realizados.

Particular atenção será dada ao problema do congestionamento, verificado em certos fluxos operacionais, e que se resolve com pequenos dispêndios. As instalações para granéis terão igualmente tratamento altamente prioritário.

Os investimentos federais a serem realizados em 1963 no setor portuário obedecem ao mesmo critério de concentração em obras de elevada significação econômica.

4. Rodoviário

A política nacional, no setor rodoviário, está sendo orientada prioritàriamente, para a conservação da rêde federal, para a pavimentação de rodovias que interligam regiões de grande potencial econômico, novas construções com o mesmo objetivo, a construção de trechos rodoviários substitutivos de linhas e ramais ferroviários antieconômicos, e rodovias de penetração.

As limitações de recursos consignados à manutenção das rodovias federais, em grande parte resultantes da tentativa de execução de um plano rodoviário por demais ambicioso, com o início de múltiplas obras, subdivididas em várias frentes de ataque, bem como a falta de disciplinamento das cargas máximas permissíveis, por eixo, fizeram com que nossas estradas de rodagem fôssem conduzidas a um estado bastante precário, no que diz respeito à sua conservação.

Tendo em vista que a pavimentação é calculada com base na densidade do tráfego e na tonelagem máxima por eixo, impõe-

se proceder à limitação do pêso por eixo, à semelhança do que ocorre, pràticamente, em todos os países do Mundo.

Além dos recursos destinados à manutenção — estimados em Cr$ 7 bilhões — serão investidos no setor rodoviário, no ano em curso, Cr$ 62,5 bilhões, dos quais Cr$ 4,1 bilhões serão destinados à execução do programa de substituição dos trechos e ramais ferroviários antieconômicos.

Quanto aos investimentos concernentes à implantação básica, melhoramento e pavimentação de rodovias federais, merecem destaque: BR-4 — Rio-Bahia — Sua conclusão, no princípio do corrente ano, com a entrega ao tráfego, prontos, dos trechos intensamente adiantados, entre Leopoldina e Feira de Santana, completando a extensão de 1.275km pavimentados; BR-2 — Rio-São Paulo — Duplicação da pista nesse trecho, entre Viúva Graça e Jacareí, a partir dos dois extremos, onde a intensidade do tráfego é mais acentuada. Esta obra, na extensão de 293km, já em andamento, deverá absorver cêrca de Cr$ 2,6 bilhões. BR-2 — São Paulo-Curitiba — Conclusão da consolidação do leito estradal, inclusive recapeamento asfáltico de grande parte da rodovia. Sua extensão alcança 398km; BR-31 — Vitória-Belo Horizonte-Araxá — A intensificação dos trabalhos neste importante eixo que virá ligar o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro com o Pôrto de Vitória; BR-35 — Paranaguá-Curitiba-Foz do Iguaçu — Rodovia transversal de importância tanto nacional, como internacional. A intensificação dos trabalhos no trecho Paranaguá-Curitiba, conjugada com a melhoria e pavimentação da BR-104, entre Ponta Grossa e Paranavaí, oferecerá rápida via de escoamento para a produção agrícola do Norte do Paraná. Em Foz do Iguaçu, também está sendo concluída a Ponte Internacional sôbre o Rio Paraná, interligando o Brasil ao Paraguai, com 550 metros de extensão; BR-37 — Pôrto Alegre-Uruguaiana — Eixo transversal rio-grandense, para onde convergem os principais troncos rodoviários do sistema viário estadual e, conseqüentemente, o grosso da produção agrícola. Está prevista a pavimentação de 320km, entre Pôrto Alegre e São Gabriel e a implantação de 634km entre os seus pontos extremos; BR-13 — Fortaleza-Feira de Santana — Com seu entroncamento com a BR-4, esta rodovia de 963km, permitindo a ligação direta entre Fortaleza e Rio de Janeiro, constitui

investimento integrante do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, pois que atravessa o centro da citada região: BR-34 — Pôrto Epitácio-Rio Brilhante — Trecho rodoviário, na extensão de 292km, que vai atingir o centro da rica região agrícola matogrossense, cujas boas terras correspondem a um prolongamento da fértil mancha de terras do Norte do Paraná e Oeste de São Paulo. Ênfase especial deve ser dada à ponte sôbre o Rio Paraná, interligando Pôrto Epitácio a Pôrto XV de Novembro, com 2.280 metros, no traçado da BR-34, a qual ficará concluída em fins do corrente ano: BR-29 — Cuiabá-Vilhena-Pôrto Velho — Estrada de penetração, com a extensão de 1.776km, deverá ser consolidado no presente exercício, especialmente no que concerne ao revestimento primário nos pontos faltantes.

Além dessas rodovias, que, em última análise, traduzem, serviços do D.N.E.R., em todos os quadrantes do País, devem ser ressaltadas, dentre inúmeras obras em andamento, a pavimentação da BR-14, entre Frutal e o entroncamento com a BR-71, na extensão de cêrca de 150km, possibilitando a ligação São Paulo-Brasília em rodovia inteiramente asfaltada; o aceleramento da pavimentação da BR-106, trecho Uberaba-Uberlândia, também de extraordinária importância para a conexão de São Paulo e o Triângulo Mineiro com a Capital Federal; o prosseguimento da construção e pavimentação da BR-59, trecho Curitiba-Itajaí-Florianópolis. No norte do País, o D.N.E.R. prossegue na implantação básica da BR-17, Manaus-Caracaraí-Boa Vista, enquanto, no Estado do Pará, intensificam-se as obras da BR-22, rodovia litorânea que interligará Belém com o Nordeste Brasileiro.

Finalmente, deve ser assinalado que a BR-11, entre Natal e Aracaju, terá suas obras intensificadas, enquanto que a BR-5 terá sua implantação básica acelerada.

5. Aeroviário

No ano de 1962, prosseguiu o Ministério da Aeronáutica a diligenciar soluções para os inúmeros e amplos problemas da aeronáutica brasileira. Com encargos ligados ao transporte aerocomercial, atua com empenho, já que, no País, certos núcleos

populacionais tornam o avião indispensável ao desenvolvimento econômico e necessário para manter a integração nacional.

Encontra-se em operação a rêde do «Plano de Integração Nacional» através das suas linhas de penetração no interior do território brasileiro e servindo a mais de quatrocentas cidades.

Com o objetivo de se continuar a manter a referida rêde, as emprêsas nacionais concessionárias de linhas aéreas regulares e as de táxis aéreos devidamente registradas, passaram a contar, a partir dêste ano, com auxílios diretos do «Plano de Integração Nacional», criado pela Lei nº 4.200 — de 5 de fevereiro de 1963. Tais auxílios serão concedidos pelo Govêrno, sob o regime de subvenção por quilômetro, tanto para as emprêsas que operam em linhas internas, como para aquelas que exploram as linhas aéreas internacionais.

A referida lei, que vem de beneficiar as emprêsas de transporte aéreo, consigna, ainda, uma contribuição financeira para reequipamento e um auxílio especial de emergência, êste, destinado à cobertura de custos operacionais, ainda não realizada por outras medidas de amparo governamental. Tais auxílios atingem a .. Cr$ 24,7 bilhões.

O Plano Aeroviário Nacional, na sua primeira etapa, instituiu a Rêde Aeroviária Nacional, que, com os demais sistemas de transporte integrará o Plano de Viação Nacional.

Para dar prosseguimento às tarefas iniciadas nas quais se incluem investimentos em infra-estrutura, proteção de vôo e Aeronáutica Civil e, ainda, procurar alcançar o nível técnico de Países mais desenvolvidos, o Ministério da Aeronáutica contará com recursos no valor de Cr$ 9,4 bilhões, previstos no Plano Trienal do Govêrno.

G) COMUNICAÇÕES

Os serviços de comunicações no Brasil são, em parte, explorados diretamente pelo Govêrno, através do Departamento dos Correios e Telégrafos. Os de telefones são explorados principalmente por concessionárias particulares, que operam também algumas linhas telegráficas. De modo geral, tanto os que são

explorados diretamente pelo Govêrno como os que o são pelas companhias particulares, deixam muito a desejar, seja no que se refere à qualidade e eficiência do serviço, seja quanto à área de cobertura. Tais serviços, além disso, vêm sofrendo, nos últimos anos, um processo progressivo de deterioração que já ameaça todo o sistema.

No que toca aos serviços de correios e telégrafos oficiais, a situação explica-se pelo regime de insuficiência de verbas para investimentos em que tem vivido o D.C.T. A participação dos investimentos dêste Departamento no total do Ministério da Viação e Obras Públicas caiu paulatinamente de 11 %, em 1956, para apenas 0,6 % em 1962. Quanto aos telefones, as concessionárias, em grande parte utilizando capitais estrangeiros, por uma ou outra razão, deixaram de expandir seus serviços na medida necessária para atender ao desenvolvimento do País. Presentemente, eleva-se a mais de meio milhão o número de pedidos de ligações telefônicas não atendidos.

O Govêrno se dispõe a enfrentar sèriamente o problema das telecomunicações para o que está armado com novo instrumento, o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117, de 27 de agôsto de 1962). Como primeiro passo, o Plano Trienal destinou a dotação de Cr$ 45 bilhões ao programa do Setor.

Já em 1963, as inversões nos serviços de comunicações serão aumentadas.

Será constituida no corrente ano a emprêsa estatal de telecomunicações prevista na Lei nº 4.117. Cuidar-se-á, também, de formular um plano nacional de telecomunicações. Quanto às concessionárias particulares, estuda-se, no momento, a fórmula que permita a retomada da expansão dos serviços nas localidades onde operam.

H) DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. Desigualdades Regionais

Problema que se constitue em um dos mais sérios desafios às autoridades públicas, é o das desigualdades, em graus de desenvolvimento e em níveis de vida, entre as regiões geo-econômicas

do País. Vem êle merecendo especial atenção do Govêrno. As causas profundas de tais disparidades resultam, de um lado, do isolamento entre as diversas áreas econômicas e, de outro, dos diferentes graus de integração dessas áreas com os mercados externos. Combinam-se êsses fatôres, em escala crescente, com os efeitos indiretos da concentração dos investimentos industriais.

Dentro dessa compreensão, no propósito de estabelecer, desde logo, uma política tendente a promover o desenvolvimento equilibrado das diversas áreas econômicas do País, o Plano Trienal consubstanciou as seguintes diretrizes gerais:

a) Intensificação dos pré-investimentos relacionados com o levantamento e a avaliação dos recursos naturais, inclusive as pesquisas diretamente ligadas à agricultura, de modo a beneficiar as regiões com parcos recursos financeiros próprios, públicos ou privados.

b) Intensificação dos pré-investimentos ligados ao aperfeiçoamento do fator humano, de sorte a beneficiar de preferência as regiões de mais baixo índice de desenvolvimento.

c) Continuidade da política de favores diferenciais, à base, inicialmente, de medidas de tipo fiscal e financeiro, com a finalidade de estimular os investimentos privados, econômicamente viáveis, em proveito daquelas áreas em que se evidencia maior o excedente estrutural de mão-de-obra, enquanto se processa o trabalho de zoneamento do País, como base de uma política de incentivos diferenciais em condições de orientar a localização da atividade econômica em todo o território nacional.

Para que êsses objetivos sejam plenamente alcançados, sem reflexos no aumento do custo social do desenvolvimento, é mister que se proceda, paralelamente, a uma reforma na estrutura administrativa em vigor. Visualizando apenas problemas isolados de ordem setorial, com evidente desprêzo pelas perspectivas econômicas regionais em face do contexto real da unidade nacional, tal estrutura se revela cada vez menos capaz de atender às exigências decorrentes da prática do planejamento e da ação coordenada, precisamente quando o Estado se transformou, ao impacto dos grandes problemas do nosso tempo, em instrumento básico de promoção do desenvolvimento econômico.

A essa profunda modificação operada nas funções efetivas do Estado é preciso que corresponda uma imprescindível readaptação dos instrumentos de que êste dispõe para o desempenho de suas tarefas. Sob êste aspecto, a reforma administrativa preconizada pelo Plano Trienal e a ser encaminhada, em breves dias, à consideração do Congresso Nacional, tem por escopo assegurar ao Govêrno uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação. As diversas agências que o compõem serão submetidas a diretrizes que visem à consecução simultânea dos objetivos compreendidos no âmbito da política de desenvolvimento, formulada quer do ponto-de-vista nacional, quer nos seus aspectos regionais, mediante a eliminação progressiva dos fatôres de ordem diversa que se vêm opondo à integração da economia brasileira.

2. Ação do Govêrno Federal

O aumento, de ano para ano mais acentuado, dos gastos federais com programas de desenvolvimento regional atesta, por si mesmo, a preocupação de eliminar as causas da estagnação e empobrecimento a que se acham relegadas extensas áreas econômicas.

Entretanto, é forçoso reconhecer que, em alguns casos, tais dispêndios não têm conduzido a um aumento apreciável no tocante ao ritmo de crescimento da economia regional. Essa constatação, por seu turno, indica, claramente, não apenas que a elevação do ritmo de crescimento não se opera tão-só em função de maior volume de investimento, como também que, numa economia subdesenvolvida, como a nossa, em que, à mingua de liderança do setor privado, o poder público é levado a assumir a responsabilidade pela aceleração do desenvolvimento, o Govêrno terá que se aparelhar, adequadamente, para levar a bom têrmo êsse esfôrço de formação de capital.

Dentro dessa concepção, às agências encarregadas do planejamento local caberá, necessàriamente, a responsabilidade de propor as diretrizes da política de desenvolvimento regional, às quais

se subordinarão todos os investimentos federais na área. Além disso, atuarão também como órgão controlador da efetivação dêsses investimentos.

3. S.P.V.E.A.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia a que cabe, por definição legal, a responsabilidade pela formulação, coordenação e execução da política de desenvolvimento da região Norte, ainda se ressente, a exemplo de outros órgãos da mesma natureza, da ausência de uma estrutura administrativa suficientemente flexível, em condições de assegurar-lhe pleno rendimento, como agência específica de desenvolvimento econômico. Além do mais, a falta de um plano que discipline a aplicação dos seus investimentos, tem levado a SPVEA a limitar-se à execução de obras isoladas, quando não a operar como instrumento de transferência de recursos, com reduzida produtividade social.

Algumas realizações de alcance econômico para a região podem contudo ser destacadas ao longo de suas atividades no último exercício. Assim é que, no setor de recursos naturais, concluiu o levantamento aerofotogramétrico da região compreendida pelos rios Araguaia e Tocantins, além de prosseguir, em colaboração com a FAO, nos trabalhos de levantamento florestal da área. No setor de energia, inaugurou o serviço de luz e fôrça da cidade de Manaus, com a capacidade de 22.500 kW, assim como a respectiva rêde de distribuição. Da mesma forma, concorre, através de financiamentos, para a concretização de projetos infra-estruturais de energia hidrelétrica em Goiás, Mato Grosso e Território do Amapá, bem como das centrais elétricas do Pará, Amazonas, Maranhão, Rondônia e Rio Branco. Por último, com a finalidade de atrair e incentivar a colaboração da iniciativa privada em empreendimentos pioneiros, operou, no setor de crédito industrial, através de duas modalidades: participação de capital e crédito por via de financiamento direto. Dentro dêsse esquema, foi inaugurada, no último exercício, com participação e financiamento do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, a fá-

brica de cimento de Capanema, no Estado do Amazonas, para aproveitamento industrial do calcário de Pirabas e da gipsita ocorrente no município de Codó, no Estado do Maranhão. Essa fábrica, com a capacidade de produção de 70.000 toneladas/ano, incentivará a instalação de indústrias correlatas, tais como cimento-amianto e outros produtos destinados à construção civil. Sob a mesma orientação, financiou a compra de uma instalação têxtil para industrialização da juta, que, ocupando uma área de 13.000 m² e com capacidade para a elaboração de, aproximadamente, 6 mil toneladas/ano de fibras, será inaugurada ainda no corrente exercício.

Entretanto, para que a SPVEA possa realizar plenamente suas atribuições, faz-se necessária uma reformulação geral de objetivos, com o propósito de melhor aproveitar as vantagens de uma integração regional consistente.

O reexame da política federal na Amazônia deverá se ater a alguns pontos básicos, que podem ser resumidos nos seguintes tópicos:

a) Reformulação da Lei n.º 1.806 e do Decreto n.º 34.132, atos constitutivos da SPVEA, reajustando a atual estruturação da entidade, de forma a dar-lhe atribuições definidas como órgão coordenador da política federal na área.

b) Apresentação de um Programa de Emergência para execução imediata, considerando os projetos básicos e bem assim a articulação dos investimentos federais na região.

c) Elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, plurienal, compreendendo a totalidade dos investimentos federais na área e a coordenação de todos os incentivos à iniciativa privada.

Na reformulação das bases do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, não poderão deixar de ser levados em conta os critérios que presidem a organização e funcionamento da SUDENE, de maneira que se assegure à SPVEA organicidade e flexibilidade administrativas capazes de conduzi-la ao pleno atendimento de suas finalidades.

4. SUDENE

O Nordeste tem na SUDENE a sua agência de planejamento regional, com responsabilidades claramente fixadas no que concerne à coordenação e contrôle dos investimentos federais na área e à administração centralizada dos incentivos à iniciativa privada.

Criada sob o influxo de uma reforma administrativa de grande alcance, patenteada no conjunto de atribuições específicas que lhe foram desde logo outorgadas, e dotada de uma estrutura orgânica e flexível, a SUDENE se tem revelado em condições de atender, em tôda a linha, às exigências das novas funções do Estado, como instrumento básico da promoção do desenvolvimento econômico e social.

O seu plano diretor, de caráter plurienal, cuja estrutura vem incorporando, a cada passo, a experiência acumulada pela entidade, consubstancia um conjunto de diretrizes e de programas específicos. Em sua primeira reformulação, relativa ao período 1963-1965, foi aprovado na Câmara dos Deputados, no final da última legislatura. O Govêrno espera que seja atribuída a mais alta prioridade à tramitação final dêsse Plano no Legislativo, a fim de que a política de desenvolvimento do Nordeste, cujos resultados começam a surgir, não sofra descontinuidade.

No que respeita às atividades básicas dessa autarquia, cumpre assinalar, de início, que, relativamente à criação da infra-estrutura de transportes, mereceu prioridade de tratamento o setor rodoviário, em que tem o Govêrno aplicado grande soma de recursos, definindo-se uma Rêde Prioritária, de caráter regional, constituída de rodovias e de trechos de rodovias federais integrantes do Plano Rodoviário Nacional e concebida no sentido de dotar o Nordeste de um sistema capaz de unificar a região e integrar o seu mercado interno, bem como facilitar a interligação com o Centro-Sul do País.

A Rêde Prioritária Rodoviária, cujas obras vêm sendo executadas, mediante convênios já firmados, pelo DNER e Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, tem a extensão de 19.071 km, devendo ser efetuadas, até o ano de 1965, obras de implantação, melhoramentos e pavimentação no total de 10.313 km.

Como parte dêsse programa será construída, a partir do ano corrente, a ponte sôbre o baixo São Francisco, que permitirá a interligação, por estrada pavimentada, de tôdas as capitais do Nordeste com a região Centro-Sul do País.

Ainda no campo dos investimentos infra-estruturais, o Plano de Eletrificação do Nordeste, executado sob a supervisão da SUDENE, foi elaborado levando em conta os seguintes fatôres:

a) possibilidade de atendimento pela energia da CHESF, a médio prazo e em têrmos econômicos, de cêrca de 30% da área global do Nordeste;

b) existência de sub-regiões com mercados de porte médio, permitindo econômicamente linhas de transmissão até 66 kv, localizadas principalmente em áreas que possibilitam aproveitamentos hidrelétricos, ou concentradas em capitais de Estados, dependentes de geração térmica;

c) caracterização do restante da área do Nordeste como um mercado pulverizado, disperso em um número elevado de comunidades (cêrca de 450), com demanda média unitária oscilando em sua maior parte entre 50 kW e 150kW.

Êste último programa responde à necessidade de atender às comunidades de vida tipicamente rural na vasta área periférica interior do Nordeste, com uma população de cêrca de um milhão e duzentos mil habitantes. Para atender a estas comunidades a SUDENE deverá instalar, nos próximos dois anos, uma potência total de aproximadamente 50.000 kW.

Na execução do Plano de Eletrificação do Nordeste, no ano corrente a energia de Paulo Afonso será levada a Natal e numerosas outras cidades do Rio Grande do Norte. É propósito do Govêrno executar a totalidade dêsse plano até 1965, quando a energia de Paulo Afonso suprirá tôdas as capitais e principais cidades nordestinas, entre Salvador e Fortaleza.

Visando ao levantamento sistemático dos recursos naturais, a SUDENE deverá executar, entre 1963 e 1965, um vasto plano Cartográfico, compreendendo investimentos da ordem de Cr$ 500 milhões e incluindo cópias de fotografias aéreas na escala de 1:70.000, mosaicos controlados e foto-índices. Com êsse mapeamento preliminar, cobrindo cêrca de 500.000 km² da área nordestina, a SUDENE está incrementando na região o apoio geodésico

fundamental, principalmente a oeste do meridiano 42º wgr., onde ainda não se pôde fazer sentir a ação dos órgãos oficiais de levantamento.

No setor agropecuário, a ação da SUDENE deverá ganhar profundidade a partir do corrente ano. Na região maranhense, cêrca de cem mil pessoas estão sendo assistidas por importante plano de colonização. Na região do São Francisco, foi iniciada a execução do primeiro grande plano de irrigação, alcançando 4.000 hectares, inicialmente. O programa de perfuração de poços (pouco mais de uma centena em 1962) deverá expandir-se substancialmente nos próximos anos.

No âmbito da política de industrialização, dando cumprimento ao seu programa de modernização, ampliação e instalação de indústrias, a SUDENE aprovou, no ano de 1962, nada menos de 61 projetos industriais que, considerados em conjunto com os aprovados nos exercícios de 1960 e 1961, sobem a 107, com inversões fixas, incluídos os dispêndios em moeda estrangeira, no valor de Cr$ 32.801.666,00, montando em Cr$ 686.937,00 os incentivos cambiais, em Cr$ 3.763.799,00 os incentivos fiscais e em ..... Cr$ 3.429.633,00, as recomendações para financiamento por bancos oficiais, nos têrmos da legislação especial em vigor.

Por outro lado, ampliou-se consideràvelmente, em 1962, a concessão do favor previsto no art. 19 da Lei nº 3.692, que instituiu a SUDENE, de modo que 496 indústrias, distribuídas em tôda a área sob a sua jurisdição, gozaram de isenção, parcial ou total, do impôsto de renda. Os estímulos de caráter fiscal, cambial e financeiro sumariados explicam, em grande parte, o crescente interêsse de investidores privados em ampliar ou efetivar investimentos na região, ressaltando-se, a propósito, que, enquanto o Nordeste, em 1958, participou com apenas 1,9% do total das emissões de capital do País, em 1961 essa participação já alcançava o índice de 5,2%.

Para a dinamização do setor industrial da região, o Govêrno pretende tomar iniciativas de maior profundidade, promovendo a instalação, na região, de indústrias de alto poder germinativo. Conjugando experiência técnica e recursos financeiros da Companhia Siderúrgica Nacional, da SUDENE, da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás, pretende o Govêrno levar

adiante importante projeto siderúrgico, com base no aproveitamento dos gases de petróleo na região baiana. Essa indústria, a ser instalada nos próximos três anos, será para o Nordeste o que Volta Redonda foi como centro propulsor da industrialização do Centro-Sul do País.

5. C.V.S.F.

A Comissão do Vale do São Francisco é responsável pela política relacionada com o crescimento econômico de extensas subáreas banhadas por êsse grande rio, ao longo dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Todavia, uma análise acurada de sua estrutura e funcionamento revela, desde logo, que a CVSF não está convenientemente habilitada a cumprir, em tôda a sua plenitude, e com a desejada eficiência, as finalidades específicas que lhe foram cometidas em sua legislação básica.

Assim é que, a falta de uma política efetiva de desenvolvimento, cujo plano diretor equacione os problemas numa visão de conjunto e à luz de prioridades apontadas pela realidade econômica, tem levado a entidade, as mais das vêzes, a uma atividade até certo ponto dispersiva, por fôrça da pulverização de seus recursos orçamentários.

Faz-se mister, assim, uma reforma de estrutura e de métodos de ação, para que também a CVSF possa funcionar, de modo efetivo, como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social.

Dentre os projetos de maior envergadura que a Comissão está estudando como parte de seu plano diretor em elaboração, destacam-se a represa de Sobradinho e a irrigação do Baixo São Francisco e do Vale do Rio Grande*. A represa de Sobradinho é parte integrante do projeto de aproveitamento do potencial hidráulico do submédio São Francisco, ponto de apoio do plano de eletrificação do Nordeste. Os projetos de irrigação, em fase de estudos básicos, já indicam excepcionais possibilidades.

6. Fundação Brasil Central

Criada em 1943, pelo Presidente Getúlio Vargas, em plena segunda Guerra Mundial, quando a segurança e soberania nacionais tornaram imperativo o desbravamento e a colonização de grandes regiões do País, a Fundação Brasil Central desenvolve suas atividades numa área de mais de um milhão de quilômetros quadrados, abrangendo o Centro-Oeste e parte da Amazônia.

Ao longo das rotas abertas Brasil adentro, a Fundação plantou cidades, construiu estradas, pontes, campos de pouso, estações radiotelegráficas, escolas, hospitais e, ainda, igrejas, clubes, usinas de açúcar, olarias, serrarias. Organizou entrepostos comerciais, iniciou e desenvolveu atividades agropastoris e, seguindo diretrizes de Rondon, estabeleceu contato com tribos indígenas, pacificando-as e dando-lhes assistência e proteção.

Durante sua existência, edificou patrimônio superior a um bilhão de cruzeiros. Seus recursos, no entanto, provêm, exclusivamente, da verba que recebe através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dispondo hoje, em face da deterioração de nossa moeda, de menos recursos do que na época de sua instituição. Assim, vê-se condenada ao marasmo, sem meios para novos investimentos, com ameaça mesmo de total paralisação não sòmente das obras como também dos serviços ainda em funcionamento.

Para o exercício de 1963, o Congresso Nacional majorou de Cr$ 160 milhões para Cr$ 250 milhões a subvenção federal atribuída à Fundação. Êsse aumento em quase nada mudará o quadro atual, dando margem, quando muito, a que a entidade possa, por algum tempo, manter a rotina.

Mas a Fundação Brasil Central, malgrado as dificuldades que lhe têm retardado a marcha, ainda é depositária das esperanças dos pioneiros que, sob sua influência e proteção, se embrenharam no sertão, enfrentando tôda sorte de adversidades.

A mudança da Capital, com a abertura de novas estradas e outras medidas visando à interiorização, despertou o interêsse privado, o que foi sumamente benéfico para essas vastas regiões centrais.

No presente exercício, em que pêse à falta de recursos, cumprirá a Fundação um programa de emergência, com o objetivo precípuo de dar rendimento aos serviços e instalações já existentes. Êsse programa compreende a assistência médico-hospitalar e educacional, transportes e comunicações, atividades agropecuárias e complementação de obras.

Para uma ação a maior prazo será elaborado um Plano Diretor, visando a equacionar a ocupação racional e gradativa das vastas áreas em que atua, a começar pelas compreendidas nos vales do Araguaia, do Tocantins, do Xingu e do Tapajós.

7. D.N.O.C.S.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas tem feito sentir sua ação no Nordeste, principalmente no desenvolvimento de uma infra-estrutura de estradas e barragens. Sua atuação tem sido igualmente importante por ocasião das sêcas, criando trabalho para os desempregados e assistindo às populações. Com a criação da SUDENE, órgão responsável pelo planejamento geral dos investimentos federais no Nordeste, o DNOCS vem se transformando no principal órgão executor das obras programadas por aquela Autarquia, principalmente no campo da hidráulica agrícola.

Os desequilíbrios orçamentários, com cortes nas dotações anuais, têm retardado as obras do DNOCS. Dos recursos orçamentários de 1962, superiores a dez bilhões de cruzeiros, pouco mais de quatro bilhões foram liberados. Com tais recursos prosseguem as obras de açudagem pública e de irrigação em 184 açudes, distribuídos por oito Estados. As obras para abastecimento d'água atingem 87 cidades. Os serviços de energia elétrica foram beneficiados com rêdes de transmissão nos sistemas Coremas, na Paraíba; Acaraú-Curu-Jaguaribe, no Ceará; e Moxotó, em Pernambuco.

O combate aos efeitos das sêcas, presidido por um espírito assistencial, prosseguirá em 1963, concentrado em obras de açudagem, aproveitamento hidrelétrico, irrigatório e agrícola, bem

como para a piscicultura e serviços de abastecimento d'água dos grandes centros populacionais da região. A maior concentração de recursos ocorrerá nas obras de açudagem e irrigação do Vale do Banabuiu, Açude de Orós, Barragem do Brumado e Barragem de Boa Esperança, além das aplicações nos mencionados serviços de abastecimento d'água e na construção dos diversos sistemas de linhas de transmissão de energia elétrica.

8. Valorização da Fronteira Sudoeste

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste incumbe, por fôrça da Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1956, elevar o padrão de vida das populações da área, integrando-as na economia nacional, mediante atividades concernentes à educação e cultura, à saúde, à valorização da terra, incremento da produção, comunicações, abastecimento, industrialização, eletrificação e pesquisas em geral.

Iniciou o órgão sua atuação sòmente em 1962, com a liberação das verbas constantes no Orçamento da União e referentes aos exercícios de 1957 a 1962.

Presentemente acha-se prejudicada a ação da Superintendência pela pulverização de grande parte de sua verba orçamentária numa infinidade de dotações de repercussão inexpressiva, beneficiando pequenas instituições de pouco significado.

De futuro, obedecerá a Superintendência, assim como as demais entidades congêneres, vasto plano racional de ação, a ser elaborado pelo Govêrno.

I) FINANÇAS PÚBLICAS

1. Considerações Gerais

Em 1962, a preocupação maior das autoridades fazendárias foi a de conter o extraordinário volume das despesas públicas que haviam sido estabelecidas para o exercício. O plano de trabalho, consubstanciado na Proposta Orçamentária para 1962,

consignava uma receita de Cr$ 350,9 bilhões e uma despesa de Cr$ 477,3 bilhões, donde um «deficit» de Cr$ 126,4 bilhões. Conforme evidencia a Mensagem que encaminhou a Proposta Orçamentária, dispunha-se o Govêrno a encaminhar à apreciação do Congresso Nacional medidas de caráter financeiro e fiscal, destinadas a atenuar tal desequilíbrio. Entretanto, os acontecimentos politicos e administrativos, ocorridos no segundo semestre de 1961, impediram a aprovação dos instrumentos necessários à elevação da receita em 1962. Acresce que a Proposta do Poder Executivo, após exame nas duas Casas do Poder Legislativo, se transformou em lei com os seguintes valôres: receita, Cr$ 439,0 bilhões, e despesa, Cr$ 573,5 bilhões, donde um «deficit» de Cr$ 134,5 bilhões. A par da elevação do nível da receita orçada, os valôres da despesa tiveram um acréscimo de quase cem bilhões de cruzeiros. Embora sem transparecer claramente das cifras do «deficit» do Orçamento sancionado, a ameaça de desequilíbrio de caixa total do exercício era bem mais elevada. É que as autorizações consignadas na lei de meios teriam que ser acrescidas das referentes aos créditos especiais transferidos de 1961 para 1962, no montante de 9 bilhões de cruzeiros; dos créditos que seriam abertos no transcorrer do exercício; das despesas sem crédito, de natureza imprescindível; dos itens de dispêndios atinentes às liquidações de resíduos passivos; dos gastos com financiamentos concedidos a emprêsas estatais ou de economia mista. Agravara, ainda mais, tal composição a circunstância de não haver sido incluído no Orçamento o gasto adicional com o reajustamento do funcionalismo civil e militar, concedido a partir de abril de 1962, e cujo crédito, no valor de 95 bilhões, fôra aberto em junho. Além disso, houve insuficiências de verbas de pessoal e vinculações à receita no valor global aproximado de 46 bilhões.

O desequilíbrio potencial que ameaçava o exercício, acercando-se da grandeza de meio trilhão de cruzeiros, exigia as mais severas medidas de contenção de despesas à administração federal.

Com tal objetivo, o Executivo baixou o Decreto nº 764, de 20 de março de 1962, que estabeleceu normas para a execução

orçamentária, determinando a contenção inicial de até 40% da parte variável do Orçamento da União. Com êsse dispositivo, fôra possível uma contenção de cêrca de 180 bilhões de cruzeiros. Em agôsto, aprovava o Congresso Nacional o plano definitivo de contenção de despesas, cujo volume podia ser estimado em aproximadamente 158 bilhões de cruzeiros. Tornara-se, porém, algo embaraçoso conciliar as normas contidas nos dois referidos dispositivos, dado o adiantado estágio em que se encontrava o processo orçamentário ao ser sancionada a lei de contenção. A despesa orçamentária (orçamento sancionado) a ser paga, cujo nível, de conformidade com o plano do Executivo, não deveria ultrapassar de 394 bilhões em 1962, já atingia quase esta cifra um mês antes do encerramento do exercício. E alcançou, finalmente, 452 bilhões de cruzeiros no fim de dezembro. Foram também excedidos os limites da programação, quer das despesas sem crédito, quer dos pagamentos relativos à liquidação de resíduos passivos ligados aos restos a pagar, fundos e depósitos, financiamentos e empréstimos, no valor global de cêrca de cem bilhões de cruzeiros.

2. Resultados Financeiros de 1962

a) *Despesa*

Os gastos de caixa realizados em 1962 corresponderam a Cr$ 779 bilhões, dos quais Cr$ 592 se destinaram a cobrir as despesas consignadas no Orçamento, mais créditos adicionais e excessos, e Cr$ 187 bilhões a atender dispêndios de natureza extra-orçamentária.

A despesa escriturada do exercício atingiu Cr$ 727 bilhões, integrada pelos gastos orçamentários, pelas suplementações e créditos especiais e extraordinários, inclusive os atinentes à simples regularização contábil de despesas pagas em exercícios anteriores.

As insuficiências de verbas, principalmente as referentes ao pessoal civil e militar (ativo e inativo), foram de cêrca de ..... Cr$ 48 bilhões e o excesso nos itens pertinentes a despesas

vinculadas à receita fôra de, aproximadamente, Cr$ 22 bilhões. Com o pagamento do reajustamento concedido ao pessoal civil e militar da União, a partir de abril de 1962, montou a despesa a Cr$ 109 bilhões: Cr$ 64 bilhões com o pessoal federal dos quadros próprios e Cr$ 45 bilhões com o pessoal de entidades autárquicas ou de administração descentralizada.

No exercício de 1962, o esfôrço de contenção dos gastos pode assim ser resumido: Restos a pagar e Fundos especiais transferidos, Cr$ 102,0 bilhões; depósitos diversos transferidos, Cr$ 32,7 bilhões; Créditos orçamentários e adicionais não utilizados, Cr$ 60,3 bilhões, no total de Cr$ 195,0 bilhões.

b) *Receita*

Salvo as alterações a que ficaram sujeitas as declarações de renda das pessoas físicas, bem como os encargos provenientes do empréstimo de emergência, incidente sôbre o impôsto de renda pago pelas pessoas jurídicas, além de certas operações atingidas por essa área tributária, permaneceu inalterada a estrutura dos impostos federais, no decurso de 1962.

Estimada pelo Poder Executivo em Cr$ 439 bilhões, a receita atingiu, no exercício, o valor escriturado de Cr$ 511,8 bilhões. Mas tal importância leva em conta algumas parcelas que não representam receita efetiva, sendo, em alguns casos, simples produto de jôgo contábil, a saber: a) sob o título de Indenizações, figura a soma de 1,5 bilhão de cruzeiros, correspondente a anulações de despesas do exercício de 1961, escrituradas naquele ano como «Movimento de Fundos»; b) como rendas eventuais, consta o valor de 1,3 bilhão de cruzeiros, proveniente da conversão em renda de «restos a pagar» indevidamente relacionados no ano anterior; e c) o produto do empréstimo público de emergência (11,2 bilhões), de que trata a Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 (art. 3º), relacionado como receita extraordinária.

Com as ressalvas acima, a receita escriturada superou de 73 bilhões de cruzeiros a previsão constante do Orçamento, e de

194 bilhões (+ 61%) o recolhimento registrado no ano de 1961. Embora nominalmente apresente aumentos periódicos apreciáveis (média de 48% no último triênio), a receita mal acompanha, entretanto, o crescimento do Produto Bruto real do País. O grau de produtividade e o preparo do aparelho arrecadador não têm evoluído paralelamente com o acentuado desenvolvimento da economia nacional. Além disso, fatôres ligados a áreas estranhas à administração fiscal projetam com intensidade os seus efeitos sôbre o comportamento da receita tributária da União. Neste último caso, inclui-se o impôsto de importação e a taxa de despacho aduaneiro, prêsas ao nível do dólar-fiscal para efeito de taxação «ad-valorem». A simples estagnação dêsse ponto de referência afeta, sobremaneira, o volume da receita dos impostos em aprêço. No ano passado, a receita na espécie totalizou 58 bilhões contra 36 bilhões em 1961.

Os impostos de consumo e do sêlo, os de maior produtividade no exercício de 1962 (204 e 61 bilhões de cruzeiros), evidenciaram uma expansão real respectivamente de 13 a 14%.

Algumas causas concorreram, em 1962, para o incongruente decréscimo observado na arrecadação do impôsto de renda. Em têrmos de valôres constantes, a receita dêsse tributo, no nível nominal de 116 bilhões de cruzeiros, situou-se 6% abaixo da registrada no exercício precedente, por seu turno 2% mais baixa que a de 1960. Para tal decréscimo contribuiu a forte redução no impôsto devido pelas pessoas físicas, em face da tabela de incidência do impôsto complementar progressivo, que vigorou em 1962. No que tange às pessoas jurídicas, os benefícios concedidos a emprêsas instaladas no Nordeste também concorreram para a perda real do impôsto em referência.

c) *«Deficit» do Tesouro Nacional*

Adotadas as medidas de contenção de despesas, o «deficit» global de caixa do Tesouro Nacional, cujo potencial era da ordem de meio trilhão de cruzeiros, reduziu-se a cêrca de Cr$ 280 bilhões, enquanto o «deficit» escriturado, de conformidade com as normas contábeis vigentes, expressou-se por Cr$ 215 bilhões.

As contas do exercício assim se desdobraram:

A) *Sob o aspecto de caixa*

I — Despesa efetivamente paga:	Cr$ bilhões	
1) Dotações previstas no Orçamento e excessos	451,9	
2) Outras despesas:		
a) Liquidação de restos a pagar	24,9	
b) Entrega de fundos especiais constituídos em exercícios anteriores	10,6	
c) Despesas sem crédito (Art. 48)	117,8	
d) Créditos adicionais, inclusive para o reajustamento de vencimentos	140,0	
e) Empréstimos a Estados e Municípios	13,5	
f) Financiamentos a emprêsas estatais	20,0	
g) Diversos	1,0	778,7
II — Receita efetivamente arrecadada (*)		497,8
«Déficit» de caixa		280,9

(*) Exclui conversão de restos a pagar e anulação de despesa, em receita (Cr$ 2,8 bilhões), e empréstimo de emergência (Cr$ 11,2 bilhões).

B) *Sob o aspecto contábil*

I — Despesa	Cr$ bilhões	
1) Despesas realizadas à conta do Orçamento e suplementações	586,7	
2) Despesas efetuadas à conta de créditos especiais e extraordinários	140,0	726,7
II — Receita (**)		511,8
«Deficit» escriturado (Orçamentário)		214,9

(**) Inclui conversão de restos a pagar e anulação de despesa, em receita (Cr$ 2,8 bilhões), e empréstimos de emergência (Cr$ 11,2 bilhões).

3. Assistência Financeira Prestada pela União

Manteve-se em alto nível, no exercício de 1962, a soma de recursos transferidos pela União aos órgãos autárquicos federais, mormente aos ligados ao sistema de transporte (navegação e

ferroviário), para custeio dêsses serviços. Aos dois referidos setores foi entregue numerário equivalente a 30 e 83 bilhões de cruzeiros, respectivamente, muito além, portanto, das correspondentes dotações orçamentárias, de 18 bilhões, para navegação, e de 36 bilhões, para a Rêde Ferroviária.

4. Dívida Pública

a) *Dívida Interna Flutuante*

Com o acentuado desequilíbrio financeiro do exercício de 1962, o valor total do saldo da dívida flutuante da União acusou elevado acréscimo. Além da parcela representada pelo financiamento do «deficit» de caixa do exercício, correspondente a cêrca de 280 bilhões de cruzeiros, a majoração também decorreu do maior acúmulo de resíduos passivos, isto é, restos a pagar, fundos e depósitos inscritos no ano anterior, cujo confronto com as liquidações processadas em 1962 ensejou nôvo encargo de aproximadamente 100 bilhões. Consideradas outras parcelas de menos porte, a dívida em questão apresentava os seguintes valôres ao têrmo do exercício:

DIVIDA FLUTUANTE DA UNIAO

Saldo em fins de ano

(Cr$ bilhões)

Itens	1955	1957	1960	1961	1962
Restos a pagar e Depósitos	11,9	24,6	67,9	120,3	219,4
Bancos e Correspondentes (*)	15,1	79,3	125,0	287,1	540,7
Letras do Tesouro	—	0,2	20,7	22,2	45,0
Fundos	6,7	12,0	12,7	12,1	12,3
Soma	33,7	116,1	226,3	441,7	817,4

(*) O saldo dêsse item sofreu redução de Cr$ 11 bilhões em 1955, em decorrência de encampação de papel-moeda. Em 1958 foi feito um acêrto de contas de Cr$ 30,2 bilhões, entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil (transferência para o Tesouro do Fundo para Eventuais Diferenças de Câmbio); e, em 1959, houve uma redução de Cr$ 63,5 bilhões, resultante da lei de encampação de papel-moeda, de igual valor.

b) *Dívida Consolidada Interna*

O saldo da dívida interna fundada da União, no exercício de 1962, acusou forte incremento, em conseqüência do lançamento do empréstimo de emergência de que trata a Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e da emissão de Obrigações do Reaparelhamento Econômico proveniente das operações de crédito originárias das contribuições compulsórias de pessoas físicas e jurídicas (adicional do impôsto de renda destinado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico). Com essas operações, o saldo do débito consolidado elevou-se em 1962, de Cr$ 17 bilhões, ou seja, de 120%, atingindo, conseqüentemente, a soma de Cr$ 31,3 bilhões.

Nesse setor, as mutações de maior destaque assim se processaram:

	Cr$
Resgate:	
Apólices	41.190.500,00
Obrigações	705.545.124,00
Incineração:	
Obrigações	158.470.000,00
Cancelamento:	
Obrigações	248.362.312,00
Substituição:	
Obrigações	8.114.341.900,00
Emissão (empréstimo de emergência) ..	11.159.653.827,70

c) *Dívida Consolidada Externa*

Em 1962 foi mantido rigorosamente em dia o serviço da dívida fundada externa, no que tange às emissões em libras e dólares, regulado pelos Decreto-leis ns. 6.019, de 23 de novembro de 1943, e 6.410, de 10 de abril de 1944. Relativamente aos empréstimos classificados no Grau VIII do antigo esquema Oswaldo Aranha, nos têrmos do Art. 2º do Decreto-lei nº 6.019, continuaram os agentes pagadores a resgatar os títulos na base de 12% do valor nominal, por conta dos suprimentos que desde 1944 se encontram à disposição dos portadores (90% das emissões em libras e 96% das em dólares já foram liquidados).

Para o atendimento dos compromissos normais de juros e amortização, foram efetuados suprimentos aos agentes pagadores nos totais de £ 1.900.070.7.3 e US$ 6.497.494,85.

As aplicações possibilitadas pelos respectivos Fundos de Amortização permitiram que as baixas de circulação fôssem representadas por £ 2.087.190 e US$ 2.043.000, sendo de realçar, no primeiro semestre, a extinção dos empréstimos contraídos pela União em libras, em 1888, 1889, 1903 e 1913, enquanto em dezembro era anunciado em Londres o resgate final das emissões do Plano «A» de 1895 e 1910, também em esterlinos.

O Govêrno tem-se empenhado no sentido da integral execução das obrigações assumidas com os credores estrangeiros, sem o mínimo atraso no atendimento dos compromissos com os portadores de títulos. Com raras exceções, os Estados e Municípios não puderam atender às obrigações estabelecidas, mesmo com a substancial redução havida em relação aos contratos das emissões. Até o fim do ano passado os ressarcimentos não efetuados pelos Estados e Municípios importavam em Cr$ 2,4 bilhões, assim discriminados:

	Cr$ milhões
a) Serviços normais da dívida	2.325
b) Resgate de títulos em francos franceses	47
c) Anuidades vencidas do Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	148
d) Prestações vencidas de acôrdos de Consolidação da Dívida Externa	47

Estudos vêm sendo realizados com as entidades devedoras da União, visando à liquidação dos compromissos em atraso, dentro de esquemas que possibilitem o ressarcimento, de conformidade com as condições econômico-financeiras das respectivas Unidades da Federação. A viabilidade de uma reunião para a qual seriam convocados os Secretários de Fazenda, foi virtualmente proposta para 15 de abril vindouro, em razão das recomendações da Conferência dos mesmos Secretários, realizada em fevereiro no Rio de Janeiro.

5. O Programa Financeiro para 1963

A evolução da situação monetária em 1962 mostrou claramente os focos originais do processo inflacionário da economia brasileira, tendo-se indicado algumas medidas necessárias para fazer-lhes frente. De especial importância, em tal esquema financeiro, é a programação das operações do Tesouro Nacional e das Autoridades Monetárias, de modo a reduzir, em proporções razoáveis, o «deficit» do Tesouro, e a estabelecer tetos nas operações de empréstimo do Banco do Brasil ao setor privado, a fim de limitar-se a taxa de expansão dos recursos monetários básicos a nível compatível com a taxa de expansão do índice de preços admitida.

Conforme se indica no Plano Trienal, êste esfôrço de programação financeira objetiva reduzir a taxa de expansão de preços, em 1963, para 25%, sem diminuir, em têrmos reais, o montante dos recursos financeiros reclamados por uma taxa satisfatória de investimentos públicos e privados.

A preservação dos investimentos públicos, mediante um plano de economia, que não afetará o vulto dêstes investimentos, fará o «deficit» de caixa baixar de forma compatível com os dois outros objetivos citados, ou seja, redução da taxa anual de expansão de preços para 25% e manutenção do nível real elevado dos investimentos privados. A eliminação dos subsídios ao consumo de trigo e do petróleo, promovida no início de 1963, teve o triplice objetivo de melhorar o balanço de pagamentos, reduzir o «deficit» de caixa do setor público federal e suprir recursos para a realização de investimentos básicos nos transportes e na indústria do petróleo.

Dentro da mesma orientação, o Govêrno, através do Conselho da SUMOC (Instrução nº 234, de 14-2-1963), tomou a deliberação de fixar tetos para os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, cuja variação, no correr do exercício, deverá cingir-se a 54,4 bilhões de cruzeiros.

Com tais medidas e os contrôles monetários adicionais, para manter o «deficit» de caixa do Tesouro dentro do montante de 300 bilhões de cruzeiros, nos têrmos do Decreto nº 2.179, de 22-1-1963, o Govêrno julga ser possível conter a expansão dos meios de

pagamento, no limite de 34%, e ajustar o saldo dos empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado à mesma magnitude de elasticidade.

Em têrmos globais, a programação financeira do exercício assim se apresenta:

	Cr$ bilhões
I — Receita (Provisão Orçamentária)	737,3
II — Despesa	
Consignada no Orçamento	1.024,5
Insuficiências de dotações orçamentárias	40,0
Créditos especiais provindos de 1962	18,2
Créditos especiais a serem votados no exercício	60,0
Despesas a serem realizadas sem crédito	60,0
Financiamentos	40,0
Reajustamento salarial	120,0
Liquidação de resíduos passivos	130,2
Total do dispêndio em potencial	1.492,9
III — «Deficit» Potencial (II — 1)	755,6
IV — Economia e Adiamentos de Gastos	
Plano de economia	240,7
Despesas obrigatórias diferidas (receita vinculada, fundos, etc.)	30,0
Despesas levadas a restos a pagar	84,9
Pagamentos diferidos para 1964 com data certa	50,0
Créditos especiais a serem transferidos para 1964	50,0
Total	455,6
V — «Deficit» de Caixa Programado	
Despesa de caixa efetiva	1.037,3
Receita	737,3
«Deficit»	300,00

Com a finalidade de disciplinar a execução das despesas públicas previstas para o exercício de 1963, o Executivo pôs em vigor, através do citado Decreto nº 2.179, normas específicas de

economia, até a aprovação definitiva pelo Congresso Nacional do Plano de Contenção do exercício, de forma que o desequilíbrio das finanças públicas federais, em 1963, se contenha dentro do nível esquematizado no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

J) MOEDA E CRÉDITO

A conjuntura política, em 1962, além de agravar sèriamente os problemas monetários e bancários, reduziu de muito a coordenação que se fazia necessária entre os vários órgãos federais encarregados de enfrentá-los. Desdobraram-se, não obstante, em três, os seus objetivos básicos: *a*) assegurar o volume de moeda e de crédito requerido para o funcionamento normal do sistema econômico; *b*) atuar no sentido de selecionar a distribuição dos recursos disponíveis, estimulando o desenvolvimento das atividades econômicas essenciais; e *c*) zelar pela preservação da liquidez e solvência do sistema bancário, a fim de manter o clima de confiança geral, essência mesma do sensível mecanismo do crédito.

Nas condições em que se desenrolaram as atividades econômicas em 1962, a tarefa era demasiadamente complexa, o que explica os excessos inflacionários ocorridos. Tal complexidade resultou tanto do enfraquecimento da coordenação administrativa quanto da dificuldade da escolha de critérios operacionais, para atingir àqueles objetivos, sem afetar outros fins, também importantes, da atividade governamental.

A circunstância de estar a economia nacional funcionando na expectativa de elevadas taxas de inflação, decorrência da instabilidade política e da descoordenação administrativa, criou problemas sobremaneira difíceis na formulação de critérios que pudessem nortear os diferentes órgãos da administração federal.

Para financiar o «deficit» de caixa do Tesouro, procurou o Govêrno obter recursos não-inflacionários. Examinou critérios para as operações de empréstimos do Banco do Brasil a fim de conter, dentro de limites razoáveis, as pressões exercidas sôbre êsse estabelecimento pelo setor privado para a obtenção de cré-

dito. E procurou impor restrição à expansão secundária do crédito por bancos comerciais, com base no papel-moeda emitido e nas operações de empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado.

A par disso, em maio, o Conselho da SUMOC elevou os recolhimentos compulsórios do sistema bancário para 22% do total dos seus depósitos à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias, e para 14% do total de seus depósitos a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais, determinando que os recolhimentos adicionais instituídos só se tornassem obrigatórios para os estabelecimentos cujos totais de depósitos tivessem ultrapassado o maior saldo constante dos seus balancetes mensais no primeiro quadrimestre de 1962. Conforme já fizera em 1961, a SUMOC utilizou também, como arma de contrôle monetário, recursos provenientes de depósitos obrigatórios, em moeda nacional, das pessoas físicas e jurídicas que demandam moedas estrangeiras. E por essa via conseguiu obter substanciais fundos em cruzeiros. O afrouxamento de tal política deu resultados contraproducentes, levando a SUMOC, em abril e maio, a interromper a redução progressiva dêsses depósitos vinculados a transações com o exterior. Posteriormente, pela Instrução n.º 229, fixou a SUMOC em 80% os recolhimentos para importações na categoria geral e instituiu o depósito da mesma percentagem sôbre as transferências financeiras para o exterior, além de determinar que fôssem restituídos em Letras do Tesouro os depósitos relativos a importações da categoria geral.

No último quadrimestre de 1962, visando a minorar os efeitos do desequilíbrio monetário previsto para essa fase do ano, nôvo esfôrço foi desenvolvido, através do Programa Financeiro elaborado pelo Ministro da Fazenda e aprovado pelo então Conselho de Ministros, sem, todavia, ter sido possível evitar, pelas circunstâncias expostas, a vultosa expansão dos meios de pagamento.

Assim, o total dos meios de pagamento à disposição do público cresceu de 660,4 bilhões, ou seja, *63,4%* sôbre o saldo existente em 31 de dezembro de 1961, enquanto os depósitos obrigatórios (em títulos e em dinheiro) dos bancos comerciais à ordem

da SUMOC cresceram de 85,0 bilhões de cruzeiros, ou seja de 113%. Por outro lado, os depósitos temporários sôbre remessas cambiais, sujeitas a contrôle monetário, cresceram de 34,0 bilhões de cruzeiros. Tais recursos, entretanto, representaram parcela relativamente modesta do total do numerário utilizado não só para financiar o «deficit» de caixa do Tesouro, como para ocorrer aos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado e ao redesconto a bancos comerciais, num montante global de 455,3 bilhões.

O «deficit» de caixa do Tesouro exigiu um esfôrço adicional de *60,2%* na parte financiada através do Banco do Brasil, ao passo que o volume das emissões excedeu em *61,6%* o do ano anterior. Em cotejo com o exercício anterior, os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, pelas Carteiras de Crédito Geral e de Crédito Agrícola e Industrial, cresceram respectivamente de 71,4 % e de 72,5 %; os da Carteira de Crédito Geral, a atividades não cafeeiras, de mais de 81,%, e o saldo dos redescontos a bancos comerciais elevou-se de 57,1%.

Dois outros tipos de operações com o setor privado supriram recursos adicionais: a) o saldo em moeda nacional das operações ligadas a transações em moedas estrangeiras (inclusive depósitos em cruzeiros resultantes dos acôrdos do trigo com o Govêrno dos Estados Unidos), no total de 32,2 bilhões de cruzeiros, e b) o resultado da conta do café (líquido resultante das compras e outras despesas, pelo Govêrno, e das receitas em cruzeiros provenientes das moedas estrangeiras arrecadadas sob a forma de quota de retenção), no total de 8,6 bilhões. Em contrapartida, as Autoridades Monetárias drenaram recursos suplementares, para financiamento do produto, seja diretamente pelo Banco do Brasil, seja pelo Redesconto, no total de 57,6 bilhões de cruzeiros.

Os demais recursos foram de natureza puramente monetária: emissões de papel-moeda, depósitos do público (firmas e indivíduos privados, sociedades de economia mista e autarquias) e depósitos voluntários dos bancos. Os do público cresceram de 44,5%, registrando-se no último semestre os maiores aumentos. Os depósitos voluntários dos bancos expandiram-se de 64,9%. O saldo do papel-moeda em circulação cresceu de 61,6% (*mais*

182,1 bilhões), sendo 13,1% no segundo trimestre, 18,5 no terceiro, e 22,0%, no último.

Alterou-se ligeiramente o comportamento do público sôbre a composição dos seus haveres líquidos: enquanto o total de seus depósitos nos bancos comerciais se expandiu de 64,1%, o total do papel-moeda em seu poder aumentou de sòmente 57,9 %. A expansão dos depósitos a prazo montou apenas a 12,5%, enquanto a dos depósitos à vista e a curto prazo foi de 68,7%.

A expansão do encaixe voluntário dos bancos comerciais processou-se em magnitude quase idêntica à dos seus depósitos, ou seja, de 66,1%, denotando certa constância do comportamento dos bancos comerciais neste particular. Contudo, a relação entre a oscilação dos depósitos e do encaixe voluntário variou muito: no primeiro trimestre, o encaixe voluntário caiu, a despeito do incremento dos depósitos; no segundo e terceiro, o crescimento do encaixe voluntário andou perto da ascensão dos depósitos; já no quarto trimestre, a expansão do encaixe voluntário (+ 49,7%) excedeu de muito a dos depósitos (+ 25,4%).

Como conseqüência do maior volume dos depósitos e dos redescontos recebidos pelos bancos comerciais, cresceu de vulto o saldo dos empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado. A expansão percentual menor teve lugar no segundo trimestre do ano (+ 5,7 %), enquanto que, nos restantes, a taxa ascensional girou em tôrno de 12,0%.

Registre-se, ainda, que o índice da velocidade de circulação da moeda, ou seja, da intensidade de uso do saldo dos meios de pagamento, cresceu fortemente. A média vigente no último trimestre de 1962 estêve 5,3 % acima da vigente no mesmo período de 1961. A comparação entre os outros trimestres evidencia tendência uniforme: a velocidade de 1962 situa-se sempre em plano mais alto, indicando maior preferência do público para reter mercadorias em lugar de moeda, o que ocasionou a aceleração do ritmo de crescimento dos preços.

Mas, ainda que o total dos meios de pagamento se expandisse de 63,4% e a tendência da velocidade de circulação da moeda de cêrca de 5%, o índice geral de preços cresceu em percentagem in-

ferior (51,0%), ocorrendo no último trimestre o incremento mais exacerbado (19,7 %). Duas razões contribuíram para isso: o acréscimo de cêrca de 6% verificado no índice da produção global e o «deficit» do Balanço de Pagamentos em conta corrente (cêrca de 400 milhões de dólares), que permitiu à economia nacional absorver maior fluxo de bens e serviços provindos do exterior.

A expansão monetária aumentou a procura, tanto das mercadorias produzidas no País quanto das importadas.

Contudo, a de produtos importados estêve contida, quer por variações nas taxas de câmbio, quer por imposição de custos adicionais, sob a forma de depósitos provisórios relativos a remessas financeiras vinculadas a importações.

K) CAMBIO E COMERCIO EXTERIOR

A situação cambial do País experimentou, em 1962, forte deterioração. A redução do valor das exportações foi agravada por um movimento adverso na conta de capital, aumentando, em conseqüência, o endividamento geral do País no exterior. O total das obrigações em moeda estrangeira elevou-se em US$ 332 milhões, dos quais US$ 184 milhões vencíveis a curto prazo. Encerrou-se o Balanço de Pagamentos com «deficit» da ordem de US$ 400 milhões.

Fatos característicos que revelam o teor da situação cambial foram a seqüência de modificações na política, permanentemente revista, da Superintendência da Moeda e do Crédito. Pela Instrução nº 228, de 7 de julho de 1962, se viu na contingência de implantar o monopólio de câmbio, determinando aos bancos autorizados o repasse obrigatório de suas compras ao Banco do Brasil. A Instrução n.º 229, baixada logo a seguir (15 de agôsto de 1962), conquanto suprimisse a obrigatoriedade de repasse das compras de câmbio, impôs limitações quantitativas às remessas financeiras e até mesmo às vendas de câmbio destinadas a importações correntes. E mais: tendo-se revelado inconveniente, o abrandamento das medidas monetárias para contenção da procura de divisas teve curta duração, de vez que, pela Instrução

nº 233, de 7 de novembro de 1962, foram elas restabelecidas com mais vigor.

A instabilidade do mercado de câmbio, em 1962, refletiu fortemente os efeitos da crise político-administrativa que o País enfrentou, tanto assim que no mercado paralelo as taxas (venda) flutuaram de Cr$ 367,00, em 31-12-61, para Cr$ 795,00 por dólar em fins de 1962. Note-se que essas taxas alcançaram o ápice de Cr$ 825,00 por dólar, em 11 de dezembro de 1962, apresentando, depois, quedas continuadas à medida que se afirmava a convicção popular na volta ao sistema presidencial de govêrno.

Nosso Balanço de Pagamentos encerra desequilíbrio fundamental, em face, sobretudo, dos «deficits» crônicos provocados pelos serviços. Tal desequilíbrio impõe-nos uma política austera de contenção dos gastos de divisas escassas, não só nas importações de bens tangíveis, mas também sôbre a rubrica de *invisíveis*. Os serviços apresentaram, no ano passado, resultado negativo de US$ 380 milhões, superior em US$ 30 milhões ao do exercício anterior. É de esperar-se, com a vigência da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que as despesas nesta rubrica sofram sensível redução pela melhor disciplina nas remessas de rendas de investimentos e outros encargos pertinentes, permitindo, inclusive, fiscalização mais eficiente quanto à fuga de capitais através de fraudes cambiais.

O comportamento das nossas relações econômicas com o exterior em 1962 foi tão adverso que mesmo o balanço comercial, ordinàriamente superavitário, em bases F.O.B., mostrou «deficit» de US$ 30 milhões.

Comparadas com as do ano anterior, as exportações de café caíram dez por cento, não por falta de estímulos cambiais às exportações, dado que, entre dezembro de 1961 e dezembro de 1962, a taxa de compra de Cr$ 300,00 passou para Cr$ 450,00 por um dólar, com uma variação, portanto, de 53%.

Uma vez que o Brasil vem sofrendo, em anos recentes, forte deterioração nos têrmos de intercâmbio — devendo exportar mais para pagar quantidades constantes de importações — a fim de que

o nosso esfôrço de desenvolvimento não venha a ser comprometido, cumpre que nos desafoguemos de nossas dívidas a curto prazo. A obtenção no valor de US$ 1,5 bilhão, de empréstimos ou financiamentos autônomos e compensatórios, prevista no Plano Trienal, ainda se situa aquém do débito de capitais de US$ 1,7 bilhão, vencível no período. Uma política racional de comércio exterior deve conformar os nossos compromissos externos com as naturais possibilidades de pagamento do País, baseadas quase com exclusividade nas exportações. Tudo sem prejuízo das importações de bens e serviços essenciais.

Em passado não muito distante, pôde o Brasil, e temos confiança em que o fará novamente, conjurar situação tão ou mais difícil, em circunstâncias até mais adversas, já pela precariedade, então existente, de fornecimentos fora da área do dólar, já pelo menor dimensionamento de nosso parque industrial, que não respondia, como hoje, à demanda de maior gama de produtos intermediários e de bens de capital.

Para 1963, prevê-se incremento de doze por cento das exportações, em relação a 1962, devendo situar-se ao redor de US$ 1.397 milhões, ainda assim em escala inferior às de 1961, quando atingiram US$ 1.403 milhões. Enquanto isso, do lado das importações estima-se que elas se amoldem, em 1963, com pequena redução, ao *quantum* do ano anterior, cingindo-se, em bases F. O. B., a US$ 1.200 milhões.

A ligeira contração, prevista nas importações (menos US$ 50 milhões do que em 1962), obedece à diretriz do Plano Trienal, vale dizer, ao esperado reforço da produção interna substitutiva, máxime de bens de capital, a par de maior grau de seletividade na utilização das escassas disponibilidades cambiais.

Relativamente às exportações, teve-se em conta, nas estimativas, as discriminações tarifárias com que o Mercado Comum Europeu favorece mercadorias concorrentes do Continente Africano, muito embora se admitam, ainda aí, perspectivas favoráveis à colocação de alguns dos nossos produtos, principalmente do minério de ferro. Suscita, igualmente, otimismo a possibilidade de elevar o intercâmbio, quer com os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, quer com os da área socialista.

A fim de explorar ao máximo as possibilidades de expansão das exportações, pretende o Govêrno aparelhar-se administrativamente, no setor específico, e encetar um esfôrço direto junto aos mercados potenciais. Contará, certamente, para a execução dessa política com o entusiasmo, aqui também, da iniciativa privada. Esfôrço decisivo deverá realizar-se no sentido de consolidar os progressos realizados na organização do mercado internacional do café e de outros produtos primários. A abertura de novos mercados, com possibilidades de expansão, para produtos de oferta potencialmente elástica, como o minério de ferro, está tendo alta prioridade. Também constitui objeto de preocupação colocar em bases mais operacionais, como já o iniciamos efetivamente, o intercâmbio com as economias dos países socialistas.

Assim é que o acôrdo em vias de conclusão com a União Soviética permitirá imediato e substancial aumento do intercâmbio com êsse mercado, de extraordinárias potencialidades.

III — POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A) EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

1. Considerações Gerais

Um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento do povo brasileiro encontra-se na extrema precariedade da rêde nacional de ensino, destinada à preparação da infância e da juventude. O progresso experimentado pelo País nos ultimos dez anos tornou mais nitida a incapacidade do nosso sistema de educação. Em face da tecnificação dos processos produtivos na indústria e na agricultura, revelam-se ostensivamente as graves deficiências dêsse ensino, incapaz de formar a fôrça de trabalho altamente qualificada que o desenvolvimento nacional requer.

A contradição é flagrante entre a carência da educação e os reclamos de qualificação para as novas atividades produtivas. Embora tenha o País, nos últimos anos, devotado em tôdas as esferas do poder mais recursos e mais energia às tarefas educacionais do que em qualquer outra época, tornou-se, todavia, mais consciente das falhas do seu sistema de ensino. Escolas foram construídas. Professôres foram formados. A qualidade do material didático foi melhorada.

Mas, ao mesmo tempo, jamais o Brasil se manifestou tão inconformado com o seu sistema educacional e jamais a educação representou para tôdas as camadas do povo aspiração tão candente quanto agora representa. É que estamos diante de um reflexo de transformações que se processam no cerne mesmo do corpo social brasileiro. Através dessas transformações, deixamos de ser aquela sociedade arcaica, conformada com o seu atraso, em que as técnicas produtivas eram transmitidas oralmente, de pessoa a pessoa. Queremos ser agora uma sociedade moderna. Mas esta terá que se basear na educação formal, com a produção

fundada, não na tradição oral, ou no saber vulgar, mas na ciência e na tecnologia mais desenvolvidas.

Nessa nova sociedade não haverá lugar, mesmo nas tarefas mais simples, para o trabalhador incapaz de dominar as técnicas elementares da leitura, da escrita e da contagem. Nela, as perspectivas de desenvolvimento pessoal de cada brasileiro estarão, em todos os setores, na dependência de sua capacidade para assimilar e dominar uma cultura que só pode ser aprendida e aprimorada através da escola.

Se, em passado recente, era possível a um analfabeto, que dominasse as técnicas artesanais elementares, manter a família em certo nível de dignidade, hoje em dia aquêle fator negativo já o condena à marginalidade. Em futuro próximo, menos ainda conseguirá êle inserir-se no sistema produtivo, ainda que em trabalhos remunerados com salário mínimo. Nas áreas mais desenvolvidas do País, torna-se evidente a repulsão do sistema produtivo a trabalhadores sem formação escolar. O próprio processo de desenvolvimento, acelerando-se mais em alguns setores, como nas atividades industriais e nos serviços urbanos, e menos em outros, como na rêde escolar, carecedora de expansão e aprimoramento, conduziu a uma situação de desequilíbrio, que já constitui grave ameaça a ser urgentemente conjurada.

Nossas escolas de todos os níveis não se adaptaram às necessidades da hora presente. Conformam-se, ainda, às exigências elementares daquela sociedade arcaica, em que o ensino primário era meramente preparatório ao ingresso na escola média e esta simples estágio necessário à matrícula nos cursos superiores. A rêde escolar servia a uma camada mínima da população e contribuía mais para validar as posições e funções sociais do que para preparar efetivamente as pessoas para os misteres da produção. A grande tarefa atual é a de expandir a rêde de ensino, a fim de que possa abranger tôda a infância e tôda a juventude, assegurando a cada criança ou adolescente aquêle mínimo de conhecimentos indispensáveis para que conquistem um lugar entre as fôrças da produção. A par disso, deve ser promovido o aprimoramento da técnica do ensino, para que alcance maior rendimento, graduando nos cursos primários e médios proporção maior de alunos que

nêles ingressam. Tarefa de tal vulto só pode ser enfrentada através da mobilização de todos os recursos nacionais disponíveis.

Neste ano de 1963, sete milhões de crianças em idade escolar (entre 7 e 14 anos) não freqüentam escolas. Metade delas estão compreendidas na idade de 7 a 11 anos. Tôdas estarão condenadas a engrossar a massa de analfabetos adultos, se providências imediatas não forem tomadas, ainda que em caráter de emergência. A complexidade do problema é agravada pela desigualdade entre as diversas regiões do país, umas mais, outras menos desenvolvidas.

O esfôrço de expansão e de aprimoramento da rêde escolar deve realizar-se à luz de uma política que equilibre, tanto quanto possível, as quantidades e a qualidade de educação oferecidas a cada brasileiro, nasça onde nascer, ou quaisquer que sejam as condições sociais de sua família.

Mesmo nas áreas mais prósperas, que puderam realizar em vários setores obras públicas de grande vulto e que experimentaram assinalado progresso na última década, é visível a precariedade da rêde educacional e mesmo a mediocridade dos ideais educacionais vigentes. Até nas cidades mais ricas e mais industrializadas do País, ainda nos contentamos em oferecer uma escola primária de apenas quatro séries, incapaz de formar a massa de trabalhadores exigida por uma nação de 70 milhões de habitantes, em plena expansão industrial. Acresce a circunstância de que essa escola não consegue graduar na 4ª série primária nem metade dos alunos que a procuram.

2. Educação para o Trabalho

Urge reorientar a educação brasileira para o atendimento das necessidades do sistema produtivo. Se a escola primária é inadequada, nos cursos de nível médio é ainda mais evidente essa inadequação. Até há pouco, na escola média brasileira, nove de cada dez crianças estavam freqüentando cursos de caráter acadêmico, em vez de preparar-se para as atividades do trabalho. A reorientação desta escola média e seu reajustamento às condições

de fato, permitirá que passe a exercer um papel da mais extraordinária importância no processo nacional de desenvolvimento. Apenas 7 de cada 100 jovens que entram nas escolas de nível médio seguem o curso até a última série colegial. A atenção principal deve ser voltada para êsses 93% que não concluem os estudos e vão procurar trabalho, despreparados para aquelas tarefas que se multiplicam com o desenvolvimento. Tôda a educação por êles recebida simulava prepará-los para o ingresso numa Universidade, cujas portas jamais lhes seriam abertas. Esta reformulação do sistema educacional para as atividades produtivas, para a técnica e para o trabalho é a grande missão que hoje se apresenta aos educadores brasileiros. E é também a grande oportunidade que lhes ensejou a Lei de Diretrizes e Bases, devolvendo ao professor, ao diretor, ao educador, a inteira responsabilidade pelo seu trabalho profissional e pela autenticidade do processo educativo.

No ensino superior, impõe-se a mesma reorientação, ainda com maior energia, em virtude da importância decisiva dêsse nível de ensino para o desenvolvimento imediato do País. Tivemos, até agora, escolas profissionais capazes de preparar licenciados em proporções extremamente exíguas e de um número muito pequeno de modalidades em face das necessidades nacionais. Formávamos e continuávamos a formar menos de 1.500 médicos e apenas cêrca de 2.500 engenheiros por ano, números evidentemente desproporcionais, se se considerar que os benefícios da medicina moderna, fundada na ciência, devam ser acessíveis a todos os 70 milhões de brasileiros e que os enormes recursos naturais de que somos detentores devam ser postos a serviço do progresso social do País, esfôrço que jamais poderá ser realizado com tão reduzido número de engenheiros.

Nos três níveis de ensino encontramos, pois, tanto problemas de carência, pela exigüidade das oportunidades de educação oferecidas, quanto problemas de deficiência qualitativa, que exigem o mais enérgico esfôrço renovador para que possamos preencher, dentro de prazos previsíveis, o requisito essencial ao pleno desenvolvimento do povo brasileiro, que é a criação de uma escada educacional, ampla na base e democrática em suas formas de acesso.

3. Plano Educacional

A política educacional do Govêrno, baseada na consciência dêsses problemas, reflete, essencialmente, o reconhecimento de que o sistema educacional deve prontamente ampliar-se e aprimorar-se. O povo brasileiro reivindica mais e melhores escolas. É, pois, chegado o tempo de tratar a educação com nível prioritário mais alto do que lhe foi atribuído até agora. Só através dela criaremos realmente as condições indispensáveis para manter e elevar o ritmo de desenvolvimento do País. A deliberação do Govêrno, de planejar, na Educação, representa um passo histórico decisivo que a Nação — afinal madura para a posse de si mesma e para o comando dos seus destinos — delibera dar, mobilizando todos os recursos disponíveis para assegurar a todos os brasileiros um mínimo de escolarização a ser progressivamente alargado; propondo-se a estancar dentro de prazos previstos o incremento constante do número de analfabetos da população adulta, através da expansão da rêde escolar primária, e, simultâneamente, alargando as oportunidades de educação média e superior oferecidas à juventude, de modo a recrutar de camadas populares um número crescente de jovens capazes de contribuir pelo seu talento para o progresso material e cultural do País.

Evidentemente, não seria lícito esperar tais resultados da orientação educacional até agora vigente, em que agiam isoladas, quando não competitivamente, as esferas de comando municipais, estaduais e federais, sem somar fôrças e recursos e sem um plano orientador capaz de disciplinar suas atividades.

A Lei de Diretrizes de Bases, impondo ao Ministério da Educação e Cultura a elaboração de planos para a aplicação dos fundos nacionais do ensino primário, médio e superior, criou a oportunidade há tanto tempo esperada pelos educadores de formular-se um Plano Nacional de Educação. Elaborado pelo Conselho Federal de Educação, êsse Plano representa, seguramente, o mais importante passo no sentido de somar fôrças dos Estados, dos Municípios e do Govêrno Federal num programa comum que virá assegurar a todos os brasileiros mais amplas oportunidades de

educação e o reajustamento de todo o sistema educacional às necessidades do desenvolvimento.

Tal Plano, cobrindo o período de 1963 a 1970, exigia programas mais detalhados nas primeiras etapas de sua implantação. Sua formulação no setor educacional compreende a série de medidas que devem ser colocadas em execução de imediato. Iniciados os esforços já em 1963, em todo o País, alcançaremos efetivamente os altos objetivos do Plano, por etapas progressivas, até o limite do prazo fixado.

4. Programa de Emergência

Como um primeiro esfôrço de aproximação das tarefas do Plano Nacional de Educação foi executado pelo Govêrno, nos últimos meses de 1962 e nos primeiros do corrente ano, um Programa de Emergência. Esse programa tinha em vista iniciar a substituição do espontaneísmo pelas técnicas de planejamento em matéria de educação, pondo em execução a nova política de coordenação de esforços federais, estaduais e municipais para alcançar objetivos comuns e, ainda, igualizando as oportunidades de estudo, de aprimoramento do magistério, de melhoramento da educação oferecida em todo o País. Para isto, foi concebido um sistema de quotas destinado a assegurar a cada Estado a participação nos recursos federais à razão de 30% na proporção de sua população sôbre o total do País e em 70% na proporção inversa à sua renda «per capita». A execução do Programa de Emergência, completado neste momento, representa o maior esfôrço jamais empreendido no País para enfrentar o progressivo «deficit» da rêde escolar primária e a carência de oportunidades de educação de nível médio oferecidas à juventude. No corpo dêsse Programa foram aplicados cêrca de 6 bilhões de cruzeiros no campo do ensino primário e médio, permitindo promover construções escolares e respectivo equipamento num total de 1.400 salas de aula com capacidade para 112.000 novas matrículas no ensino primário; incentivar a escolarização de emergência para cursos de alfabetização e recuperação cultural; recuperação e ampliação de estabelecimentos de nível médio visando o

aumento de 100 mil matrículas gratuitas em 1963; início da construção da Rêde Nacional de Ginásios Industriais; construção e equipamento do primeiro Centro Integrado de Ensino Médio com que conta o País, destinado ao preparo de mestres no ensino secundário e, ainda, um programa de aperfeiçoamento de professôres, na elaboração de material didático para o Ensino Normal e no pagamento de 60% dos compromissos do Ministério da Educação com programas de bôlsas de estudos.

Dentro dêsse Programa cumpre assinalar a publicação de material didático em quantitativos enormemente superiores a quaisquer tentativas anteriormente realizadas, a começar por 4 milhões de cartilhas de alfabetização destinadas às escolas primárias e às classes de recuperação de adultos e adolescentes e 150.000 manuais do alfabetizador.

5. O Plano Trienal

A educação, no Plano Trienal do Govêrno, mereceu o destaque compatível com o reconhecimento de sua extraordinária importância. Assim é que aquêle documento, que deverá disciplinar as atividades governamentais do País, de 1963 a 1965, consigna para a educação os maiores recursos que jamais lhe foram destinados, propondo ao Congresso Nacional que a quota mínima de 10% do orçamento da União que a Constituição manda destinar às despesas com a educação, seja elevada, em 1964, para 15% e, em 1965, para 20%. Dêste modo será possível reunir 374 bilhões de cruzeiros de recursos orçamentários, aos quais deverão somar-se mais 146 bilhões de outras fontes, superando a 500 bilhões a parcela que a União aplicará, durante o triênio, na expansão e aprimoramento do sistema educacional. Todavia, ainda é pouco em face do vulto enorme das nossas tarefas educacionais. Por isto mesmo, a êsse montante deverão juntar-se os recursos municipais e estaduais, mediante a rigorosa aplicação dos mínimos que a Constituição Federal consigna para o custeio da educação e a contribuição de todos os brasileiros que alguma coisa possam dar para êste esfôrço de edificação cultural e de recuperação cívica de milhões de brasileiros.

A contribuição da União aos Estados e Municípios, permitirá, entre muitas outras realizações, sòmente no campo do ensino elementar:

1º) Construir e equipar 3.000 Escolas Integradas e 3.474 Grupos Escolares num total de 40.500 salas de aula que assegurarão mais de dois e meio milhões de novas matrículas;

2º) Recuperar 5.000 prédios escolares em condições precárias de conservação e reequipar 50.000 salas de aula;

3º) Assegurar subsídios aos Estados e Municípios, para a manutenção, expansão e aprimoramento de suas rêdes de ensino, no montante de 36 bilhões de cruzeiros;

4º) Contribuir com 5 bilhões de cruzeiros para a implantação, nos centros urbanos, da 5ª e 6ª séries primárias, sendo a última delas equivalente à primeira ginasial;

5º) Destinar à escolarização de emergência e à alfabetização de adolescentes e adultos cêrca de 20 bilhões de cruzeiros;

6º) Construir e equipar 18 grandes centros de formação e especialização do magistério primário e utilizar a rêde nacional de escolas normais para formar, no triênio, 48.000 professôres e 10.000 supervisores que, por sua vez, ministrarão cursos intensivos de aperfeiçoamento a 69.000 professôras leigas.

No campo do ensino médio o Plano Trienal prevê a aplicação de quase 76 bilhões de cruzeiros que, somados aos recursos municipais e estaduais e, ainda, à cooperação das escolas particulares, permitirá elevar, até 1965, as matrículas nos cursos ginasiais, de 900.000 para 3.000.000 de alunos e nos cursos do ciclo colegial, de 260.000 para 600.000. A proporção de ingresso na escola média de adolescentes de 12 a 15 anos será de 40% e dos jovens de 16 a 18 anos de 20%. A realização dêsse programa representa um vultoso investimento em construções e equipamento, no preparo do pessoal docente e na elaboração e distribuição de material de ensino. Os principais objetivos a alcançar nesse campo podem ser assim sumariados:

1º) Recuperação da Rêde Nacional de Escolas Técnico-Industriais cujas matrículas não alcançam, presentemente, a 30.000 alunos e que têm um dos mais altos custos anuais por aluno do ensino brasileiro, utilizando melhor os seus recursos ociosos,

ampliando largamente as matrículas e diversificando as modalidades de ensino. Para isso será executado um plano que visará proporcionar:

a) cursos técnicos de nível colegial para jovens graduados em ginásios comuns;

b) cursos de nível pós-colegial para formar técnicos em engenharia de acôrdo com as necessidades da indústria;

c) cursos vespertinos e noturnos de capacitação profissional para pessoal da indústria, sem exigência de formação acadêmica;

d) cursos especiais de formação técnica para jovens que freqüentam ginásios comuns, mas desejam obter uma preparação profissional.

2º) Recuperação da Rêde Nacional de Escolas Agrícolas de Nível Médio também caracterizada pela subutilização das suas instalações e pela exigüidade de suas matrículas para obter: *a*) a duplicação imediata das matrículas, mediante bôlsas de estudos; *b*) ministrar cursos intensivos de preparo de pessoal técnico para a agricultura, sem exigência de curso acadêmico prévio ou paralelo.

3º) Reorganizar a Rêde Nacional de Estabelecimentos de Ensino Emendativo de nível primário e médio, de modo a alcançar melhores resultados do investimento federal, superior, atualmente, a 2 bilhões de cruzeiros e para que às escolas especializadas se somem programas realizados nas escolas comuns, para atender a maior número de jovens carentes de cuidados especiais na educação.

4º) Implantação da Rêde Nacional de Ginásios Industriais e Colégios Modernos, assim chamados porque ministrarão um tronco comum de quatro matérias por ano que, combinadas com duas optativas, permitirão graduar os alunos, segundo suas aptidões, em cursos de tipo secundário, industrial ou comercial, adaptados às necessidades de pessoal qualificado, tanto técnico quanto para serviços, bem como a preparação daqueles que se dirigem aos cursos superiores. Tais estabelecimentos deverão ser construídos em todo o País, na proporção de um Ginásio Moderno para cada 100 graduados anualmente em cursos primários e um Colégio Moderno para cada grupo de 200 jovens graduados anualmente em cursos ginasiais. Essa distribuição atenderá prioritàriamente aos 1.500 municípios brasileiros que não contam, presentemente, com qualquer estabelecimento do nível médio. A primeira etapa dêsse

programa a realizar-se até 1965 compreende a criação de 600 ginásios e cêrca de 230 colégios.

5º) Realização de amplo esfôrço de recuperação cultural de jovens em curso de nível médio, mediante programas especiais de preparação para exames parcelados de madureza do 1º e 2º ciclos, a serem ministrados em escolas que funcionarão à noite e através do rádio e da televisão. Prevê-se para a primeira etapa dêste programa o atendimento mínimo de 500.000 jovens.

6º) Ampliação dos serviços nacionais de bôlsas de estudo, com o objetivo de assegurar o custeio da educação de 150.000 jovens em escolas particulares de sua escolha ou garantir as despesas de manutenção de alunos de escolas públicas, cujas famílias não os possam sustentar durante os estudos.

Na esfera do ensino superior, o programa governamental incorpora uma série de medidas visando à ampliação das matrículas e diversificação dos cursos, dentre as quais se destacam:

1º) Implantação de um Programa Nacional de Formação de Tecnologistas destinado a permitir que as melhores escolas de Engenharia do País tripliquem suas matrículas e possam oferecer, em combinação com a indústria, cursos técnicos de 3 anos de estudos intensivos para as modalidades profissionais requeridas pelo mercado de trabalho.

2º) Implantação do Programa Nacional do Ensino Médico destinado a assistir as Faculdades de Medicina na duplicação e triplicação de suas matrículas, mediante a abertura de cursos paralelos com o aproveitamento de livre-docentes e a adoção do regime de tempo integral. Visa o programa, também, o melhoramento do nível de ensino e o aproveitamento dos recursos de pessoal e equipamento das Escolas de Medicina para formar pessoal técnico-científico no campo das ciências médicas e biológicas.

3º) Implantação de um Programa Nacional de Assistência às Faculdades de Filosofia, com o objetivo de mobilizar seus recursos de pessoal e equipamento para a instalação de amplo serviço de formação e aperfeiçoamento do magistério indispensável à ampliação e aprimoramento da rêde de escolas de nível médio, através de cursos intensivos de formação de professôres para o primeiro e segundo ciclos.

4º) Realização de um Programa Especial de Aperfeiçoamento em Nível Pós-Graduado para o pessoal docente das escolas de engenharia e de medicina, bem como para a especialização no campo da educação, da ciência, das letras e das artes, através da transformação dos melhores núcleos nacionais de ensino e de pesquisa, em cada especialidade, em Centros Nacionais de Pós-Graduação e, ainda, da criação de novos centros.

5º) Revisão dos planos de edificação e equipamento dos conjuntos universitários inconclusos em diferentes regiões do País, com o objetivo de fixar uma primeira etapa de obras e equipamento para realização e utilização imediata.

6º) Elaboração e produção de material de ensino da mais alta qualidade para cursos de nível superior, a fim de que o profissional comum possa formar-se com o domínio apenas da língua vernácula e com o objetivo de incentivar a produção no País do equipamento e do material de ensino e de pesquisa.

7º) Implantação de um Programa Nacional de Desenvolvimento Científico que se destina a descobrir e encaminhar novas vocações e a melhorar as condições de formação e treinamento de pesquisadores de alta qualificação. Tais objetivos serão alcançados através de:

a) adoção do regime de dedicação exclusiva para o pessoal científico, também devotado às atividades de treinamento de pessoal pós-graduado;

b) da ampliação dos serviços nacionais de bôlsas de estudo no estrangeiro para assegurar a 500 brasileiros, no triênio, a oportunidade de cursarem universidades estrangeiras e de estagiarem em laboratórios de outros países;

c) da contratação de 500 professôres e técnicos estrangeiros visando a elevar o nível das nossas instituições de ensino e de pesquisa.

Tais são as linhas gerais da primeira etapa no Plano Nacional de Educação, pré-investimento que permitirá implantar progressivamente o sistema educacional necessário ao pleno desenvolvimento do País.

B) SAÚDE PÚBLICA

Não se pode atribuir o baixo nível de saúde das nossas populações à relativa incapacidade do povo brasileiro de explorar intensa e racionalmente as nossas riquezas potenciais. A saúde pública precária é conseqüência inelutável, isto sim, da contingência de não dispor o povo dos recursos que condicionam o gôzo da saúde: alimentação farta e adequada, ambiente higiênico e sadio regime de trabalho.

A insuficiência da produtividade, geralmente atribuída à precariedade da saúde do trabalhador rural, decorre, em significativa escala, da falta de modernos métodos de trabalho, das dificuldades do meio e das severas condições climáticas de grande parte do País.

A Mensagem do Presidente Getúlio Vargas enviada ao Congresso Nacional, em 1951, coloca em têrmos, ainda hoje atuais, o problema sanitário: «A saúde pública é incontestàvelmente um problema de superestrutura que deverá de modo irrecorrível ajustar-se ao arcabouço econômico da Nação. Cada etapa da evolução econômica nacional, da mesma forma que corresponde a uma certa composição da população e a uma determinada distribuição de mão-de-obra, também apresenta seus definidos problemas sanitários a serem com probabilidade de sucesso solucionados».

Com medidas esparsas e isoladas, não se alcançará a solução de tal problema, a ser resolvido necessàriamente, através da conjugação de variados fatôres, tais como alimentação, habitação, condições de trabalho, vestuário, higiene mental, acesso à assistência médica, etc., fatôres êsses condicionados ao desenvolvimento econômico do meio social. Dêsse modo, as condições de saúde decorrem dos bens e serviços que possam ser postos ao alcance da população e de sua capacidade de utilizá-los.

A melhoria substancial da saúde do nosso povo, principalmente a de ponderáveis parcelas dêle, disseminadas no meio rural, está intimamente ligada a modificações estruturais nas condições de trabalho no campo, elevando-se a capacidade aquisitiva do trabalhador agrícola.

A condição alimentar do nosso povo, mesmo considerando a diversidade das regiões do País e a relativa melhoria existente

em certas zonas, é bastante deficiente, quer do ponto-de-vista quantitativo quer do qualitativo. Tal deficiência mais se evidencia nas áreas de maior atraso econômico e nos grupos populacionais de menor renda *per capita*.

Ainda se constata no País elevada incidência das chamadas doenças de massa — endemias rurais — tuberculose, lepra, doenças essas que só apresentam prevalência semelhante nos países de nível econômico inferior.

Embora tais endemias possam e devam ser combatidas com medidas técnicas específicas, o contrôle efetivo ou a erradicação da maioria delas, exclusive aquelas em que não se torna necessária a modificação no comportamento da população — febre amarela, varíola, malária — depende da elevação do padrão econômico do povo, por isso que, entre as causas condicionantes dessas enfermidades, sobressaem o fator alimentar, o fator habitacional (falta de higiene, promiscuidade), a deficiência do saneamento básico (água, esgôto), o analfabetismo, a carência de recursos assistenciais.

A atividade médico-sanitária não pode, por si só, dar solução aos problemas de bem-estar social. Constitui, entretanto, fator coadjuvante indispensável a qualquer programa de desenvolvimento econômico.

Tal atividade, capaz de modificar o estado sanitário de uma população, constitui obrigação do Estado, porque corresponde ao direito do povo à saúde.

O Plano Trienal dá a devida ênfase às medidas sanitárias a serem tomadas dentro do planejamento geral, sem prejuízo de providências de maior profundidade, objetivando, entre outras finalidades, corrigir falhas da infra-estrutura da economia brasileira e criar, afinal, condições propícias à eliminação de causas que influem negativamente na saúde das populações.

A ação governamental no setor da saúde pública se orientará dentro das seguintes diretrizes fundamentais:

a) ampliação da assistência médica, notadamente nos centros rurais, assistindo-se de preferência áreas mais carentes de recursos e dotadas de maior densidade demográfica;

b) adoção de providências de caráter preventivo, objetivando o contrôle e a erradicação de enfermidades, tais como a

variola, a malária, a lepra, a bouba, o tracoma e outras contra as quais a técnica sanitária dispõe de recursos eficientes;

c) aplicação de medidas visando ao saneamento do meio através, principalmente, da instalação de serviços de abastecimento dágua, serviço de esgotos, remoção ou eliminação do lixo, além de melhoria habitacional;

d) atenção especial à Campanha de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, objetivando reduzir a mortalidade infantil, através da melhoria da assistência pré-natal e do fornecimento de suplementos alimentares, que melhorem a nutrição de gestantes, nutrizes e lactentes;

e) reestruturação do Ministério da Saúde, procurando-se reorganizar e unificar as suas atividades, tornando possivel a coordenação, contrôle e fixação do programa nacional de saúde, que lhe caberá executar.

Observando tal orientação, a coordenação dos órgãos executivos do Ministério da Saúde será exercida pelo Departamento Nacional da Saúde, sendo os seguintes os objetivos do programa de 1963:

a) racionalizar o plano de construção, equipamento e funcionamento das unidades sanitárias, particularmente as localizadas no Norte e Nordeste;

b) desenvolver a assistência hospitalar, estabelecendo estreita colaboração entre os estabelecimentos oficiais e particulares, e atualizar o Censo Hospitalar Brasileiro, objetivando, principalmente, o melhor aproveitamento do equipamento existente;

c) mais intimo entrosamento entre o Ministério da Saúde e as atividades assistenciais da Previdência Social, autarquias e órgãos federais incumbidos do desenvolvimento regional, bem como hospitais filantrópicos, principalmente as Santas Casas, mediante fornecimento de recursos supletivos, através de Convênios que estabeleçam normas mínimas para efetivação da assistência governamental;

d) levantamento da situação do abastecimento dágua das cidades, visando o preparo do esquema de construção e operação dos serviços, fixada a participação dos diferentes órgãos públicos nas várias fases do programa;

e) incentivar as campanhas contra a varíola, poliomielite, febres tifóides, doenças venéreas, difteria, coqueluche e tétano;

f) organizar o combate ao câncer através da prevenção, com o concurso de tôda a rêde hospitalar, inclusive estadual e municipal;

g) encetar, com mais rigor, o combate à tuberculose nos centros urbanos, conjugando a ação de tôdas as instituições e intensificando o uso da quimioterapia;

h) ampliar a luta contra a lepra, apoiada na ação dispensarial e na intensa pesquisa dos meios terapêuticos capazes de eliminar a moléstia;

i) reaparelhar o Serviço Federal de Bioestatística e o Serviço de Estatística da Saúde, tornando-os aptos ao preparo, avaliação e revisão dos programas de saúde pública.

Como medida complementar prioritária, para prevenir e mesmo diminuir a incidência das chamadas doenças de massa, empreendimentos de saneamento básico são executados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

O Departamento, há pouco transformado em autarquia, conta agora com a necessária flexibilidade administrativa, que lhe permite imprimir a suas obras e serviços o ritmo conveniente.

As obras em andamento obedecem a planos gerais estabelecidos para cada região, consistindo, essencialmente, em trabalhos de recuperação de terras, defesa contra inundações, obras hidráulicas dos planos de eletrificação em cooperação com os Estados, barragens para irrigação e serviços de águas e esgotos. Despendeu, no exercício de 1962, importância pouco superior a cinco bilhões de cruzeiros. No exercício corrente, serão investidos no setor vinte bilhões de cruzeiros, distribuídos entre as seguintes obras: Abastecimento dágua nos Estados do Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para aproveitamento hidrelétrico, serão construídas barragens na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para recuperação de áreas alagadas, serão construídos aterros em Recife e outras cidades.

Além das obras acima mencionadas, prosseguirão os serviços de conservação e dragagem dos canais de saneamento e cursos dágua, barragens de defesa contra inundações e canais de irrigação, particularmente nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O detalhamento do Programa Nacional de Saúde, que é um dos objetivos preliminares do Plano Trienal, implicará, ainda, na coleta, apuração e análise de dados complementares.

As prioridades do programa serão estabelecidos, tendo-se em vista as necessidades mais urgentes. A sua amplitude dependerá dos recursos mobilizáveis, sem prejuizo do planejamento geral, no qual se integrará, harmônicamente, a política sanitária geral. Esta congregará, por outro lado, num esfôrço comum, as entidades oficiais, categorias econômicas e profissionais, associações privadas e outros organismos que tenham ligação com o problema da saúde pública.

C) HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

O problema da habitação em nosso País apresenta aspectos da maior gravidade. Dados incompletos demonstram que o nosso «deficit» de moradias é alarmante: cêrca de cinco milhões de unidades. Se forem computadas, entretanto, as precárias condições de habitabilidade existentes na maior parte dos nossos centros urbanos e rurais, o «deficit» real é ainda mais elevado.

Com um incremento demográfico cumulativo de 3% ao ano, a população brasileira deverá ser acrescida, nos próximos 10 anos, de cêrca de 30 milhões de habitantes. A simples manutenção do «deficit» habitacional ao nível atual exige a construção de mais de 5,5 milhões de novas residências no período.

Estas cifras ganham ainda maior significação se considerarmos que o acréscimo demográfico se concentra nas cidades, cuja população cresce muito mais ràpidamente do que a do País em conjunto. No último decênio, 1950-1960, nossas cidades apresentaram um incremento populacional médio de 63%. Algumas delas superaram de muito êsse índice: Goiânia, 188%; Macapá, 128%; Curitiba, 100%; Belo Horizonte, 93%; Forta-

leza, 91%. Enquanto isso, não se notou qualquer tendência para a diminuição do incremento populacional nos centros de maior densidade demográfica: a população de São Paulo cresceu de 72%, e a do Rio de Janeiro, de 39%.

O País atravessa intensa fase de urbanização, ligada ao próprio processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira. Tal fato, se, por um lado, atesta a pujança do progresso da Nação, acarreta, por outro, uma série de conseqüências negativas do ponto-de-vista econômico-social, porque o crescimento urbano se faz desordenado, de maneira indiscriminada e, por vêzes, caótica. A desordem, o atraso e a pobreza que ainda imperam, em larga medida, nos nossos aglomerados urbanos projetam-se, principalmente, nas precárias condições de habitação. A carência de moradias, agravada pelas diversas formas de sub-habitação, não afeta apenas o subproletariado urbano e as massas rurais, que têm sido, sem dúvida alguma, os mais atingidos. Para as camadas populares, habitação vem sendo, até hoje, sinônimo de abrigo primitivo: a palhoça ou a choupana, no campo; o barraco, a maloca ou o mocambo, nos centros urbanos. A êsses brasileiros, quase metade da população do País, tem faltado o mais elementar padrão de residência. Até hoje, desconhecem o que seja uma casa na acepção do têrmo, com ambientação adequada à vida familiar, dotada de água, esgôto, iluminação e das demais comodidades básicas.

A questão habitacional no Brasil é, infelizmente, ainda mais ampla. O operariado classificado das cidades e amplos setores da chamada classe média sofrem, também, com a ausência de condições adequadas à habitação do homem civilizado. As formas de mal-morar configuram-se na submoradia suburbana, pobre, feia e triste, que obriga seus moradores a perder, diàriamente, quatro e cinco horas, ao se deslocarem para os locais de trabalho e dêles regressarem; na infra-habitação das cabeças-de-porco e das chamadas «hospedarias»; na habitação desconfortável e superlotada dos quarto-e-sala conjugados, que se estão constituindo em verdadeiras favelas de concreto armado.

A todos os fatôres que agravam o problema habitacional, cumpre acrescentar uma exploração imobiliária das mais vorazes. A técnica, colocada a serviço exclusivo dos aspectos predatórios

da especulação imobiliária, redundou, antes, em prejuízo social, ao criar as condições de superlotação de certas zonas, anulando, assim, as vantagens econômicas que se poderia obter da sadia concentração habitacional permitida pela construção em altura.

Sem me alongar na descrição do quadro atual, cumpre ressaltar que a questão habitacional se constitui em problema dos mais graves, que não comporta, entretanto, solução a curto prazo. Recordo que mesmo nos Estados Unidos da América, o país de mais elevada renda do mundo, dezenas de milhões habitam em condições precárias. A União Soviética ainda não conseguiu debelar o seu «deficit» habitacional, não obstante dois planos septenais de construção intensiva.

Contudo, cumpre delinear, desde já, os contornos de uma política habitacional que permita ordenar o processo de crescimento urbano e propiciar condições de residência adequadas a um crescente número de brasileiros. Medidas objetivas deverão ser tomadas, a partir de agora, para evitar que, em futuro próximo, o «deficit» habitacional possa comprometer os benefícios do desenvolvimento, cujo objetivo só pode ser a valorização do homem.

É evidente que uma política realística, nesse setor, há de considerar o problema habitacional na sua dependência ao próprio crescimento da renda «per capita» do brasileiro, em sua íntima ligação com o progresso material e técnico que possamos alcançar. Cabe ao Poder Público, porém, formular e implementar, desde já, uma série de medidas que modifiquem as perspectivas do panorama habitacional.

O Conselho Federal de Habitação, criado recentemente, terá de desempenhar um papel altamente significativo na execução dessa política, cujas diretrizes estão sendo fixadas pelo Govêrno. Devo submeter à aprovação do Congresso Nacional, dentro em breve, o projeto-de-lei de reforma urbana, que constituirá o primeiro passo para a formulação de soluções em novas bases para os problemas da habitação e, particularmente, para a questão da moradia popular.

Paralelamente, o Govêrno está procedendo ao estudo da legislação existente sôbre a matéria, visando a propor normas básicas para a elaboração de planos regionais e urbanos, que possibilitem corrigir muitas das distorções no crescimento das comunidades.

A elaboração de um plano nacional de habitação, tendo por base o planejamento em todos os níveis, terá de considerar, pelo menos, alguns aspectos relacionados com o problema:

a) coordenação dos recursos destinados à habitação provenientes de diversas fontes;

b) coordenação da atividade das entidades governamentais, assegurando a integração dos respectivos programas;

c) coordenação, disciplinamento e incremento da iniciativa privada no campo habitacional;

d) medidas e providências no setor industrial, visando a ampliar e diversificar o apoio à construção civil, de modo a racionalizar e baratear as edificações;

e) estudos e pesquisas sôbre a questão habitacional.

Enfim, o problema contém ainda implicações múltiplas, que estão sendo objeto de estudos pelo meu Govêrno, a fim de ajudar o povo a conquistar melhorias substanciais nesse setor vital.

D) TRABALHO

1. Considerações Gerais

Os problemas do trabalho, fator primordial da produção e da riqueza nacional, vêm merecendo do meu Govêrno especial atenção. Assegurar a existência de leis adequadas e zelar por sua aplicação, promover firme política salarial que melhore o poder aquisitivo dos trabalhadores, proporcionar-lhes uma sólida organização sindical, garantidora de eficientes contratos coletivos de trabalho, foram, são e serão sempre metas básicas da política social do meu Govêrno.

A despeito das incompreensões de alguns setores, tenho desenvolvido constantes esforços para dar aos trabalhadores e suas famílias, vale dizer, ao povo brasileiro, em geral, condições de vida mais humanas e mais dignas, a que têm incontestável direito. Muito resta, ainda, a fazer. Mas uma parte considerável do que era necessário já está feita. No decorrer de 1962, várias leis por mim promulgadas corresponderam a reivindicações específicas das classes laboriosas. Uma delas estabelece normas

para a validade do pedido de demissão ou quitação contratual, firmado por empregado. Outra manda computar, na contagem do tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado em serviço militar ou por acidente no trabalho. A terceira é que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores (13.º salário). E, finalmente, a que extinguiu o trabalho, aos sábados, nos estabelecimentos de crédito.

Na esfera do Executivo, entre vários decretos expedidos, figura o que aprovou o regulamento da profissão de Assistentes Sociais, atendendo a insistente reivindicação da categoria, surgida desde a promulgação, em 1957, da lei respectiva.

2. Política Salarial

A crescente elevação do custo de vida levou o Govêrno a alterar mais uma vez os níveis do salário mínimo, por decreto que entrou em vigor a 1.º de janeiro do ano em curso. O salário mínimo de maior valor, para o Distrito Federal, Estado da Guanabara e principais cidades dos Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais, passou a ser de Cr$ 21.000,00. Se as medidas para conter a inflação permitirem uma situação de desafôgo, perdurará por tempo mais dilatado o poder aquisitivo dos novos salários. Do contrário, êsse poder, como das vêzes anteriores, será gradualmente reduzido. E não será possível pensar-se em congelar salários, como solução para tais dificuldades. Não seria justo, nem teria sentido lançar-se o mais pesado dos ônus sôbre as classes trabalhadoras, a quem o Estado deve a maior proteção.

A atual política salarial comporta, porém, acentuada melhoria, com a adoção do "salário-família", proposto no projeto governamental que tomou, na Câmara dos Deputados, o número 3.628, de 1961. Inspirada na legítima justiça social, a consideração dos encargos familiares dos trabalhadores com filhos poderá manter em maior equilíbrio o nível geral dos salários. Em cêrca de 30 países, já gozam as classes trabalhadoras ou a população em geral de adequados sistemas de abonos familiares, ao passo que no Brasil sòmente vigora o "abono às famílias numerosas", cujo

valor e condições de concessão, com o correr do tempo, o tornaram de todo inexpressivo, bastando assinalar que o valor do abono é de cem cruzeiros para família de oito filhos, com o acréscimo de vinte cruzeiros por filho, quando a prole ultrapassa aquêle limite.

A instituição do "salário profissional", para o maior número possível de categorias, será outro acertado meio de manter o poder aquisitivo dos trabalhadores que as integram, dispensando repetidos dissídios coletivos.

3. Estatuto do Trabalhador Rural

A recente promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, produto de laboriosos estudos e debates do Congresso Nacional, assinala um dos mais importantes marcos da nossa história trabalhista. Sem desconhecer as dificuldades de ordem prática a serem superadas para sua execução, estou certo de que constituirá poderoso instrumento da redenção econômica e social do homem do campo e uma das condicionantes fundamentais de uma eficaz reforma agrária. A sindicalização rural, fator básico para a implantação de legítimo e harmônico progresso social nos campos, vinha sendo permanente preocupação do meu Govêrno. Só através dela, poderão os trabalhadores rurais se organizar disciplinada e sistemàticamente para a defesa de seus interêsses. A boa organização sindical é essencial ao êxito mesmo da aplicação da nova legislação trabalhista, consubstanciada no Estatuto recém-promulgado.

Expedidas as normas reguladoras da organização dos sindicatos rurais, ainda há muito que fazer. E desde logo, para tal efeito, é mister bem aparelhar os órgãos regionais do Ministério do Trabalho. Com a urgência necessária, dentro dos prazos estabelecidos na lei, promoverá o Ministério a expedição dos regulamentos indispensáveis à sua execução e, ao mesmo tempo, o Govêrno proporá ao Congresso Nacional as medidas de organização e de pessoal que dependerem de lei.

4. O Código de Trabalho

Entre as mais importantes reformas legislativas programadas por meu Govêrno figura a da substituição da atual Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1943 e objeto de tantas alterações parciais, por um moderno Código de Trabalho que consubstancie o que há de mais atual sôbre o assunto. Serão mantidas tôdas as conquistas de nossas leis, incorporadas em um só e metódico instrumento legal. Como contribuição à sua elaboração, está programado pelo Ministério do Trabalho o Forum de Debates Lindolfo Collor, a realizar-se nos próximos meses, em comemoração do 20.º aniversário da promulgação da atual Consolidação das Leis do Trabalho. Nesse Forum, professôres, juízes, advogados e outros técnicos da especialidade, além de elementos das classes trabalhadoras e patronais, debaterão amplamente a matéria, a fim de que o projeto a ser submetido ao Congresso represente o pensamento dos mais diretamente interessados em sua aplicação.

5. Projetos em Curso no Congresso Nacional

Estão em curso no Congresso Nacional dois outros projetos que, como o do salário-família, interessam de perto às classes trabalhadoras. Um dêles é o da lei de greve, já em discussão. O têrmo de sua elaboração legislativa atenderia, antes de mais nada, a um mandamento constitucional. Nas relações coletivas entre empregados e empregadores, não há instrumento de reivindicações trabalhistas de maior importância. Daí o seu reconhecimento pela Constituição. Não é possível continuar o País sem lei de greve adequada, na qual, atendidos os legítimos interêsses dos trabalhadores, a ação do Estado se restrinja a assegurar a ordem pública e a defesa da coletividade.

O outro é o projeto referente à participação nos lucros das emprêsas, grande postulado constitucional, que amplia os direitos do trabalho em face do capital e que permanece, igualmente, sem aplicação efetiva, por falta de regulamentação legal. Ao lado

da co-gestão, a participação nos lucros é peça básica da reforma de estrutura das emprêsas e exige o instrumento legal que a implante, como complemento necessário da política salarial.

6. Reestruturação do Ministério do Trabalho

A reestruturação do Ministério do Trabalho e Previdência Social é medida já proposta ao Congresso Nacional. Com o destaque dos assuntos da Indústria e Comércio, que passaram a constituir outro Ministério, tal reestruturação tornou-se imperiosa, a fim de que aquela Secretaria de Estado possa desempenhar com eficiência seus relevantes encargos. A instituição de novos órgãos, como o Departamento Nacional de Salário e Mão-de-Obra, e a reorganização dos demais da atual estrutura, concorrerão para o bom encaminhamento dos problemas sociais afetos à Pasta. Impõe-se, igualmente, a criação da Delegacia Regional do Trabalho no Estado da Guanabara, o que permitirá a definitiva fixação dos órgãos centrais do Ministério em Brasília.

7. Relações Internacionais do Trabalho

Em vista de seus compromissos internacionais, no que se refere aos assuntos do trabalho e da previdência social, desenvolve o Ministério do Trabalho, por intermédio da Comissão Permanente de Direito Social, os estudos e as relações recíprocas que se fazem necessários. Em 1962, preparou essa Comissão todos os estudos técnicos, aprovados pelo Govêrno, relativos ao temário da 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em que dois de seus membros tiveram destacada atuação. Para a 47ª Sessão, a se realizar em junho, preparou a CPDS, em tempo hábil, os estudos sôbre o temário, que o Govêrno já aprovou e enviou à Organização Internacional do Trabalho. Foi-lhe enviado, igualmente, o relatório sôbre a aplicação das convenções ratificadas pelo nosso País.

Por fôrça de preceito contido na Constituição da OIT, o qual abriga os Estados-membros dessa agência especializada da

ONU, tem o Govêrno submetido ao Congresso Nacional as Convenções adotadas pelas Conferências Internacionais do Trabalho. Dependem elas de aprovação, para que possam ser ratificadas, de acôrdo com o art. 66, nº I, da Constituição. Aguardam a manifestação soberana do Poder Legislativo as seguintes mensagens referentes a diplomas internacionais do trabalho: ns. 256, de 31/5/1949; 143, de 28/5/1958; 214, de 9/6/1959; 533, de 27/11/1959; 40, de 9/2/1960; 104, de 6/4/1960; 150, de 27/4/1961; 283, de 28/6/1961, e 277, de 26/11/1962.

No curso do ano findo, denunciou o Govêrno a Convenção n.º 3, que dispõe sôbre a proteção à maternidade e o emprêgo da mulher antes e depois do parto. A isso viu-se forçado, em face da discrepância proclamada pela OIT entre o sistema brasileiro, que atribui ao empregador o pagamento dos salários relativos ao licenciamento da gestante, e o critério da Convenção, que impõe o ônus da manutenção dos salários ao seguro social.

Coube à CPDS a tarefa de preparar os estudos técnicos destinados à reunião da OIT para a instituição de um Centro Interamericano de Documentação e Pesquisa sôbre Formação Profissional. Por intermédio de consultor especializado, participou a CPDS da reunião realizada em Bogotá em outubro de 1962 sôbre o mesmo assunto e já tomou providências tendentes a assegurar ao Brasil posição de relêvo naquele Centro. Depois de estudos relativos ao pleno exercício das funções dos Inspetores do Trabalho, constantes de dispositivos de Convenção ratificada pelo Brasil, aquela Comissão tem em preparo projeto destinado a garantir a boa execução das medidas recomendadas.

E) PREVIDÊNCIA SOCIAL

O ano de 1962 correspondeu à implantação da Lei Orgânica da Previdência Social, ansiosamente esperada pelas classes trabalhadoras, que nestes últimos anos a haviam convertido em sua principal reivindicação. Por essa marcante reforma do sistema previdenciário, empenhei os melhores esforços. Como Vice-Pre-

sidente da República e Presidente do Senado Federal e como Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, influí quanto pude para a sua votação final e a promulgação sem vetos. É com satisfação que assinalo agora os seus primeiros e benéficos resultados.

Tal reforma importou na uniformização e ampliação do plano de «prestações», sistematizado em benefícios pecuniários e em serviços assistenciais; a uniformização dos sistemas de segurados e dependentes e respectivas inscrições, de vinculação e matrícula das emprêsas, das normas gerais de custeio, de arrecadação e aplicação do patrimônio. Importou também em radical alteração do regime de administração, com o estabelecimento de "colegiados" para a direção de todos os organismos, desde os básicos de orientação e contrôle, os de gestão direta central, até os de caráter local.

O uniforme e avançado sistema geral da previdência social, que surgiu com a nova Lei, abrange em seu amparo a mais de dezoito milhões de pessoas, entre segurados e dependentes, não só nas zonas urbanas como já, em parte, na zona rural.

Novos estudos, em andamento, visam a completar o sistema, estendendo-o aos empregados domésticos, a única das categorias profissionais ainda sem o amparo da previdência social. Nesse sentido, em cumprimento às determinações da Lei Orgânica da Previdência, já elaborou o Ministério do Trabalho projeto de lei criando a Fundação de Assistência e Previdência dos Empregados Domésticos (FADEP), dependente, apenas, de estudos finais para encaminhamento ao Congresso.

A execução daquela importante Lei e de seu Regulamento Geral demandou, quer do Departamento Nacional da Previdência Social, órgão básico de contrôle administrativo, quer dos seis Institutos existentes, grande esfôrço para a rápida expedição de normas de trabalho e adaptação dos diversos setores às novas condições criadas. Malgrado a premência de tempo, foram essas tarefas enfrentadas com decisão e o final do exercício encontrou vencidas as principais dificuldades. Está em franca execução o plano de "prestações", pràticamente em tudo o que respeita aos

"benefícios" pecuniários. Normas especiais, que se impunham, foram expedidas em 1962 pelo Ministério do Trabalho, relativamente a aposentadorias especiais, abonos de permanência em serviço e auxilio para tratamento fora do domicílio.

Condicionados aos recursos financeiros e técnicos, alguns setores apresentam, ainda, deficiências. Principalmente o de "assistência médica", nos grandes Institutos, em face do volume de serviços a atender. Tal falha se verifica de modo mais particular no IAPI, com maior massa de segurados. Normas especificas já foram expedidas, para no corrente exercício ampliar consideràvelmente os serviços médicos. Duas outras prestações, as de "serviço social" e "reabilitação profissional", tiveram reduzida implantação e aguardam normas definitivas para execução em mais larga escala. Tanto a "assistência habitacional" como a "assistência financeira" sofreram deficiências inelutáveis com as reduzidas disponibilidades de capitais a serem invertidos.

Positiva é, porém, a experiência do nôvo regime de administração colegiada, que nela permite a participação dos trabalhadores e das emprêsas contribuintes, através de seus representantes. Conquanto ainda breve, os resultados obtidos indicam o acêrto da inovação.

Em perfeita ordem, realizaram-se em 1962 as eleições para a renovação dos membros classistas nas Juntas de Julgamento e Revisão, assim como de suplentes dos Conselhos Administrativos e Fiscais. O regime dos mandatos dos representantes governamentais foi objeto de importante definição pelo Supremo Tribunal Federal. Ficou entendido que nada impede que sejam substituidos, sempre que o Govêrno houver a substituição por necessária. Assegurou-se, assim, o caráter de indispensável confiança de tal representação.

Destacada atuação teve o Conselho Superior da Previdência Social, órgão colegiado, ao qual cabe o contrôle jurisdicional dos Institutos no tocante a recursos em matéria de prestações, contribuições, multas, etc. Reorganizado, na base de três Turmas,

julgou em 1962 11.828 processos, ou seja, 2.484 mais que em 1961. Apesar disso, acha-se ainda pendente de julgamento imenso volume de processos: nada menos de 13.320. Tal fato exige medidas excepcionais. Impõe-se o reaparelhamento, tanto do Conselho Superior como do Departamento Nacional da Previdência Social. Para tanto, serão encaminhadas ao Congresso mensagens com os respectivos projetos de lei.

Quarenta anos depois da Lei Elói Chaves (24 de janeiro de 1923), que instituiu as primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões destinadas aos ferroviários, e um quarto de século depois da criação do Instituto dos Industriários (2 de janeiro de 1938), é tempo de darmos uma estrutura definitiva à previdência social.

Foi, aliás, com êste pensamento que, com particular agrado, sancionei o projeto que beneficiou os trabalhadores rurais. Um dos meus últimos atos, em 1954, antes de deixar a Pasta do Trabalho, fôra o de propor o enquadramento dos homens do campo na Previdência, através do IAPI, como afinal se concretizou. Consciente das dificuldades a serem vencidas para a execução da nova lei, espero contar, não só com a colaboração eficiente do Ministério do Trabalho e, em especial, do IAPI, como com o apoio certo do Congresso Nacional, tão sensível quanto o Chefe do Executivo, à urgente necessidade de amparar os trabalhadores rurais.

Outras medidas complementares se tornam necessárias, entre elas a reformulação da orientação concernente aos seguros de acidente no trabalho. A experiência vem demonstrando que os seguros privados, sob o regime de livre concorrência, não se coadunam com o caráter eminentemente social dêsse ramo da Previdência. Mesmo em países como a Inglaterra e a França, a cobertura dos riscos por acidentes no trabalho ficam totalmente a cargo dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Confio que o Congresso assim resolverá em definitivo o assunto, objeto de projeto de lei apresentado ao seu patriótico exame.

A receita contabilizada dos seis Institutos, resultante de dupla contribuição, a dos segurados e das emprêsas, atingiu, em 1962, a cêrca de 140 bilhões de cruzeiros. Contudo, a décima parte dessa receita, por falta de recolhimento das emprêsas, deixou de ser realizada. Agrava-se, cada vez mais, o débito em que elas incorrem. As facilidades, que lhes têm sido concedidas, para a liquidação parcelada de tais débitos, não apresentaram ainda resultados plenamente satisfatórios. O IAPI viu o débito das emprêsas industriais crescer de 17 bilhões em 1961 para 25 bilhões em 1962. Mesmo emprêsas estatais e autárquicas se têm atrasado nas contribuições, especialmente para o IAPFESP e o IAPM. Por outro lado, o aparelho judicial mostra-se impotente para cobrar com a necessária rapidez a dívida ajuizada. Além disso, "comandos fiscais" têm demonstrado, em setores da indústria, sistemática e considerável sonegação de contribuições de empregados, não declarados para fins de seguros sociais. As dificuldades na execução judicial e o reduzido valor dos juros moratórios em face das condições do mercado de crédito constituem facilidades e incentivos a essas práticas. Para coibi-las, tanto os órgãos de contrôle do Ministério do Trabalho como os Institutos deverão, no ano em curso, adotar enérgicas medidas, a fim de, por essa forma, atenuarem a situação de desequilíbrio financeiro em que se encontram. As dívidas acumuladas das emprêsas ascendem, agora, a cêrca de 50 bilhões de cruzeiros. A União, tal como em 1961, contribuiu, pela segunda vez, para a Previdência, com uma quantia substancial: 27 bilhões de cruzeiros, dos quais 18 bilhões por meio das quotas arrecadadas diretamente do público, pelas emprêsas, e recolhidas ao Fundo Comum da Previdência Social, e o restante como verba orçamentária, destinada em parte ao custeio das despesas de administração geral dos Institutos e, ainda, a suprir, em alguns dêsses órgãos, deficiências financeiras no custeio das "prestações". Vale assinalar que já foi dada execução ao disposto na Lei Orgânica, quanto à liquidação das contribuições em atraso da União, através da emissão de apólice inalienável, no valor de 104 bilhões de cruzeiros, sendo os juros, à taxa de 5%, pagos aos Institutos. Êles constituirão,

com as amortizações anuais de 1 bilhão de cruzeiros, o Fundo de Benefícios da Previdência Social. Assim, quitou-se a União com os Institutos até 31 de dezembro de 1960. Pelo nôvo regime, sua contribuição corresponderá, doravante, em cada exercício, apenas às necessidades efetivas dos Institutos, no tocante às despesas de administração geral, inclusive pessoal, e às insuficiências do custeio do plano de prestações. Uma verba de 28 bilhões de cruzeiros atenderá aos reais encargos da União com a Previdência Social em 1963. Dêsse modo, desapareceu o regime fictício dos anos anteriores a 1961, do qual resultara o imenso débito só agora liquidado.

A despesa com o plano de prestações dos Institutos ascendeu a cêrca de 150 bilhões de cruzeiros: 118 bilhões com os benefícios (aposentadorias, pensões, auxílios diversos); 25 bilhões com a assistência médica e 7 bilhões com a assistência alimentar. Com a administração geral, foram despendidos cêrca de 24 bilhões, dos quais 20 bilhões com o pessoal. No conjunto, o exercício financeiro apresentou discreto equilíbrio, embora três dos Institutos, o IAPM, IAPETC e IAPFESP, considerados isoladamente, se apresentassem em condição deficitária, exigindo maiores parcelas do Fundo Comum para o seu custeio. Em compensação, a situação econômico-financeira do IAPB é de larga folga. Com as dificuldades expostas, as aplicações de patrimônio tornaram-se bastante restritas. Salvo o IAPB, os demais Institutos nada de expressivo poderão inverter no exercício de 1963. A estimativa global da receita da Previdência, para êste ano (segurados e emprêsas), é de cêrca de 250 bilhões, resultando o acréscimo dos novos níveis de salário-mínimo, em vigor a partir de janeiro. As despesas deverão atingir a 230 bilhões, em face do reajustamento das aposentadorias e pensões e da progressão verificada nos últimos exercícios.

Em várias outras medidas, destinadas a completar a execução da Lei Orgânica da Previdência Social, o meu Govêrno se empenhará no corrente ano. Entre elas, sobrelevam:

— Expedição do Regimento Único dos Serviços dos Institutos, de grande importância para a reorganização geral dêsses órgãos.

— Aprovação de outras normas determinadas pela Lei Orgânica, tais como as de: uniformização do sistema de arrecadação dos Institutos; da inscrição de beneficiários e de seguros coletivos.

— Aprovação do Plano de Custeio da Previdência Social, com a determinação do seu regime financeiro, ora em estudos no Serviço Atuarial.

— Implantação, nos Institutos, do sistema de descentralização administrativa, indispensável à rápida concessão das prestações. Medida das mais importantes, nesse particular, é a organização de "centros de processamento de dados", providos de aparelhamento eletrônico, para solucionar problemas criados pelo gingatesco crescimento do sistema previdenciário.

— Desenvolvimento da assistência médica dos Institutos, visando, sobretudo, à realização de serviços em regime de comunidade, no máximo possível. Está prevista, para 1963, a instalação de 450 novas unidades médicas.

— Reorganização do Serviço de Alimentação da Previdência Social, para repô-lo definitivamente em suas finalidades e possibilitar-lhe o eficiente atendimento destas. Tal assunto já está sendo examinado por um Grupo de Trabalho, o que acontece também com outros já indicados. Essas medidas dependem de exames aprofundados, após os quais serão expedidos os necessários decretos executivos.

IV — POLITICA EXTERNA

A) INTRODUÇAO

A posição internacional do Brasil decorre, entre outros fatôres, do fato de ser o nosso um país de formação e vocação cristãs, empenhado em preservar e fortalecer o regime democrático representativo e, ao mesmo tempo, em promover seu desenvolvimento econômico de modo a proporcionar a todos os brasileiros aquelas condições mínimas, de vida humana decente e digna, sem as quais os valôres do Ocidente não fazem sentido.

Nesses têrmos, a ação diplomática brasileira tem hoje por objetivo primordial assegurar os meios e recursos de ordem externa necessários à plena afirmação da existência nacional.

Mesmo no convívio com os demais povos, o primeiro dever do Brasil é para com os brasileiros. A presença de nossa pátria na sociedade internacional será tanto mais significativa quanto maior fôr o nosso progresso econômico e social.

Temos consciência de que o Brasil está destinado a participar decisivamente de um largo movimento histórico de repúdio às soluções de fôrça e em prol de uma convivência pacífica entre as nações do universo. E, para comprovar essa convicção, podemos destacar algumas constantes de nossa política externa: defesa da paz, proscrição da guerra, solução pacífica das controvérsias, respeito aos direitos humanos, igualdade jurídica dos Estados, boa vizinhança, não intervenção no processo político dos demais Estados e auto-determinação dos povos.

As aterradoras perspectivas de um conflito nuclear devem conduzir os esforços, no campo internacional, ao encontro de fórmulas que, sendo capazes de evitar tal catástrofe, propiciem a convivência pacífica entre os povos, apesar das diferenças ideológicas reinantes.

Na base dos instrumentos científicos e tecnológicos com que a civilização moderna está aparelhada para permitir à genera-

lidade dos homens a participação em seus benefícios, a evolução dos valôres e dos regimes se processará, respeitada a personalidade de cada povo e as características de seu gênio político nacional. A visão de uma sociedade internacional preparada para solucionar seus conflitos por intermédio da lei jurídica não é utópica. A paz internacional será a suprema consagração dos ideais e valôres que informam o patrimônio intelectual dos povos. Se despojássemos a sociedade internacional do ideal da paz, nós a estaríamos condenando à destruição.

Fiel aos compromissos livremente assumidos, o Brasil em sua política externa fará o que lhe fôr possível no sentido de contribuir para afastar o espectro da guerra das relações entre os povos.

Tal como já afirmamos perante esta Casa, por ocasião da 51ª Conferência Interparlamentar, o dever da coexistência é condição essencial e imperativa para a preservação da paz. Se prevalecerem, no plano interno, propósitos de entendimento e conciliação entre as liberdades públicas e a justiça social, se a política interna se fundamentar no respeito à liberdade de opinião e à ordem jurídica em que se ampara e dignifica a pessoa humana, então a política externa, inspirada por propósitos semelhantes, poderá consolidar a paz, que é imprescindível à própria sobrevivência das categorias morais e instituições políticas que cada povo deseja salvaguardar.

B) POLÍTICA EXTERNA PARA O DESENVOLVIMENTO

A política externa brasileira passou a objetivar primordialmente a obtenção dos meios e recursos necessários ao desenvolvimento, à medida que internamente amadurecia a consciência de nossos graves problemas econômicos e sociais, e mais claro se tornava o papel do comércio exterior no êxito ou malôgro do processo de emancipação nacional.

Dada a relação direta que existe entre a receita de exportação e a capacidade de importar do país — e comparando-as com a necessidade crescente de recursos externos criada pelo processo de industrialização — chegou-se afinal à compreensão nítida de que a expansão do comércio constituía um verdadeiro

imperativo para o êxito dêsse desenvolvimento. Fixada assim a significação primacial do comércio com o exterior, somos levados de pronto a verificar quão insatisfatório tem sido o comportamento do setor externo dos países produtores de matérias primas na sustentação do crescimento econômico.

Não cabe aqui relacionar todos os fatôres que têm contribuído, de maneira implacável, para a perpetuação e mesmo agravamento dêsse estado de coisas, nem tão pouco analisar suas múltiplas e complexas causas. O Congresso Nacional conhece perfeitamente o quadro desalentador em que se desenrolam nossas relações comerciais com o mundo, desde os desequilíbrios provocados pela instabilidade a curto prazo dos preços internacionais dos produtos primários até o processo, mais sutil e ainda mais grave, da deterioração a longo prazo de nossos têrmos de intercâmbio com os países industrializados.

Chegamos a um ponto em que se conhecem, com tôda a exatidão, as causas dos males que nos afligem no comércio internacional. Somos hoje, igualmente, um país disposto a agir com energia e coerência na solução de seus problemas internos e externos. Atingimos, assim, o momento de fixar uma política externa para o desenvolvimento, atribuindo-lhe a prioridade imprescindível no quadro de nosso comportamento internacional.

No intuito de sistematizar a orientação que já vimos seguindo nos últimos anos, é essencial que essa política se fundamente nas seguintes diretrizes:

1ª) aproximação com os demais países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, de modo a assegurar coerência e solidez às reivindicações de interêsse comum;

2ª) caracterização do comércio internacional como condição necessária para o desenvolvimento econômico, ainda que por si só não suficiente e, por via de conseqüência, a compreensão do comércio internacional não como um fim em si, mas como um meio para a consecução dêsse desenvolvimento;

3ª) identificação da assistência financeira como elemento supletivo no incremento de nossa receita de exportação, e não como alternativa a êsse incremento.

Com base nessas diretrizes amplas, o Brasil advogará, em todos os foros internacionais, a modificação da estrutura institu-

cional do comércio mundial, visando particularmente aos seguintes objetivos:

a) estabelecimento de um mecanismo institucional que atente para as condições peculiares dos países subdesenvolvidos em seu intercâmbio com os países desenvolvidos, e que seja capaz de propiciar a expansão rápida do comércio dos subdesenvolvidos com os países desenvolvidos de livre emprêsa e com os países de economia centralmente planificada, bem como entre si;

b) a eliminação dos obstáculos opostos por países desenvolvidos, qualquer que seja o sistema em que se baseiam suas economias, ao comércio e consumo de produtos primários, através do emprêgo de medidas tarifárias e tributárias, ou pela manutenção de sistemas preferenciais e tratamentos discriminatórios;

c) a correção das perdas de receita dos países produtores de bens primários por meio de sistemas internacionais de compensação financeira.

Ao apresentar sucintamente essas diretrizes básicas que tenciona perseguir, o Govêrno brasileiro está consciente de que encontrará grandes dificuldades para a realização de cada um e de todos êsses seus propósitos. A reformulação em profundidade da estrutura do comércio internacional, envolvendo arraigados preconceitos e poderosos interêsses, é tarefa tão penosa quanto as modificações internas que nos são exigidas pelo progresso nacional. A própria colocação do problema em têrmos de reivindicação dos países subdesenvolvidos, leva-os necessàriamente a se contraporem aos países beneficiários do sistema vigente, ou seja, os países industrializados. Compreendemos integralmente a natureza dessa confrontação, mas ao invés de emprestar-lhe conotações emocionais, considerâmo-la essencial para a fixação, em bases sólidas e realistas, de qualquer esfôrço de cooperação entre países em diferentes estágios de desenvolvimento.

Surge aqui, com tôda a nitidez, a aparente contradição entre o papel do comércio e da assistência financeira como instrumentos para a aceleração do crescimento das economias mais atrasadas. Compreendemos a importância do auxílio externo, e inclusive procuramos obtê-lo para a solução, a curto e médio prazo,

de problemas prementes derivados do «deficit» em nosso balanço de pagamentos. Comércio e assistência não são, portanto, proposições excludentes, mas a verdadeira superação do subdesenvolvimento não se pode fazer por meio da assistência externa, e sim pela expansão do comércio exterior. Para um país que, na última década, recebeu fundos de ajuda externa inferiores às perdas de receita decorrentes da deterioração das suas relações de troca, o Brasil está convencido do bem-fundado dessa tese e da urgência de sua plena aplicação prática.

Aí temos a substância da política externa para o desenvolvimento que pretendemos seguir. Estamos convictos de que, ante o espectro da estagnação e o distanciamento cada vez maior dos níveis de vida atingidos pelos países desenvolvidos, essa é a única política condizente com os propósitos de emancipação econômica e social que inspiram o povo brasileiro.

C) POLITICA CONTINENTAL

Ao abordar a questão das relações com os países do Hemisfério, reiteramos a fidelidade do Brasil aos compromissos decorrentes de sua integração no sistema interamericano. Emprestamos, por isso, particular relevância à política de amplo entendimento com que sempre procuramos caracterizar nossa convivência com os povos irmãos da América.

Esta política só é possível graças ao espírito de compreensão e cooperação, que constitui a base sôbre que surgiu e se consolidou a solidariedade continental. A êste mesmo espírito devemos recorrer neste momento em que se torna crítica a necessidade de eliminarmos o crescente desnível econômico que, na América como no resto do mundo, cada vez mais separa os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Assim é que o passado de lutas pela independência política, comum a tôdas as nações do Hemisfério, reaviva-se agora, para nós, latino-americanos, no esfôrço que todos realizamos para superar o subdesenvolvimento e alcançar a emancipação econômica. É imprescindível e inadiável que, para lograrmos atingir esta meta

mais rápida e seguramente, nos congreguemos numa ação conjunta.

É claro que a base do desenvolvimento dos povos latino-americanos reside no esfôrço nacional de cada um dêles. A soma dêsses esforços exprimirá o alcance dos objetivos por êle inspirados. Nessa ação conjunta, o papel reservado aos Estados Unidos será de significativa importância, e especialmente valioso, seja no terreno financeiro, seja no campo tecnológico.

A Carta de Punta del Este, que lançou a «Aliança para o Progresso», representou um avanço efetivo para a consecução dêstes dois objetivos. O Govêrno brasileiro deposita naquele programa a confiança que recentemente teve ocasião de reafirmar. No Preâmbulo da Carta, expressamente, «as Repúblicas americanas proclamam sua decisão de associar-se em um esfôrço comum para alcançar progresso econômico mais acelerado e justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade política». Esta declaração de intenção caracteriza a «Aliança para o Progresso» como um compromisso de cooperação efetiva para o desenvolvimento, e não apenas como um programa de assistência externa aos países menos desenvolvidos.

Existe, portanto, uma tarefa específica a ser realizada pela América Latina, e o Govêrno brasileiro está convencido da necessidade urgente de dinamizarmos a execução dos compromissos assumidos. Na parte que nos toca, a integração econômica é uma das condições necessárias — indispensáveis mesmo, de acôrdo com a Carta de Punta del Este — para acelerar o desenvolvimento econômico latino-americano. A esta meta devemos pois conferir prioridade na orientação de nossos esforços.

Em 1962, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio entrou em seu primeiro ano de funcionamento efetivo. Cuidou-se da formação da Zona de Livre Comércio, e deu-se atenção especial à implementação do programa de liberalização comercial. Os produtos incluídos nas Listas Nacionais de concessões chegam já a perto de 8.000, e, no ano em curso, além de negociações de novas concessões, reuniões técnicas debaterão questões de planejamento, fomento e orientação do desenvolvimento industrial, formulação e execução de políticas comerciais, bem como assuntos monetários, cambiais e fiscais. O Govêrno brasileiro registra com

satisfação êstes progressos, e, embora reconhecendo que muito ainda deva ser feito, considera o Tratado de Montevidéu como um passo inicial na direção certa.

A ação que a luta comum contra o subdesenvolvimento requer dos países latino-americanos, entretanto, não pode restringir-se apenas ao campo da liberalização do comércio intra-continental. Visamos a objetivos de muito maior alcance e profundidade, que se inserem em um contexto geral onde se relacionam mercados mais amplos, em condições mais favoráveis para os países subdesenvolvidos, e a integração econômica da América Latina, com vistas ao desenvolvimento.

Essa linha de ação que pretendemos adotar está também consagrada na Carta de Punta del Este: «Convém que os países latino-americanos coordenem sua atuação para enfrentarem as condições desvantajosas em que se encontra seu comércio exterior nos mercados mundiais, especialmente em conseqüência de determinadas políticas restritivas e discriminatórias de países e agrupamentos econômicos extracontinentais».

Cabe-nos, portanto, promover um esfôrço de integração, que evite a dispersão e perda de recursos, e possibilite a formação de uma frente única para superar os obstáculos que se antepõem à melhoria das condições de nosso comércio; quanto aos países industrializados, ao mesmo tempo, reivindicamos uma atitude mais flexível, que admita a correção das distorções da estrutura do comércio mundial responsáveis pelo aumento insuficiente, ou mesmo estagnação, das receitas de exportação dos países subdesenvolvidos. Se existe de fato a intenção de propiciar condições de desenvolvimento satisfatórias aos povos menos desenvolvidos, é na estrutura responsável pelo seu atraso que se tem de atuar, e as resistências às indispensáveis modificações devem ser denunciadas e enfrentadas por todos em conjunto.

Este programa é fundamental para os países subdesenvolvidos, e o Govêrno brasileiro considera que os problemas do crescimento econômico dêsses países, no Continente, têm de ser enfrentados globalmente. Caso contrário, mesmo com ajuda externa substancial, as soluções paliativas se perpetuarão sem que se modi-

fiquem as estruturas internas e o contexto de relações internacionais determinantes do subdesenvolvimento.

Acabo de aceitar o honroso convite que me foi formulado para visitar, em abril, a República do Chile, a cujo povo nos une histórica amizade. Ao debater com o Presidente Alessandri os muitos assuntos de interêsse comum, do Chile e do Brasil, tenho a certeza de que encontrarei, de parte do ilustre Chefe de Estado da República irmã, esta mesma convicção de que não podemos mais adiar o início de uma ação conjunta, ativa e dinâmica, pela redenção de nossos povos. Com êle procurarei estudar os problemas com que se defronta a integração latino-americana e estou certo de que a nós se juntarão os demais Primeiros mandatários dos países-partes do Tratado de Montevidéu a fim de dar à ALALC o apoio político indispensável à aceleração da marcha de seus trabalhos e à mais rápida consecução de seus altos objetivos.

O Govêrno brasileiro programou, desde já, a execução de sua política de revigoramento de nossas relações com os países da América Latina. O comércio interamericano é, de modo geral, limitado e se mantém em nível bastante inferior ao de suas possibilidades. No caso de alguns países, mesmo de certa importância, o comércio com o Brasil é pràticamente inexistente. A fim de corrigir esta situação e ampliar nosso intercâmbio, Missões especiais serão enviadas ainda êste ano a muitos países com o objetivo de proceder a estudos de mercados e examinar objetivamente a possibilidade de fazer o Brasil presente em tôda a América.

Outrossim, será promovida, quanto antes, uma Reunião dos Chefes de Missão diplomática do Brasil na América Latina, com vistas à coordenação das medidas necessárias à consecução dos objetivos da política continental que temos em mira.

A urgência de empreendimentos dessa natureza é tanto maior quando se têm presentes as apreensões, que ora se exacerbam, quanto ao perigo de subversão da ordem social e das instituições democráticas americanas. Esta ameaça, contudo, só existirá enquanto persistirem as condições estruturais responsáveis pelas flagrantes injustiças caracterizadas nas discrepâncias entre os padrões de vida dos povos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Confiamos plenamente em que unidos, conseguiremos eliminar os

fatôres internos e externos que têm impedido a melhoria dos padrões de vida de nossos povos, e evitar o descrédito na possibilidade de promover-se o desenvolvimento dentro do regime democrático. Atingido êste objetivo, não haverá jamais receptividade para soluções violentas, que a índole pacífica de nossos povos repele e só seriam por êles admitidas se levados ao desespêro.

D) NAÇÕES UNIDAS

1. Desarmamento

Há mais de uma década o perigo da guerra nuclear abriu para a Humanidade a perspectiva sombria do aniquilamento geral. Quando um problema se coloca, como êsse, em têrmos de sobrevivência universal, existe, de parte de todos os povos, uma responsabilidade solidária que se concretiza no dever de cada um contribuir, na medida de suas possibilidades, para o afastamento definitivo de tal ameaça.

De acôrdo com esta premissa, o Brasil procurou levar uma contribuição positiva às negociações da Comissão de dezoito países designados pela O.N.U. para estudar e propor medidas que atenuem as tensões atualmente existentes e, eventualmente, conduzam ao desarmamento geral e completo. As negociações sôbre o tema já se vinham prolongando desde 1958, sem resultados práticos. Convicto de que a única forma de chegar-se a progressos efetivos neste campo é delinear os limites de transigência compatíveis com a manutenção do equilíbrio mundial, e levar as negociações até aqueles limites, o Brasil, escolhido para integrar a referida Comissão, orientou neste sentido seus esforços.

Foi, aliás, às nações desprovidas de armamento nuclear que coube criar condições para êste procedimento, e o Brasil, como um dos oito países da Comissão que não pertencem à OTAN ou ao Pacto de Varsóvia, apoiou e sugeriu medidas — cessação dos testes nucleares com inspeção internacional, coibição de propaganda de guerra, não-disseminação de armas atômicas, e estabelecimento de zonas desnuclearizadas que, como objetivos interme-

diários, criarão um ambiente de confiança capaz de possibilitar o desarmamento final.

Ao fim de um ano de negociações, podemos registrar uma evolução positiva para o fim visado, pois as divergências entre as potências atômicas já se apresentam menos rígidas do que anteriormente. A recente declaração soviética de aceitar certo número de inspeções anuais *in loco* confirma esta conclusão e permite previsões otimistas.

O Brasil levou também ao debate um aspecto importantíssimo do desarmamento: a questão da reconversão das economias largamente orientadas para a produção de armas — como o são as das potências nucleares — a objetivos de ordem social e econômica no interêsse do bem-estar dos povos. No indispensável planejamento requerido por esta transformação das economias armamentistas em pacifistas, os povos subdesenvolvidos advogam desde já que se preveja o emprêgo de parcela dos recursos, então liberados, no financiamento do processo de seu desenvolvimento econômico.

Das propostas brasileiras referentes ao desarmamento, ressaltamos especialmente o projeto de resolução apresentado à XVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, que considera a América Latina «zona desnuclearizada», a exemplo do que já se fêz com relação à África e à Antártida. A iniciativa brasileira teve apoio maciço da maioria dos membros da ONU, e deverá ser aprovada na próxima sessão da Assembléia Geral, representando mais um marco na luta pela eliminação da incerteza que paira sôbre o futuro do mundo, além de contribuir decisivamente para a preservação da segurança regional interamericana.

2. Colonialismo

Outro problema que tem merecido especial atenção das Nações Unidas — e cuja pronta solução é particularmente cara ao Govêrno brasileiro — é o colonialismo.

O Brasil tem apoiado nas Nações Unidas a ação do Comitê criado para a execução da «Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais», de 14 de dezembro de

1960. e não aceitará pretextos dilatórios para o não cumprimento dessa manifestação coletiva da vontade das Nações Unidas.

Temos reconhecido e continuaremos a reconhecer o direito à independência de todos os povos coloniais e a obrigação das Potências administrantes de acelerarem os preparativos para a autodeterminação e a independência. O Brasil atribui, entretanto, grande importância à necessidade de que o processo de nascimento dos novos Estados conte com a colaboração das Potências que antes os administravam, e se faça ordenadamente, de forma a preservar-lhes a unidade, a autoridade do govêrno central e a garantir bases que lhes permitam defender-se das formas insidiosas do neo-colonialismo econômico ou ideológico.

Convencido de que esta colaboração é incompativel com o emprêgo de meios coercitivos coletivos para obter a independência de um território não-autônomo, o Brasil considera que só se deve recorrer a tais meios quando se configura uma situação de fato que se possa qualificar opressão, ameaça imediata à paz ou ruptura desta, nos têrmos do art. 39 da Carta das Nações Unidas.

O Govêrno brasileiro procurará assim imprimir um sentido de urgência à ação da ONU com o objetivo de liquidar os restos do colonialismo ainda existente no mundo.

3. Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento

Das várias propostas e resoluções apresentadas ao plenário da Assembléia Geral, julgamos que nenhuma poderá proporcionar resultados tão substanciais, na luta pela eliminação do subdesenvolvimento a curto e longo prazo, como aquela que convoca, para o primeiro semestre de 1964, uma Conferência Internacional sôbre Comércio e Desenvolvimento.

As condições desfavoráveis que têm impedido os países não industrializados — exportadores de produtos primários e importadores de bens manufaturados — de obter do comércio exterior recursos suficientes para financiar o desenvolvimento econômico

já foram ressaltadas anteriormente. A análise de tais condições e, sobretudo, a adoção de medidas corretivas que nos propiciem mercados internacionais mais amplos e em condições mais favoráveis serão objeto dos debates daquela Conferência, o que nos dará a oportunidade de pleitear a ampla reformulação de atitudes e processos pretendida pela política externa para o desenvolvimento.

A revisão do mecanismo mundial de trocas, por nós advogada, tem como único objetivo impedir o agravamento da condição de pauperismo em que definham dois terços da humanidade. Tencionamos assim criar condições práticas para o advento da verdadeira cooperação internacional, capaz de permitir a repartição equânime dos benefícios do progresso da ciência e da técnica entre todos os povos do mundo.

Por essas razões, o Govêrno brasileiro gostaria de poder, já agora, expressar sua certeza nos resultados de uma Conferência de tamanha significação e tão amplo alcance histórico. Se não o fazemos, contudo, é porque até o momento não encontramos da parte dos países altamente industrializados, a compreensão e o propósito de cooperação indispensáveis ao êxito da iniciativa.

A êsses países, valendo-nos do período de preparação que se estenderá por todo o ano em curso, buscaremos demonstrar que a manutenção das condições vigentes significará para nós a estagnação econômica e o distanciamento cada vez maior dos padrões de vida por êles atingidos — alternativa que jamais ofereceremos a nossos povos.

É êsse o espírito com que encaramos a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento. Seus resultados, estamos certos, serão o melhor critério para se aferir o espírito de cooperação dos países desenvolvidos na superação do atraso econômico dos povos subdesenvolvidos.

4. Conselho de Segurança

Finalmente, quero trazer ao Congresso Nacional a comunicação oficial de que a Assembléia Geral das Nações Unidas em sua XVII Sessão, elegeu o Brasil, em primeiro escrutínio e por

91 votos — o maior número dado a qualquer dos candidatos — para servir por dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança. A candidatura do Brasil, apoiada unânimemente pelo grupo latino-americano, recebeu também o apoio de todos os membros permanentes do Conselho: Estados Unidos, França, Reino Unido, União Soviética e China. A eleição do Brasil representou uma reafirmação de confiança da comunidade internacional na ação que o nosso País vem desempenhando nas Nações Unidas, e ressaltou a importância da contribuição brasileira para a solução dos problemas mundiais.

O Brasil saberá honrar esta escolha e desincumbir-se das pesadas responsabilidades que ela implica, na linha de suas melhores tradições de pacifismo e cooperação internacional.

E) EUROPA OCIDENTAL

Não precisamos insistir aqui sôbre a natureza dos laços que nos unem à Europa Ocidental. Além dos sólidos vínculos culturais e espirituais que fazem do Brasil um herdeiro da civilização européia, constitui aquela área, depois dos Estados Unidos da América, nosso maior mercado de exportação e fonte de substancial parcela de nossas importações. Por tudo isso, veremos sempre com interêsse uma Europa cada vez mais próspera, desde que essa prosperidade crescente não resulte em sacrifício para nosso país, tal como de fato vem acontecendo nos últimos anos.

Desde 1957, ao conhecer os têrmos do Tratado de Roma, o Brasil fêz sentir sua preocupação relativamente ao sistema preferencial que pretendiam criar os seis componentes do Mercado Comum Europeu através da vinculação com os Associados Africanos. Assim, embora afirmássemos sempre nosso sincero e integral apoio aos objetivos últimos daquela associação, não poderíamos concordar com certos meios por ela adotados, pois que, sob pretexto de beneficiar alguns países subdesenvolvidos, impunham a outros pesados e desnecessários ônus.

Apesar das reiteradas objeções que apresentamos à Comunidade — seja através de gestões individuais, seja em conjunto com outros países latino-americanos — foram até hoje altamente

insatisfatórios os resultados obtidos. Na verdade, a começar pelos dois grandes itens de nosso intercâmbio, o café e o cacau, continuam os produtos brasileiros de exportação a sofrer as distorções de uma concorrência desigual com os similares africanos, tendo de enfrentar numerosos e elevados obstáculos a seu comércio e consumo, desde tarifas aduaneiras e impostos internos, até restrições quantitativas à importação e outras decorrentes da política agrária comum.

Contrastados os efeitos prejudiciais do tratamento discriminatório a que estamos sujeitos com nossas prementes necessidades no campo do comércio exterior, torna-se evidente que não podemos abandonar uma linha de estrita defesa de nossas reivindicações. Deveremos concentrar esforços na demonstração de fatos econômicos irretorquíveis, e é por isso que pretendemos debater a fundo nossos problemas com o Mercado Comum Europeu no âmbito da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, ensejando assim sua solução num contexto de compromissos internacionais.

F) PAÍSES SOCIALISTAS

Desde que, em anos recentes, o Brasil reatou relações diplomáticas com os países socialistas da Europa Oriental, nosso intercâmbio político e econômico com aquela área tem se desenvolvido em ritmo bastante acelerado, embora ainda esteja muito aquém de suas reais potencialidades.

O incremento rápido das trocas com os países socialistas, contrastado com o agravamento de nossos problemas globais de comércio, demonstra o acêrto da política de abertura de novos mercados para nossos produtos de exportação, e, sobretudo, indica a conveniência de se proporcionar bases cada vez mais sólidas para a expansão do intercâmbio entre o Brasil e a Europa Oriental.

Na consecução dêsse objetivo, foi e continuará sendo imprescindível a colaboração do Congresso Nacional, tal como demonstrada pela aprovação, em novembro do ano findo, dos acôrdos sôbre comércio, pagamentos e cooperação econômica concluídos em 1961.

Igualmente significativa dentro do quadro de dinamização do comércio com os países socialistas foi a criação do COLESTE, que bem representa o esfôrço governamental para obviar as dificuldades inerentes ao intercâmbio com economias centralmente planificadas, através da cooperação rápida e estreita entre os diversos órgãos da Administração interessados no problema. Dêsse modo, sem que se haja criado um organismo com funções pròpriamente executivas, poderá o COLESTE — estudando medidas, fazendo recomendações e coordenando providências — fortalecer as diretrizes governamentais de incremento das trocas com os países socialistas.

Nesse contexto, merecem relêvo as negociações para a celebração de um Acôrdo de Comércio e Pagamentos, a longo prazo, com a União Soviética. Na verdade, até então nosso comércio com aquêle país vinha sendo feito com base num instrumento algo rudimentar e precário — os «Têrmos de Entendimento», de 1959 — que não atendia às necessidades de um intercâmbio crescente e cada vez mais diversificado. Agora, tão logo entre em vigor o nôvo Acôrdo, teremos um instrumento de grande versatilidade, capaz de permitir, não só crescentes fornecimentos recíprocos de matérias-primas e produtos semi-elaborados, mas também a concessão,por parte da União Soviética, de financiamento a longo prazo para a aquisição pelo Brasil de máquinas e equipamentos.

G) MUNDO AFRO-ASIÁTICO

No momento em que nos propomos fixar, de modo definitivo, a comunhão de interêsses que existe entre o Brasil e os demais povos subdesenvolvidos, é evidente que o Mundo Afro-Asiático adquire significação especial no quadro de nossas relações externas. O necessário é que a inegável identidade de interêsses e aspirações que nos une deixe de ser matéria para manifestações retóricas e inconseqüentes e se traduza em ações concretas para a consecução dos objetivos que nos são comuns.

O Govêrno brasileiro tenciona assim se aproximar mais e mais dos países africanos e asiáticos, seja pelo aperfeiçoamento dos contatos bilaterais, seja pela coordenação de pontos-de-vista nos

foros internacionais, tal como nos propiciará a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento.

Nesse sentido, projetamos enviar a êsses dois Continentes, ainda no correr dêste ano, uma missão de caráter político e econômico, incumbida de auscultar as opiniões dos países afro-asiáticos sôbre a possibilidade de formação de uma frente única para a solução dos problemas comuns de comércio internacional dos países subdesenvolvidos.

No campo comercial, as relações entre o Brasil e a África se ressentem da similaridade de nossas produções extrativas e agrícolas — função de fatôres geográficos e ecológicos — e, por outro lado, da carência de financiamento para o comércio entre países subdesenvolvidos. Êsses empecilhos, todavia, conquanto importantes, não constituem barreira intransponível para o estabelecimento de uma significativa corrente de trocas entre nossas economias.

Nesse sentido, o Govêrno brasileiro acusa, com satisfação, os resultados promissores observados no ano anterior relativamente à colocação de produtos manufaturados brasileiros no mercado africano, destacando-se as vendas efetuadas na Nigéria. Pretendemos, por isso, regularizar o envio de embarcações do Lóide Brasileiro aos portos ao sul do Saara, prosseguindo na política iniciada oportunamente em 1962.

Com a única exceção do Japão, país com o qual já mantemos significativas relações comerciais e financeiras, o restante do Continente Asiático constitui campo ainda pràticamente inexplorado pela diplomacia brasileira. Não podemos permitir, agora que alcançamos nossa plena maturidade internacional, que a distância geográfica e as peculiaridades histórico-culturais que nos separam dos povos do Oriente impeçam um contato mais estreito, seja no setor político, seja no comercial.

Tendo o Brasil apenas sete missões diplomáticas no Extremo Oriente, torna-se imprescindível acelerar os estudos, já iniciados no Ministério das Relações Exteriores, que visam à extensão da rêde de representação brasileira naquela área. Dêsse modo, re-

conhecendo a pouca eficácia das representações em caráter cumulativo, será considerada a conveniência de se instalarem, com a máxima brevidade, missões autônomas em vários países do Continente Asiático.

Por outro lado, tencionamos enviar à Ásia uma missão de caráter comercial, incumbida de examinar as perspectivas de estabelecimento de um intercâmbio regular entre o Brasil e países asiáticos realizado até hoje de maneira esporádica e quase insignificante.

V — SEGURANÇA NACIONAL

V — SEGURANÇA NACIONAL

O desenvolvimento não é um fenômeno que se apoie apenas em fatos e decisões econômicas. É um acontecer histórico. Desencadeado, impregna todo o tecido da sociedade, contaminando com o seu fluxo criador. Recrutadas preferencialmente no seio do povo e das classes médias, as Fôrças Armadas Brasileiras, desde o primeiro momento em que se esboçou no País a ânsia de emancipação da economia nacional, definiram-se pela causa do desenvolvimento.

As Fôrças Armadas acompanharam todo o ciclo, solidárias com a sua evolução. Uma das etapas, marcada pela criação do monopólio estatal do petróleo, não se teria concluído sem o decisivo apoio das Fôrças Armadas. E isto porque elas sempre identificaram o desenvolvimento e a segurança nacional como têrmos de um mesmo problema. Compreenderam cedo que a independência política permanece meramente formal, quando não sustentada pela independência econômica.

Contra êsse formalismo insurge-se a Nação. Desejando afirmar-se no plano internacional, o Brasil necessita, para tanto, de levar a alto grau de maturidade a sua economia. Para a consecução dêsse desiderato não há outro caminho, a não ser o do desenvolvimento planejado, a que as Fôrças Armadas, como expressão do Povo, vêm dando magnífica contribuição, oferecida em todos os escalões da vida brasileira: o da manutenção do regime democrático; o do respeito às franquias constitucionais; o da garantia dos podêres constituídos.

Fato de maior importância é que essa contribuição não decorre de uma compreensão estática do que sejam as instituições democráticas. Pelo contrário, ela exprime uma noção dinâmica que em vez de definir a democracia brasileira como um fato político

acabado, a configura como uma realidade em incessante evolução, em permanente mutação, acionada pela conquista de novos direitos e a incorporação da dimensão social ao seu quadro de valôres.

Ainda recentemente no decurso da experiência parlamentarista, as Fôrças Armadas tiveram oportunidade de demonstrar que não exercem funções pretorianas, antes que atuam como instrumentos democráticos da vontade e da soberania populares.

O desenvolvimento econômico modifica, como não poderia deixar de ser, as perspectivas de nossa posição internacional. A decorrência imediata dêsse fato é um acréscimo na responsabilidade que têm as Fôrças Armadas, nos encargos de segurança e de defesa nacionais.

A segurança nacional não é um conceito que se esgota no plano militar. É um complexo de ação político-administrativa que abrange educação, formação de técnicos e especialistas, transportes terrestres, marítimos e aéreos, pesquisas, industrialização, levantamentos geográficos, tombamento de riquezas de solo e subsolo, etc. Ainda sob êsses múltiplos aspectos as Fôrças Armadas Brasileiras têm dado, inestimável contribuição ao processo do progresso nacional, ora aperfeiçoando os seus quadros, ora promovendo verdadeira campanha educacional quando levam aos conscritos que incorporam às suas fileiras os ensinamentos básicos que os capacitam tanto para a vida militar quanto para a vida civil.

No ensino de grau médio é grande a contribuição oferecida ao País. No setor do tombamento da riqueza nacional é também significativa a cooperação dada pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, o Instituto de Pesquisas da Marinha de Guerra, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha. A Aeronáutica, com o Correio Aéreo Nacional e Comandos diversos tem acelerado o processo de unificação das populações brasileiras que árduas distâncias condenam ao mais anti-nacional dos isolamentos. Sua participação na grande batalha sanitária travada nos mais longínquos pontos do território nacional pelas Unidades Sanitárias Aéreas, é outra demonstração do devotamento com que as Fôrças Armadas entregam-se às tarefas de valorização do Homem Brasileiro.

Este intento de valorização também se afirma nas escolas industriais instaladas nos estabelecimentos fabris, arsenais e parques militares, destinados ao aprimoramento do ensino profissional. Ainda no setor do desenvolvimento tecnológico merece destaque a ação do Instituto Militar de Engenharia do Exército e o Centro Técnico de Aeronáutica, da Fôrça Aérea Brasileira.

A ocupação de pontos de nossa imensa fronteira, e a garantia de segurança proporcionada às populações que habitam regiões lindeiras, representam um outro esfôrço de integração nacional. O Exército tem suas tropas de Engenharia secundando o esfôrço nacional de desenvolvimento, tanto no Nordeste quanto no Centro-Sul. Nesta última região brasileira estão essas fôrças militares empenhadas na conclusão do Tronco Principal Sul, da rêde ferroviária, cujas repercussões na economia nacional não é necessário assinalar. Insere-se nesta ordem de serviços públicos à coletividade brasileira a assistência que a Marinha de Guerra vem dispensando às populações ribeirinhas e litorâneas, através de Flotilhas Fluviais e Navais e de Patrulhas. Balisamentos, manutenção de faróis e outros serviços são prestados pela Marinha, assim proporcionando maior segurança à navegação ao longo da costa brasileira.

A vocação de servir à Nação no âmbito interno tem seu desdobramento na dedicação com que as Fôrças Armadas cumprem as missões que lhes são atribuídas no campo externo, onde elas se alçam ao nível de instrumentos de cooperação do Brasil à Organização das Nações Unidas, em favor da paz. No momento esta cooperação, que dá nova dimensão à posição internacional do Brasil, é exercida por fôrças do Exército sediadas na região do Canal de Suez e de contingentes da Fôrça Aérea deslocados para a República do Congo, onde assumiu o comando da Fôrça Aérea de Transporte, ali destacada.

Apesar de sua diversidade, são estas as formas através das quais as Fôrças Armadas participam e ativam o processo do nosso desenvolvimento. Tão sensíveis são ao magno problema, cuja solução é a tarefa primordial de nossa geração — a nossa completa emancipação econômica — que ainda agora o Exército, ao estabe-

lecer as bases da reestruturação das Fôrças Terrestres, com vistas a aumentar-lhes a eficiência, decidiu libertá-las da dependência do material bélico estrangeiro. É assim o problema do reequipamento das Fôrças Armadas colocado em têrmos eminentemente nacionais. Fica, desta maneira, pré-determinada a fabricação no País de, pelo menos, parte substancial do material bélico necessário à nossa segurança. Esta alta deliberação, sôbre atender imperativos militares, importa em vitalizante estímulo à nossa indústria.

Sustentáculo da Constituição, instrumento das aspirações populares de emancipação nacional, as Fôrças Armadas não dividem o País em Nação Militar e Nação Civil.

Integram-se Exército, Marinha e Aeronáutica numa só viva unidade orgânica, numa mesma pulsante instituição social voltada para o progresso, a expansão e a grandeza do Brasil.

ÍNDICE

PÁGINAS

INTRODUÇÃO 3

I — PLANEJAMENTO E ECONOMIA NACIONAL

A — A NECESSIDADE DE PLANEJAR 19

B — TENDÊNCIAS RECENTES DO DESENVOLVIMENTO 20

C — OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO 21

D — O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO TRIÊNIO 63/65 23

E — AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA . 24

II — POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 31

1 — Características Gerais 31

2 — Instrumentos de Ação 32

a) Reorganização do Ministério da Agricultura 33
b) Fundo Federal Agro-Pecuário 33
c) Comissão de Financiamento da Produção 34
d) Superintendência da Política Agrária 34
e) Superintendência do Desenvolvimento da Pesca 35
f) Superintendência Nacional do Abastecimento 35

3 — Programa de Desenvolvimento Agrícola para o Triênio 63/65 36

a) Produção 36
Produtos Alimentares 36
Produtos de Exportação 38
Matérias-Primas 39
Pesca 40

PÁGINAS

b) Ação Governamental 40
Pesquisa e Experimentação Agropecuárias 40
Promoção Agropecuária 41
Crédito Rural e Política de Preços Mínimos 42

4 — Bens de Produção e Serviços Básicos 43

a) Equipamentos Agrícolas 43
b) Fertilizantes 43
c) Produtos de Defesa Agropecuária 44
d) Armazéns e Silos 44

B — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 45

1 — Características Gerais 45
2 — Siderurgia 46
3 — Metalurgia dos Não-Ferrosos 47
4 — Mecânica Pesada 48
5 — Indústria Automobilística e de Tratores 50
6 — Construção Naval 51
7 — Indústrias Químicas 51

a) Barrilha e Soda Cáustica 52
b) Celulose e Papel 52
c) Borracha Sintética 53
d) Fertilizantes 54

8 — Outras Indústrias 55

C — PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA 56

D — ENERGIA 58

1 — Eletricidade 58
2 — Petróleo 63
3 — Carvão 68
4 — Energia Nuclear 71

E — MINERAÇÃO 73

1 — Considerações Gerais 73
2 — Novas Jazidas 73
3 — Minério de Ferro 75
4 — Água Subterrânea 76

	Páginas
F — TRANSPORTE	77
1 — Consolidações Gerais	77
2 — Ferroviários	78
3 — Hidroviário	80
4 — Rodoviário	83
5 — Aeroviário	85
G — COMUNICAÇÕES	86
H — DESENVOLVIMENTO REGIONAL	87
1 — Desigualdades Regionais	87
2 — Ação do Govêrno Federal	89
3 — S. P. V. E. A.	90
4 — SUDENE	92
5 — C. V. S. F.	95
6 — Fundação Brasil-Central	96
7 — D. N. O. C. S.	97
8 — S. P. V. E. R.	98
I — FINANÇAS PÚBLICAS	98
1 — Considerações Gerais	98
2 — Resultados Financeiros de 1962	100
a) Despesa	100
b) Receita	101
c) Deficit do Tesouro Nacional	102
3 — Assistência Financeira Prestada pela União	103
4 — Dívida Pública	104
a) Dívida Interna Flutuante	104
b) Dívida Consolidada Interna	105
c) Dívida Consolidada Externa	105
5 — Programa Financeiro para 1963	107
J — MOEDA E CRÉDITO	109
K — CAMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR	113

III — POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	Páginas
A — EDUCAÇAO, CIENCIA E CULTURA	119
1 — Considerações Gerais	119
2 — Educação para o Trabalho	121
3 — Plano Educacional	123
4 — Programa de Emergência	124
5 — O Plano Trienal	125
B — SAÚDE PÚBLICA	130
C — HABITAÇAO E PLANEJAMENTO URBANO	131
D — TRABALHO	137
1 — Considerações Gerais	137
2 — Politica Salarial	138
3 — Estatuto do Trabalhador Rural	139
4 — O Código do Trabalho	140
5 — Projetos em Curso no Congresso Nacional	140
6 — Reestruturação do Ministério do Trabalho	141
7 — Relações Internacionais do Trabalho	141
E — PREVIDENCIA SOCIAL	142

IV — POLITICA EXTERNA

A — INTRODUÇAO	151
B — POLITICA EXTERNA PARA O DESENVOLVIMENTO	152
C — POLITICA CONTINENTAL	155
D — NAÇÕES UNIDAS	159
1 — Desarmamento	159
2 — Colonialismo	160
3 — Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento	161
4 — Conselho de Segurança	162
E — EUROPA OCIDENTAL	163
F — PAISES SOCIALISTAS	164
G — MUNDO AFRO-ASIATICO	165

V — SEGURANÇA NACIONAL

A — SEGURANÇA NACIONAL	171